



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UMA COLEÇÃO DE RESSENTIMENTOS:

Memória militar sobre 1964

ÍTALO MACIEL OURIQUES

BRASÍLIA

2019

ÍTALO MACIEL OURIQUES

UMA COLEÇÃO DE RESSENTIMENTOS:

Memória militar sobre 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias, Historiografia e Teoria.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

BRASÍLIA

2019

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS

ÍTALO MACIEL OURIQUES

UMA COLEÇÃO DE RESENTIMENTOS:
Memória militar sobre 1964

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Ideias, Historiografia e Teoria.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria – Orientador
PPGHIS/IH/UnB

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres – Membro Interno
PPGHIS/IH/UnB

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar – Membro Externo
UFU

Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso – Suplente
PPGHIS/IH/UnB

Brasília, _____ de _____ de 2019.

À Carol (*in memoriam*) e ao meu filho.

AGRADECIMENTOS

Desde o momento em que ingressei no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), a pesquisa desenvolvida e o processo de aprendizado no período contou com o incentivo e apoio de determinadas pessoas e instituições, às quais não poderia deixar de agradecer.

Assim, agradeço ao PPGHIS-UnB pela oportunidade de realizar o curso de Mestrado em História, bem como à coordenação e aos funcionários da secretária – Rodolfo e Jorge – do referido Programa de Pós-Graduação.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de pesquisa durante certo período no curso em questão. Aqui vale destacar que o auxílio financeiro amparou o desenvolvimento da pesquisa.

Em especial, agradeço ao meu professor orientador, Daniel Barbosa Andrade de Faria, pela paciência, dedicação, tranquilidade e amizade no decorrer do curso de Mestrado. É difícil mensurar o quanto sou grato pelo incentivo e apoio intelectual e emocional ofertados por esse belíssimo profissional!

Meus agradecimentos também se estendem ao professor Dr. Arthur Alfaix Assis, pela solicitude para sanar as dúvidas existentes no processo em questão, bem como pelas conversas a respeito de minhas metas no ofício; e, aos professores Dr. Mateus Gamba Torres e Dr. Alexandre de Sá Avelar, pelo aceite ao convite para participar da banca de defesa de minha Dissertação.

Agradeço também aos meus pais, Waldinélia Maciel e Epitácio Ouriques, pelo carinho, pela atenção e pelo apoio ofertados em todos os momentos, pelo incentivo e por proporcionarem meus estudos por toda a vida. Também faço menção à minha irmã, Ingrid Ouriques, pela amizade infinda.

Aos meus avós, Maria de Fátima e José Maciel Filho, meus sinceros agradecimentos, por sempre me incentivarem a ir além.

A minha companheira, Maria Gabrielli de Andrade, meus agradecimentos infinitos pelas inúmeras vezes que me ouviu falar sobre a pesquisa, evidenciando seu entusiasmo, além do carinho, da atenção, da paciência e do apoio de sempre.

Por fim, agradeço ao meu amigo Rasok e à minha amiga Isabela, pela amizade e por sempre estarem dispostos a promoverem as críticas à minha pesquisa.

Que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?

Bertolt Brecht

RESUMO

No período 2003-2004, a Editora Biblioteca do Exército produziu e publicou a segunda iniciativa do Programa de História Oral do Exército – a coleção *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história* –, a respeito do Golpe Civil-Militar e da Ditadura Militar brasileira. Nas vésperas dos 40 anos do golpe de Estado de 1964, os militares narraram os acontecimentos daquele período à sua maneira e consoante com o que pensa a instituição. Nesse ínterim, o presente estudo teve por objetivo compreender como a coletânea foi elaborada e o porquê de os discursos estarem impregnados de ressentimentos ao rememorar eventos como, por exemplo, o Golpe Civil-Militar. A fim de analisar as práticas discursivas e estratégias narrativas presentes na referida coleção, levou-se em consideração o destaque de Gérard Genette acerca dos paratextos editoriais, ou seja, alguns termos que funcionariam como mediações entre o livro e o leitor, tais como: título, prefácio, orelha do livro, dedicatória etc. Tais aspectos paratextuais auxiliam na compreensão dos métodos empregados por aquele projeto editorial, com quem a coleção dialoga ou debate, qual o seu público-alvo, entre outros aspectos. Ao rememorar os marcos da ditadura militar, os militares expõem afetos, paixões e sentimentos, buscando construir uma imagem favorável aos 21 anos da ditadura, bem como da “revolução de 64”. Assim, na análise da coletânea de história oral do Exército, foi possível perceber o modo como as narrativas, em torno do golpe de 1964, se repetem, sobretudo, em depoimentos de oficiais superiores e generais que se formaram na Academia Militar das Agulhas Negras ou que tiveram algum posto/alguma função naquela instituição. Relatos sobre os sentimentos de patriotismo e amor à pátria também se sobressaem nos depoimentos, forjando o que, segundo Benedict Anderson, pode ser considerado como uma “comunidade política imaginada”. No processo de construção de uma narrativa positiva da instituição, bem como na formação de uma “comunidade imaginada”, têm-se escolhas entre o que deve ser lembrado ou esquecido. Por fim, para refletir acerca de sentimentos como, por exemplo, amor, ódio e injustiça nas memórias dos militares, fez-se uso das contribuições de Pierre Ansart em *La Gestion des Passions Politiques*, onde se destaca como os sentimentos criam vínculos entre indivíduos e a figura de um líder, um grupo, ou mesmo a um ideal coletivo.

Palavras-chave: Memória militar. Ressentimentos. Editora Biblioteca do Exército. Golpe de 1964.

ABSTRACT

In the period 2003-2004, the Army Library Publishing House produced and published the second initiative of the Army Oral History Program - collection *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história* –, regarding the civil-military coup and Brazilian military dictatorship. On the eve of the 40th anniversary of the 1964 coup d'état, the military narrated the events of that period in their own way and according to what the institution thinks. In the meantime, the present study aimed to understand how the collection was elaborated and why the discourses were steeped in resentment when recalling events such as the civil-military coup. In order to analyze the discursive practices and narrative strategies present in this collection, we considered Gérard Genette's emphasis on editorial paratext, that is, some terms that would function as mediations between the book and the reader, such as: title, preface, book ear, dedication, etc. Such paratextual aspects help in understanding the methods employed by that editorial project, with which the collection dialogues or debates, what is its target audience, among other aspects. Recalling the milestones of the military dictatorship, the military exposes affections, passions and feelings, seeking to build a favorable image for the 21st year of the dictatorship, as well as the “revolution of 64”. Thus, in the analysis of the Army's oral history collection, it was possible to see how the narratives around the 1964 coup are repeated, above all, in statements by superior officers and generals who were trained at the Agulhas Negras Military Academy or who had some position / function in that institution. Reports of feelings of patriotism and love of the country also stand out in the testimonies, forging what, according to Benedict Anderson, can be considered as an “imagined political community.” In the process of building a positive narrative of the institution, as well as in forming an “imagined community,” there are choices between what must be remembered or forgotten. Finally, to reflect on feelings such as love, hatred and injustice in the memoirs of the military, Pierre Ansart's contributions to *La Gestion des Passion Politiques* were used, highlighting how feelings create bonds between individuals and the figure of a leader, a group, or even a collective ideal.

Keywords: Army's memory. Resentments. Army Library's Publisher. Coup d'état 1964;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	- Academia Brasileira de Letras
ACE	- Alto-Comando do Exército
ACFE	- Alto-Comando das Forças Armadas
ADESG	- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AERP	- Assessoria Especial de Relações Públicas
AHIMTB	- Academia de História Militar Terrestre do Brasil
AI-5	- Ato Institucional n. 5
AI-12	- Ato Institucional n. 12
ALN	- Aliança Libertadora Nacional
AMAN	- Academia Militar das Agulhas Negras
AP	- Ação Popular
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
AVC	- Acidente Vascular Cerebral
Bda. Inf. Mtz.	- Brigada de Infantaria Motorizada
BIBLIEx	- Editora Biblioteca do Exército
Cap.	- Capitão
CEBRES	- Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos
Cel.	- Coronel
Cel. Art.	- Coronel de Artilharia
Cel. Cav.	- Coronel de Cavalaria
Cel. Eng.	- Coronel de Engenharia
CEMCFA	- Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas
CEMDP	- Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
CEP	- Centro de Estudos de Pessoal
CHOE-64	- Coleção de <i>História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história</i>
CM	- Colégio Militar
CMA	- Comando Militar da Amazônia
CN	- Congresso Nacional
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODI	- Centros de Operações e Defesa Interna
CPDoc/FGV-RJ	- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro
CPOR	- Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CSN	- Conselho de Segurança Nacional
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DECEEx	- Departamento de Educação e Cultura do Exército
DEP	- Departamento de Ensino e Pesquisa
DOI	- Destacamento de Operação Interna
DPF	- Departamento de Polícia Federal
DPHCEEx	- Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército
Dr.	- Doutor
EB	- Exército Brasileiro
ECEME	- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EEM	- Escola de Estado-Maior
EGN	- Escola de Guerra Naval
EM	- Escola Militar
EME	- Estado-Maior do Exército
EMFA	- Estado-Maior das Forças Armadas
EPCAR	- Escola Preparatória de Cadetes do Ar
EsAO	- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	- Escola Superior de Guerra
EsIE	- Escola de Instrução Especializada do Exército
EsNI	- Escola Nacional de Informações
EsPCEEx	- Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EUA	- Estados Unidos da América
FA	- Forças Armadas
FDC	- Forte Duque de Caxias
FEB	- Força Expedicionária Brasileira
FND	- Faculdade Nacional de Direito
FRM	- Fundação Roberto Marinho
FUNCEB	- Fundação Cultural Exército Brasileiro

Gen.	- General
Gen. Bda.	- General de Brigada
Gen. Div.	- General de Divisão
Gen. Ex.	- General de Exército
GR	- Guerra Revolucionária
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICAR	- Igreja Católica Apostólica Romana
IGHMB	- Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
IHGB	- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISBN	- <i>International Standard Book Number</i>
JEC	- Juventude Estudantil Católica
LAI	- Lei de Acesso à Informação
Maj.	- Major
MCI	- Movimento Comunista Internacional
MEC	- Ministério da Educação
MJ	- Ministério da Justiça
n.	- Número
PF	- Polícia Federal
PM	- Polícia Militar
PNDH	- Programa Nacional de Direitos Humanos
PPGHIS	- Programa de Pós-Graduação em História
PR	- Presidência da República
pré-AO	- Aspirante a Oficial
PSD	- Partido Social Democrático
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PV	- Partido Verde
RM	- Região Militar
SNI	- Sistema Nacional de Informações
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
Ten.	- Tenente

Ten. Cel.	- Tenente Coronel
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGF	- Universidade Gama Filho
UnB	- Universidade de Brasília
UNIRIO	- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A COLEÇÃO COMO UMA ARMA NA GUERRA DE MEMÓRIAS.....	21
1.1 O PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	21
1.2 A HISTÓRIA ORAL NA VISÃO DA COLEÇÃO DE DEPOIMENTOS	29
1.3 O ESTATUTO DO TESTEMUNHO DOS MILITARES.....	39
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
2 O RESSENTIMENTO NO DISCURSO DOS MILITARES	48
2.1 A AMAN E O SENTIMENTO DE AMOR À PÁTRIA	58
2.1.1 O mito no discurso dos militares	70
2.2 A MÍDIA E O SENTIMENTO DE TRAIÇÃO.....	86
2.3 O SENTIMENTO DE VINGANÇA E OS REVANCHISTAS.....	93
2.4 A GUERRA PELO ESTABELECIMENTO DOS FATOS	100
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

Em 2016, quando optei por apresentar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em História – Licenciatura e Bacharelado – na Universidade de Brasília (UnB), deparei-me com uma série de depoimentos de militares produzidos e organizados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (CPDoc/FGV-RJ)¹. Na pesquisa, uma temática logo chamou a atenção: o ressentimento no discurso dos militares, em especial, do General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves². O resultado, então, foi um trabalho – *O ressentimento no discurso do General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves* – que tratou da relação dos ressentimentos com a memória e o modo como são expressos politicamente.

Em 2017, ao ingressar no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da UnB, prossegui os estudos debruçado nos depoimentos de oficiais-generais e superiores do Exército Brasileiro (EB). Contudo, o corpo documental da pesquisa alargou-se e não se limitou ao depoimento de um general ou tampouco às entrevistas colhidas e organizadas pelo CPDoc/FGV-RJ.

Em consultas na *internet* acerca da memória militar sobre o Golpe Civil-Militar³ de 1964 e a respeito da Ditadura Militar (1964-1985), acessei uma coleção de depoimentos

¹ A literatura organizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc/FGV-RJ), coordenado por Maria Celina D'Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, se dá nas obras intituladas que se seguem: *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*; *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*; e, *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. As entrevistas reunidas pela coletânea são uma das poucas concedidas a pesquisadores até mesmo que foram registradas. Os militares reunidos nos depoimentos não exerciam um papel de grande importância na conspiração do golpe, mas, no decorrer do regime civil-militar, estando em postos notáveis, tornaram-se agentes importantes na manutenção da ditadura. Cf. SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Cf. D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Cf. D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

² Nascido em 19 de maio de 1921, Leônidas Pires Gonçalves é natural do Rio Grande do Sul, com formação na Escola Militar do Realengo, em 1942, sendo que às vésperas do Golpe Civil-Militar de 1964, servia como tenente-coronel no Estado-Maior do Exército (EME) com o Gen. Humberto de Alencar Castello Branco. Em 1967, foi instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, em 1969, passou a comandar o 2º Regimento de Obuses, em Itu, São Paulo. Por conseguinte, foi Subcomandante da ECEME e promovido a General-de-Brigada, em 1973. Em 1974, passou a ser chefe do Estado-Maior do I Exército comandando o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI). A partir de 1981, foi designado como vice-chefe do EME. E, em 1985, assumiu o cargo de Ministro do Exército do governo José Sarney. Cf. OURIQUES, I. M. **O ressentimento no discurso do ex-General Leônidas Pires Gonçalves**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 6-7.

³ O termo se dá em vista uma produção historiográfica a respeito do assunto, que observou a participação de setores da sociedade civil na conspiração do golpe e em sua manutenção. À vista das contribuições de René Armand Dreifuss, Carlos Fico sublinha uma “culminância de um movimento civil-militar” em 1964. Cf. FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n.

publicados pela Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEx), intitulada *História Oral do Exército – 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*⁴ (CHOE-64).

No período 2003-2004, a BIBLIEx produziu e publicou a segunda iniciativa do Programa de História Oral do Exército a respeito do Golpe Civil-Militar e da Ditadura Militar brasileira. Assim, nas vésperas dos 40 anos do golpe de Estado de 1964, os militares rememoraram os acontecimentos daquele período à sua maneira e consoante o que pensa a instituição militar.

Maud Chirio, por exemplo, na obra intitulada *A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira* – resultado de sua pesquisa no curso de Doutorado –, explica que a memória militar somente obteve espaço no meio acadêmico após os depoimentos publicados pelo CPDoc/FGV-RJ, em 1994, ou seja, 30 anos após o golpe de 1964⁵. No entanto, ela destaca que desde a segunda metade da década de 1970, memórias de oficiais golpistas ocupam o mercado editorial; e ainda, aponta a importância do projeto concluído pelo CPDoc/FGV-RJ devido ao fato de nenhuma instituição militar ter participado da produção do mesmo, uma vez que deixou de haver a “palavra concedida” dos oficiais golpistas.

É preciso atentar-se para a relevância da coleção de depoimentos publicados pela BIBLIEx, pois, o EB detém o “monopólio de produção”⁶ sobre os depoimentos. Assim, compreender como a coleção foi elaborada, quais são os elementos que a compõem, sobre quem ela fala e para quem fala, com quem e com o que ela dialoga, sobretudo, no âmbito de uma guerra da memória, caracteriza o primeiro conjunto de questionamentos junto ao objeto da pesquisa.

Na pesquisa aqui empreendida, foi possível se deparar com a dissertação de Eduardo Santos Chaves, que discutiu metodologicamente o projeto da História Oral Exército, destacando momentos relevantes da história e da memória sobre a Ditadura Militar (golpe de 1964, decretação do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968⁷ (AI-5), entre outros)⁸.

47, p. 48-56, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴ Pelo fato de o título da coleção ser longo e para evitar sua repetição no decorrer do presente estudo, adotou-se a sigla CHOE-64 no tângente à coleção intitulada *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1-15.

⁵ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 16.

⁶ *Ibidem*, p. 16.

⁷ BRASIL. **Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos

Eduardo Santos Chaves também é autor de um artigo interessante sobre a temática, que descreve e analisa em linhas gerais o Programa de História Oral do Exército, o qual não se limitou à coleção sobre a Ditadura Militar supramencionada, abarcando outros projetos, tais como: Segunda Guerra Mundial (oito volumes); Projeto Rondon (quatro volumes); e, Engenharia Militar (um volume)⁹.

De acordo com os estudos de Chaves, a coleção em questão surge com a insistente preocupação de que os jovens oficiais poderiam sofrer a infiltração de ideias que estariam sendo divulgadas pela mídia, pela historiografia e por professores de História. Logo, a instituição investiu na elaboração da própria história e memória sobre os 21 anos do estado de exceção.

A disposição em narrar o próprio percurso histórico não é novidade para o EB e tampouco para as Forças Armadas (FA). Sobre a questão, Chaves afirma que tais cuidados são tomados quase sempre no interesse de relatar os grandes acontecimentos políticos e os personagens que se acreditam ser mais representativos¹⁰. Assim, algumas questões que lhes foram próprias se mostraram importantes na temática da presente pesquisa, quais sejam: por que o EB se preocupa tanto em proteger e/ou construir uma história/memória de seu passado? Qual o papel/propósito/objetivo em preservar? Por que ou qual o interesse do EB em elaborar um projeto de história oral/em construir um arquivo a ser consultado? Tendo em vista não somente uma batalha de memórias referente ao marco histórico/fato histórico do Golpe Civil-Militar de 1964, isto é, se foi golpe, revolução ou contrarrevolução?

Com base nos estudos de Chaves sobre a temática supramencionada, outras questões se mostraram evidentes, que enriqueceram os estudos sobre a coleção e a questão da memória militar sobre a ditadura. Logo, para o entendimento de como a CHOE-64 foi produzida, priorizaram-se os aspectos peritextuais que cercam a coleção. Nesse ínterim, Gérard Genette elucida na obra intitulada *Paratextos Editoriais*, as práticas discursivas e estratégias narrativas; ou seja, trata de alguns termos que servem de mediação entre o livro e o leitor –

pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁸ CHAVES, E. S. “Do outro lado da colina”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 17. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁹ *Ibidem*. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 137-138, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013133/2839>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁰ *Idem*. “Do outro lado da colina”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar, *op. cit.*, p. 17.

dispositivos e convenções que se encontram no limiar entre o mundo da publicação e do texto¹¹. Como exemplos têm-se: título, orelha do livro, prefácio, epígrafe, intertítulo etc. – elementos que compõem uma obra literária, denominados peritexto (o que está dentro do livro (texto) ou nas suas margens), e os elementos que se situam na parte externa de um livro, denominados epitextos (entrevista ou resenha acerca de um determinado livro, por exemplo).

E ainda, Genette atenta para o “estatuto pragmático” de um elemento paratextual, cuja definição se dá através das características de suas instâncias ou de sua situação de comunicação; ou seja, diz respeito à natureza do destinador e do destinatário, ao grau de autoridade do destinador e à “força ilocutória” da mensagem¹².

Aquele autor também evidencia que é possível entender por “força ilocutória” um elemento de paratexto, que pode “comunicar” uma informação, bem como é possível apreender “uma intenção ou uma interpretação autoral e/ou editorial”¹³. Em suma, é a “função essencial” dos prefácios, das capas ou das páginas de rostos¹⁴.

Outro aspecto para atentar-se, sobretudo, nas entrevistas dos oficiais-generais e superiores surgiu dos seguintes questionamentos realizados sobre o objeto de pesquisa (a CHOE-64 e as memórias – os depoimentos – dos oficiais-generais e superiores apresentados na coleção de depoimentos): por que em um número significativo de depoimentos de oficiais-generais se quer construir/reconstruir uma memória da participação dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Golpe Civil-Militar? Por que a memória sobre a instituição, por vezes, é sempre afetiva? (algo perceptível nos depoimentos dos entrevistados) Por quais motivos a AMAN transmitiria valores, crenças e sentimentos de “brasildade” patrióticos? Por que, ao recordar a AMAN, os oficiais superiores “sempre” rememoram de forma emotiva, apaixonada?

De fato, identificou-se uma memória, uma elaboração de um discurso apaixonado da participação da AMAN, sobretudo, no tangente aos eventos políticos e às estratégias militares, operacionais e táticas de campo. Assim, com o intuito de estabelecer a “verdade” do EB, promoveu-se uma versão, ou melhor, um reforço do mito político¹⁵, a fim de preservar a tradição, as crenças e os valores castrenses para os jovens oficiais em formação, isto é, aqueles que estão cursando a principal escola de formação de oficiais.

¹¹ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 17.

¹² *Ibidem*, p. 17.

¹³ *Idem*, p. 17.

¹⁴ *Idem*, p. 17.

¹⁵ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 9-24.

Portanto, na empreitada supramencionada, os oficiais-generais escolhidos seriam aqueles com alguma relação com a AMAN¹⁶, seja em postos de comando ou simplesmente formados na instituição no período 1961-1964.

Segundo o historiador Enzo Traverso, na obra intitulada *O Passado, Modos de Usar: história, memória e política*, a memória tem a capacidade de “capturar o passado numa rede de malha” mais ampla que a história¹⁷. Nesse processo de captura, aquele autor explica que se tem na memória uma “dose” maior de subjetividade, de “vivido” daquele (a) que rememora¹⁸. Doravante, a elaboração do passado é a característica em comum que se manifesta na mesma preocupação e no objeto compartilhado entre os conceitos de história e de memória.

De fato, a história é mais um “relato, uma escrita do passado conforme modalidades e as regras de um ofício”¹⁹. Cabe à história fazer perguntas à memória. E ao adotar uma postura auto-reflexiva, a história transforma a memória em um dos seus objetos de estudo.

Traverso explicita que a memória é um dos domínios de investigação da história do tempo presente; é conjugada no presente, delimitando suas propriedades: “a sucessão de acontecimentos de que se devem guardar recordações (e de testemunhas a escutar), a sua interpretação, as suas <<lições>> etc.”²⁰; se transforma “em questão política e toma a forma de injunção ética – o <<dever da memória>>”²¹, cujo uso pode ser alvo de abusos.

O segundo conjunto de questionamentos emerge da dimensão afetiva, simbólica e das emoções na prática política dos militares via CHOE-64. Pierre Ansart, sociólogo francês, na obra intitulada *A Gestão das Paixões Políticas*, auxilia na reflexão “sobre o espaço dos

¹⁶ A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é uma instituição de Ensino Superior de formação básica dos oficiais combatentes da ativa do Exército Brasileiro (EB). Sua localização é no município de Resende, Rio de Janeiro. Segundo Castro, os candidatos que ali se matriculam tiveram seu ingresso via Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), Colégios Militares (CMs) e Concurso de Admissão. Também é possível ingressar em seus quadros via escolas secundárias da Marinha (Colégio Naval) e da Aeronáutica (Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR). A duração do curso é de quatro anos e, ao ingressar, o indivíduo passa a estar sujeito à legislação militar “e recebe o título de ‘cadete’, que mantém até o final do curso, quando então recebe a patente de ‘aspirante-a-oficial’”. O ensino na AMAN “compreende duas áreas”, quais sejam: 1) Fundamental; e, 2) Profissional. A fundamental diz respeito à base “cultural necessária para o prosseguimento da carreira”. Já o “ensino profissional visa dar ao cadete o conhecimento técnico necessário para atuar até o posto de capitão dentro da ‘Arma’” escolhida até o final do 1º ano de curso, que corresponde à Infantaria, à Cavalaria, à Artilharia, à Engenharia, à Intendência, às Comunicações ou ao Material Bélico. Ainda conforme Castro, os cadetes em formação na AMAN vivenciam “um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar”. Aquele autor fez um estudo sobre AMAN, resultado de sua pesquisa de curso de Mestrado, destacando que por meio da “interação cotidiana” entre cadetes e oficiais que “o processo de construção da identidade social do militar, do espírito militar” é criado ou fortalecido. Cf. CASTRO, C. **O espírito militar: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 1-5.

¹⁷ TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar: história, memória e política**. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012, p. 10.

¹⁸ *Ibidem*, p. 10.

¹⁹ *Idem*, p. 21.

²⁰ *Idem*, p. 21.

²¹ *Idem*, p. 18.

sentimentos”²² no discurso dos militares, sobretudo, a respeito dos ressentimentos, ao adentrar “questões relacionadas à memória, em sua problemática e complexa relação com a história”²³.

Ansart formula algumas questões referentes à “dimensão afetiva da vida política, os sentimentos comuns, as paixões coletivas que participam das práticas políticas”, ou seja: “como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas consequências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?”²⁴.

Maria Stella Bresciani e Marion Brephol, na apresentação da coletânea de textos organizados pelas autoras, intitulado *Razão e Paixão na Política*, destacam que as indagações de Ansart “colocaram de forma inovadora e pioneira, nos anos 1980, a questão dos sentimentos nos domínios da ação e, mais, do pensamento político”²⁵. Assim, fazendo uso de argumentação bem estruturada e uma refinada análise de várias situações particulares, aquele sociólogo francês “rompia o obstáculo que se interpunha à aceitação de um domínio de estudos da política, no qual a afetividade se mostrava presente e atuante na formação de convicções particulares e de suas expressões coletivas não turbulentas”²⁶.

Portanto, rompe-se “a nítida separação entre razão e paixão e, mais do que isto, o pressuposto do predomínio da primeira sobre a segunda”²⁷.

Ansart, ao pensar sobre o espaço, a presença e a ação dos sentimentos e paixões na vida política, recorre a autores que refletiram a respeito da dimensão afetiva da prática política – Platão, Marx, Montesquieu e Tocqueville, por exemplo. Segundo Jacy Seixas, é possível correlacionar e perceber que a característica em comum nas reflexões dos autores supramencionados diz respeito à “necessidade de procurar instrumentos teóricos para pensar a historicidade dos sentimentos comuns e das paixões coletivas que acompanham as condutas dos indivíduos e grupos sociais”²⁸. Aquele sociólogo francês enfatiza que é preciso estar atento a como os sentimentos e as paixões são produzidas e reproduzidas, considerando profícuo tomar como referência a hipótese de Montesquieu: para cada “sistema político um modelo de paixão política” que diz respeito “à estrutura e ao funcionamento” de cada regime político²⁹.

²² ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 7.

²³ MARSON, I. A.; NAXARA, M. (Orgs.). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005, p. 9.

²⁴ ANSART, *op. cit.*, p. 7.

²⁵ BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 7-8.

²⁶ *Ibidem*, p. 8.

²⁷ *Idem*, p. 8.

²⁸ ANSART, *op. cit.*, segunda orelha do livro.

²⁹ *Ibidem*, p. 12.

A CHOE-64 possui 247 entrevistas no decorrer de 15 tomos – número elevadíssimo de depoimentos para serem analisados no decorrer de um curso de Mestrado. Para tanto, as linhas que se seguem fizeram uma imprescindível seleção dos depoimentos em questão, sendo os militares selecionados oficiais-generais e superiores que tiveram alguma participação na conspiração do golpe de Estado de 1964 e no decorrer da Ditadura Militar, por meio de postos ou funções institucionais importantes para a manutenção da ditadura.

O motivo da escolha se deu, primeiramente, ao se observar a repetição do discurso apaixonado em relação à AMAN nas entrevistas de oficiais-generais e superiores que tiveram vínculos com a instituição. O segundo motivo teve por base o argumento de Maud Chirio, onde os “oficiais de todas as patentes, do tenente ao general dissidente, são atores” da vida política antes, durante e após o Golpe Civil-Militar de 1964³⁰. Sobre a questão, a historiadora francesa explica que:

[...] o ativismo desses oficiais, por ter sido considerado legítimo por grande parte dos golpistas, é revelador da natureza do próprio regime militar e, em particular, de suas ambiguidades simbólicas. Obra coletiva de uma direita militar galvanizada pela palavra ‘revolução’ ou açambarcamento do poder de Estado por generais imbuídos de um imaginário hierárquico? Desvio autoritário da República ou Estado de exceção ‘revolucionário’? Entre esses modelos, os golpistas irão coletivamente improvisar, na negociação e no conflito, seu próprio regime³¹.

Diante do exposto, a presente Dissertação foi estruturada em dois capítulos. No primeiro se tem como destaque a CHOE-64 – pensada e elaborada pela BIBLIEx. A partir do que explicita Genette sobre os elementos peritextuais (título, capa, prefácio, orelha do livro, etc.), foi possível compreender como a coleção em questão transmitiu o mesmo discurso em diferentes lugares peritextuais.

De acordo com Michael Pollak, trata-se de um trabalho de enquadramento de memória³² que reforça as tradições, os símbolos e os rituais comemorativos castrenses.

Em suma, vale destacar que, por meio da iniciativa do Programa de História Oral do Exército, a BIBLIEx tenta ou acredita que faz “história oral” (mas não cumpre as exigências metodológicas desse campo) para se lançar na guerra de memórias, tendo em vista o crescente

³⁰ CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 13.

³¹ *Ibidem*, p. 13.

³² POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

número de estudos na área da história do tempo presente³³, como na área da história política, bem como à vista das produções memorialísticas de militantes de esquerda.

No segundo capítulo abordaram-se entrevistas de oficiais-generais e superiores³⁴, entre os quais, ou se formaram na AMAN ou tiveram alguma passagem por postos de comando naquela instituição, ou até mesmo oficiais golpistas que tiveram alguma participação no Golpe Civil-Militar de 1964 e na manutenção da Ditadura Militar (1964-1985). O problema central das linhas aqui localizadas se deu no modo pelo qual os oficiais rememoram a AMAN. Aqui, os ressentimentos expressos no discurso dos militares são: o vestígio; o rastro fundamental da análise; o amor à pátria que a AMAN transmite aos militares; a traição em relação à mídia; a vingança em relação aos “revanchistas”, entre outros – estímulos do processo de recordação sobre o Golpe Civil-Militar de 1964.

³³ No artigo intitulado *Ethics, presente time and memory in Brazilian journals of history, 1981-2014*, Alexandre de Sá Avelar e Mateus H. F. Pereira promovem um panorama sobre os estudos que discutem a temática da memória, do tempo presente e da ética. Cf. AVELAR, A. S.; PEREIRA, M. H. F. *Ethics, presente time and memory in Brazilian journals of history, 1981-2014*. **Historrein**, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://ejournals.epublishing.ekt.gr/pfiles/journals/14/editor-uploads/issues/611/main611.html?1=611&2=8582>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁴ A lista de nomes de militares selecionada foi: Gen. Ex. Antonio Jorge Correa, Gen. Ex. Moacyr Barcellos Potyguara, Gen. Ex. Leônidas Pires Gonçalves, Gen. Div. Carlos de Meira Mattos, Gen. Ex. Ivan de Souza Mendes, Gen. Ex. Octávio Pereira da Costa, Cel. Luís Alencar Araripe, Cel. Amerino Raposo Filho, Jarbas Passarinho, Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, Gen. Ex. Carlos Tinoco Gomes, Gen. Bda. Geraldo Luiz Nery da Silva e Gen. Ex. Antonio Carlos da Silva Muricy. Com exceção de um civil: ministro Armando Ribeiro Falcão.

1 A COLEÇÃO COMO UMA ARMA NA GUERRA DE MEMÓRIAS

1.1 O PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Nas comemorações dos 40 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, foi publicada pela Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEx), a coleção intitulada *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*³⁵ (CHOE-64).

Tem-se aí a segunda iniciativa do Programa de História Oral do Exército³⁶. Criado por intermédio de uma Portaria Ministerial pelo Ministro do Exército, o Gen. Gleuber Vieira³⁷, em 29 de outubro de 1999, o Programa foi posto em prática a partir de 2000³⁸.

O projeto esteve sob a coordenação geral do Gen. Bda. Aricildes de Moraes Motta³⁹, reunindo no decorrer de 15 volumes, 247 entrevistas e depoimentos de militares e civis que “atuaram e/ou tiveram alguma participação na defesa e manutenção do golpe militar e durante

³⁵ Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1-15.

³⁶ A Segunda Guerra Mundial foi a primeira iniciativa.

³⁷ Gleuber Vieira é natural do Rio de Janeiro, nascido em 08 de dezembro de 1933. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da qual saiu pré-AO de Artilharia em 1954. Segundo Fabrício Augusto Souza Gomes, Vieira foi premiado com menção honrosa por se destacar no curso de história militar. Foi o primeiro colocado de sua turma de artilharia na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e primeiro na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). No posto de capitão, foi instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), da AMAN e da EsAO. Já como coronel, comandou o 11º Grupo de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro. Como general, foi chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP). Como chefe do DEP, investiu em um processo de modernização do ensino no Exército Brasileiro (EB) ao valorizar a história militar. Foi Ministro do Exército do governo Fernando Henrique Cardoso. Criou a Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB). Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **VIEIRA, Gleuber**. Rio de Janeiro, 2019o. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vieira-gleuber>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

³⁸ Segundo Eduardo Santos Chaves, o Programa de História Oral do Exército fica sob supervisão da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) – órgão subordinado ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), cuja autoridade se dá ao Comandante do Exército. Além do projeto em análise, aquele autor informa que no percurso do Programa foram realizados outros projetos, tais como: Segunda Guerra Mundial (oito volumes); Projeto Rondon (quatro volumes); e, Engenharia Militar (um volume). Cf. CHAVES, E. S. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 137-138, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013133/2839>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁹ Aricildes de Moraes Motta é natural da cidade do Rio de Janeiro, nascido em 29 de novembro de 1930. Em 1952, concluiu o curso da AMAN como pré-AO da Arma de Artilharia. Em 1963, fez o curso da EsAO e, no período 1966-1969, cursou a ECEME. Foi promovido a General-de-Brigada (Gen. Bda.) somente em 1986, quando Motta passou a ser comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª Bda. Inf. Mtz.). Ao passar para a reserva, coordenou o projeto História Oral do Exército e foi presidente do Conselho Deliberativo da Biblioteca do Exército (BIBLIEx). Faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2016. Cf. MOTTA, A. M. O General Aricildes de Moraes Motta e o Projeto História Oral do Exército. **Da Cultura**, a. XVI, n. 29, p. 9, nov. 2017 Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/dacultura/article/view/987>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

a Ditadura Militar”⁴⁰. O coordenador-geral teve à sua disposição seis Coordenadorias Regionais estabelecidas nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Fortaleza e Brasília⁴¹.

Em uma entrevista a Eduardo Santos Chaves em 07 de dezembro de 2010, o Gen. Bda. Aricildes de Moraes Motta, como coordenador-geral do projeto, afirmou que a escolha do nome para a coordenadoria geral pelo Ministro Gleuber Vieira se deu por duas razões, quais sejam: 1) O pensamento/As ideias de ambos os oficiais iam ao encontro dos acontecimentos recentes (1999/2000); e, 2) “além da amizade de longa data”⁴². Na mesma entrevista, Motta explicita que, à época, o Ministro do Exército constatou que era preciso ouvir o “outro lado da colina”⁴³.

De fato, considerar o percurso histórico da BIBLIEx é essencial para compreender como a coletânea de depoimentos se coloca frente à batalha de memórias que, desde o fim da década de 1970, tenta impor a versão oficial da instituição sobre os fatos ocorridos no Golpe Civil-Militar de 1964 e na Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

O Programa de História Oral do Exército foi criado no início do segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, mas somente no período 2003-2004, os primeiros volumes começaram a ser publicados. Naqueles anos, pela primeira vez na história da república brasileira, um candidato à esquerda ganhou as eleições presidenciais. Luis Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT), além de ser nordestino, operário metalúrgico, sindicalista e perseguido político durante a Ditadura Militar, havia chegado ao poder. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, várias foram as políticas sociais e culturais durante o governo daquele mandatário que provocaram uma grande repercussão⁴⁴.

⁴⁰ CHAVES, E. S. “Do outro lado da colina”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 13. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴¹ Os nomes dos coordenadores regionais foram: Gen. Luiz Nery da Silva (Rio de Janeiro/Minas Gerais); Cel. Tarcisio dos Santos Vieira (Ceará); Tem. Cel. Ivan Ferreira Neiva e Cel. Roosevelt Wilson Sant’ana (Distrito Federal); Cel. Ilo Francisco Marques de Barros Barreto (Recife); Cel. José Gustavo Petito (São Paulo); e, Gen. José Carlos Rotta (Rio Grande do Sul).

⁴² CHAVES, *op. cit.*, p. 18.

⁴³ Expressão utilizada pelo Gen. Bda. Aricildes de Moraes Motta na entrevista concedida a Chaves. Cf. *Ibidem*, p. 15, 18.

⁴⁴ No capítulo intitulado *O lulismo e os governos do PT*, Rodrigo Patto Sá Motta promove um balanço histórico político, econômico e social da ascensão de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Ademais, destaca ações políticas desenvolvidas e/ou praticadas pelo governo daquele mandatário, com menção à alguns programas que auxiliaram a economia superar a “fase inicial de ajuste ortodoxo na economia”. Cf. MOTTA, R. P. S. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Nova República: da transição democrática a crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 415-445.

Entre as ações vale destacar a continuidade e o aprofundamento das reparações financeiras realizadas pelo Estado com base na Lei de Anistia de 1979 – Lei n. 6.683, de 28 de agosto⁴⁵ –, que anistiou algozes e vítimas das violências perpetradas pelo Estado.

Manusear e analisar a CHOE-64 é uma tarefa delicada, tendo em vista o número extenso de entrevistas publicadas pela BIBLIEx. A coleção de depoimentos se torna interessante pelo fato de reanimar os debates acerca da história e memória sobre a Ditadura Militar, bem como por revelar o porquê e como uma instituição militar se posiciona frente ao referido debate.

Para compreender a perspectiva da própria instituição, faz-se importante considerar as contribuições do antropólogo Celso Castro, cujo estudo acerca da Antropologia Militar no Brasil evidencia como os cadetes que ingressam na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) são submetidos, constantemente, a cerimônias, a símbolos, a “rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetição de recursos mnemônicos, cuja função parece ser a inculcação ‘naturalizada’ ou a ‘decoração’ de princípios militares”⁴⁶.

Para além da capa, o possível leitor que acessa a CHOE-64 eventualmente se deparará com o “anterrosto” do livro que, segundo Gérard Genette, contém o título e o subtítulo da coleção⁴⁷. Aquele crítico literário explica que o “anterrosto” é um local privilegiado para se incluir as dedicatórias, pois, ao virar a página, é possível observar que no topo se tem o escudo da BIBLIEx – Casa do Barão de Loreto –, seguido de um texto o qual inscreve o momento de sua fundação pelo Decreto n. 8.336, em 17 de dezembro de 1881⁴⁸, por Franklin Américo de Menezes Dória (o Barão de Loreto, que foi Ministro da Guerra). Em 26 de junho

⁴⁵ BRASIL. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴⁶ LEIRNER, P. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 41.

⁴⁷ Em relação ao “anterrosto” de uma obra, Genette explica que é possível encontrar algumas informações para além do título, como, por exemplo, anexos, nomes e endereço do editor, entre outras. Em geral, aquele crítico literário ressalta as origens da dedicatória perpassando obras literárias da Roma Antiga, bem como algumas obras dos períodos clássico e medieval. Até o século XIX, as dedicatórias possuem dois aspectos que passam a desaparecer, isto é, a dedicatória com uma “função social mais direta” e a outra sob a forma de “epístola elogiosa”. Elas tinham como função prestar uma homenagem. Assim, o anterrosto pode ser considerado como um lugar onde são prestadas as homenagens, ao passo que na dedicatória é possível observar a relação entre o autor ou o editor e “alguma pessoa, grupo ou entidade”. Cf. GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 109-130.

⁴⁸ BRASIL. **Decreto n. 8.336, em 17 de dezembro de 1881**. Estabelece na Côte uma bibliotheca do Exercito. Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8336-17-dezembro-1881-546617-publicacaooriginal-60955-pe.html>>. Acesso em: 30 out. 2019.

de 1937, aquela Biblioteca foi reorganizada pelo Gen. Div. Valentin Benício da Silva via Decreto n. 1.748⁴⁹.

Conforme Genette, no anterosto de uma obra, é possível encontrar algumas informações para além do título como, por exemplo, anexos, nomes e endereço do editor, entre outras. Assim, no anterosto da coleção de depoimentos supramencionada, a única informação disponibilizada é o título da coleção: *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*⁵⁰. No verso da página, na falsa folha de rosto, o editor apresenta mais alguns dados.

No “anterosto” da coleção supramencionada se tem evidente disposição hierárquica quando a BIBLIEx estrutura as informações da página. Além da menção ao Barão de Loreto, por conseguinte, são apresentados os oficiais em postos de comando institucionais à época da elaboração e publicação dos volumes, quais sejam: o Comandante do Exército, Gen. Ex. Francisco Roberto de Albuquerque; o responsável pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), Gen. Ex. Gilberto Barbosa de Figueiredo; o Diretor de Assuntos Culturais, Gen. Bda. Antônio Gabriel Esper; e, o Diretor da BIBLIEx, o Cel. Eng. Luiz Eugênio Duarte Peixoto.

A seguir, têm-se os integrantes do Conselho Editorial: o Presidente é o Cel Art. e Estado-Maior Luiz Paulo Macedo Carvalho; os Beneméritos são o Gen. Div. Carlos de Meira Mattos⁵¹ e o Cel. Celso José Pires; e, entre os Membros Efetivos, constam os nomes do

⁴⁹ BRASIL. Decreto n. 1.748, de 26 de junho de 1937. Dispõe sobre organização da Biblioteca Militar, do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1748-26-junho-1937-459119-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵⁰ Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). *História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1-15.

⁵¹ Carlos Meira Mattos nasceu em 23 de julho de 1913, em São Carlos, São Paulo. Em janeiro de 1935, tornou-se pré-AO pela Escola Militar do Realengo. Foi “instrutor da Escola Militar do Realengo em 1940 e 1941 e, em setembro de 1942 foi promovido a capitão”. Segundo o verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (CPDoc/FGV-RJ), aquele militar fez parte do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no decorrer da II Guerra Mundial (1939-1945), “sob o comando do general-de-divisão João Batista Mascarenhas de Moraes”. Em 1964, Meira Mattos, como coronel, comandava o 16º Batalhão de Caçadores, em Cuiabá, Mato Grosso, de onde liderou uma marcha com destino a Brasília, Distrito Federal, para derrubar João Goulart da Presidência da República (PR). Em 1976, Meira Mattos cursou a Escola Superior de Guerra (ESG), passando, posteriormente, a ocupar “o cargo de adjunto de Divisão de Assuntos Militares” na mesma escola. Meira Mattos ainda atuou no Ministério da Educação (MEC) via comissão especial criada, em 1967, pelo ditador no cargo de Presidente da República, Gen. Costa e Silva. O resultado da comissão gerou um relatório final denominado “relatório Meira Mattos”. Em março de 1968, tornou-se Gen. Bda., sendo inspetor-geral das Polícias Militares (PMs). Foi designado comandante da AMAN em março de 1969, ficando até 1971. Em novembro de 1973, tornou-se Gen. Div. e, no ano seguinte, foi nomeado vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) que, à época, estava sob o comando do Gen. Humberto Sousa Melo. E ainda, Meira Mattos concluiu o curso de Doutorado, em 1984 pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, “tendo como orientador o sociólogo Gilberto Freire”, cujo título da tese foi *Geopolítica e trópicos*. Outros livros de Meira Mattos são: *Bandeiras históricas do Brasil* (1951), *Projeção mundial do Brasil* (1960), *Doutrina política da revolução de 31 de março de 1964* (1964), *A experiência da Faibrás na República Dominicana* (1967), *Pensamento revolucionário brasileiro* (1968), *Doutrina política de potência (6º aniversário da revolução)* (1970), *Operações na guerra revolucionária* (1971), *Brasil — geopolítica e destino* (1975), *A geopolítica e as projeções do poder* (1977), *Uma geopolítica*

embaixador Vasco Maniz, Gen. Div. Ulisses Paulo Cesar de Castro, Gen. Bda. Aricildes de Moraes Motta, Gen. Bda. Cesar Augusto Nicodemus de Souza, Cel. Cav. e Estado-Maior Nilson Vieira Ferreira de Mello, Cel. Eng. e Estado-Maior Luiz Carlos Carneiro de Paula, professor Dr. Arno Wehling⁵², professor Dr. José Arthur Alves da Cruz Rios e professor Dr. Ricardo Vélez Rodríguez⁵³.

Também vale destacar os seguintes dados presentes no verso da folha de rosto da coleção supramencionada: o título da coleção, *copyright*; o coordenador regional do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gen. Geraldo Luiz Nery da Silva; o coordenador assistente Aurélio Cordeiro da Fonseca; e, a revisão de Solange D’Almeida Telles e Ivan Pedro da Cunha.

A partir do estudo de Clarice Berkowicz sobre a Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército Brasileiro (EB), sobretudo, no Estado Novo, ressaltam-se alguns

pan-amazônica (1980), *Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época* (1983), *Estratégias da guerra nas estrelas* (1988), *Geopolítica e teoria de fronteiras* (1990) e *Castelo Branco e a Revolução* (1994)” (grifo do autor). Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CARLOS DE MEIRA MATOS**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-de-meira-matos>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵² O professor Dr. Arno Wehling é um historiador brasileiro formado em História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor titular de Teoria e Metodologia da História na UFRJ e professor titular de História do Direito e das Instituições na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É membro do corpo editorial da BIBLIEx, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Cf. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. **Arno Wehling**: biografia. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/arno-wehling/biografia>>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Membro do Conselho da BIBLIEx toma posse na Academia Brasileira de Letras, sucedendo Ferreira Gullar. In: **Agência Verde-Oliva**, 05 set. 2017. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/membro-do-conselho-da-bibliex-toma-posse-na-academia-brasileira-de-lettras-sucedendo-o-poeta-ferreira-gullar->>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵³ Ricardo Vélez Rodríguez ficou recentemente conhecido pela sua passagem – que durou três meses – pelo MEC no governo Jair Messias Bolsonaro. Em 1964, graduou-se em Filosofia pela Universidade Pontifícia Javeriana. Em 1967, graduou-se em Teologia pelo Seminário Conciliar de Bogotá. Possui Doutorado “em Filosofia pela Universidade Gama Filho” (1982). Entre as várias polêmicas que caracterizou a gestão de Vélez a frente da pasta supramencionada, vale destacar a entrevista ao jornal *Valor Econômico*, no dia 03 de abril de 2019. Ali, Vélez “disse que ‘haverá mudanças progressivas’ nos livros didáticos para que ‘as crianças possam ter a ideia verídica, real’, do que foi a sua história”. Segundo o referido periódico, Vélez fez uma referência ao modo com o Golpe Civil-Militar de 1964 e a Ditadura Militar são ensinadas nas escolas. Ainda na mesma reportagem, Vélez afirmou que “o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira” e, em seguida diz que não foram os quartéis que colocaram Castello Branco – como ditador no cargo de presidente da República, vale destacar –, mas sim a “sociedade brasileira”. Nesse ínterim, a narrativa em questão é consoante com a narrativa da *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história* (CHOE-64). E ainda, a indicação do nome de Vélez ao MEC se deu por Olavo de Carvalho a Jair Messias Bolsonaro. Olavo de Carvalho foi entrevistado pela CHOE-64, sendo que a entrevista está situada em seu Tomo 3. É preciso recordar que Olavo de Carvalho faz parte do grupo de civis entrevistados pelo Programa de História Oral do Exército. Cf. VIDE EDITORIAL. **Autores**: Ricardo Vélez Rodríguez: biografia. 2019. Disponível em: <https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=828>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. MURAKAWA, F.; ARAÚJO, C. Vélez quer alterar livros didáticos para “resgatar visão” sobre golpe. In: **Valor Econômico**, 03 abr. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em: 30 out. 2019.

aspectos sobre tal instituição no decorrer do tempo⁵⁴. Em primeiro lugar, é preciso um olhar atento para perceber as descontinuidades, as rupturas, as disputas e os conflitos que levam até a criação da atual BIBLIEx⁵⁵. Somente em 1937, aquela Biblioteca passaria por uma organização e se tornaria uma editora⁵⁶.

Em prol das respostas aos questionamentos outrora apresentados no presente estudo (por que o EB se preocupa tanto em proteger e/ou construir uma história/memória de seu passado? Qual o papel/propósito/objetivo em preservar?), Berkowicz observa, com base no sítio da BIBLIEx na *internet*, quando do acesso à a sessão *Nossa História*, uma pequena descrição histórica que valoriza e ratifica a editora do EB como sendo uma “centenária instituição cultural do Exército brasileiro que contribui para o provimento, a edição e a difusão dos meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento da cultura profissional-militar e geral”^{57 58}.

Por conseguinte, é preciso atentar-se para a parte textual daquele *site* que reitera que a Biblioteca tem sua origem no século XIX, referindo-se às bibliotecas recomendadas pelo Mal. Gen. Friedrich Wilhelm Ernest, conde de Schaumbourg-Lippe, em uma “Memória”⁵⁹ de 1773, “como parte de reorganização militar portuguesa”⁶⁰. E ainda, é importante ressaltar, conforme Berkowicz, que essa narrativa acerca do passado da BIBLIEx se apresenta como uma versão institucional cujo fio que liga a história é traçado sem interrupções; ou seja, essa memória institucional não pode ser naturalizada, pois é resultado de “interesses institucionais e políticos”⁶¹.

O esforço em elaborar uma história e memória da própria instituição se dá por meio de duas organizações que se dedicaram à tarefa. Desde meados do século XX, mais precisamente em 1936, foram criados o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), vigente desde 1996 – ambas com o intuito de reunir sistematicamente a história do EB. No entanto, conforme Chaves,

⁵⁴ BERKOWICZ, C. A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército no Estado Novo. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, 22-26 de julho de 2013. *Anais...* Natal, 2013, p. 1. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364942062_ARQUIVO_capitulo1reformulado.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵⁵ A sede da BIBLIEx está localizada no Palácio Duque de Caxias. Cf. *Ibidem*, p. 1.

⁵⁶ *Idem*, p. 1.

⁵⁷ BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Biblioteca do Exército. **Nossa história**: Biblioteca do Exército – Casa do Barão de Loreto (BIBLIEx). Brasília, 23 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.bibliex.eb.mil.br/editoria-d-2>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵⁸ BERKOWICZ, *op. cit.*, p. 1.

⁵⁹ Essa “Memória” de 1773 diz respeito ao momento em que o conde de Lippe esteve incumbido, “pelo marquês de Pombal, de reorganizar o Exército português”. Cf. *Ibidem*, p. 2.

⁶⁰ BRASIL, *op. cit.*

⁶¹ BERKOWICZ, *op. cit.*, p. 2.

somente no final da década de 1990, programas foram criados com o propósito de proteger a memória a partir da produção de fontes orais⁶². Nesse ínterim, apresentando detalhadamente como se deu a constituição do projeto realizado pelo EB, aquele autor enfatiza que a BIBLIEx é a editora “porta-voz”⁶³ das diversas obras publicadas a respeito da história do EB, da Marinha e da Aeronáutica. Os textos são produzidos pelos próprios membros das Forças Armadas (FA) com a intenção de construir uma narrativa “verdadeira” e indiscutível acerca das instituições militares.

Tendo em vista a contribuição dos autores supramencionados, é possível observar a insistente busca do EB, como uma instituição nacional, pela reafirmação de um passado coerente e uma tradição ininterrupta. Celso Castro, na obra intitulada *A Invenção do Exército Brasileiro*, explica o processo de “invenção” e institucionalização de três tradições castrenses, quais sejam: 1) O culto a Caxias como patrono do Exército; 2) As comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista de 1935; e, 3) O Dia do Exército, comemorado na data da primeira Batalha dos Guararapes, no dia 19 de abril⁶⁴. Sobre tais tradições, aquele antropólogo destaca que podemos entendê-las por meio de cerimônias, rituais e símbolos, que permitem, mediante a rememoração do passado, “construir a identidade social do Exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças”⁶⁵.

E ainda, Castro afirma que o EB, enquanto instituição nesse processo de inventar tradições, conferiu a si mesmo um “papel a desempenhar na construção da Nação brasileira”⁶⁶.

Na esteira dessas reflexões, Berkowicz afirma que a narrativa oficial constituída ao redor do percurso da BIBLIEx, estipulando um elo com um passado ideal, “deseja veicular a ideia de tradição”⁶⁷. Ora, então, um livro, uma coleção que é fruto do empreendimento da

⁶² CHAVES, E. S. “Do outro lado da colina”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 18. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁶³ O autor promove um estudo aprofundado sobre o emprego dos procedimentos metodológicos da história oral adotados na Coleção, levando em consideração como foi construída a narrativa sobre a ditadura civil-militar na visão dos militares, como averiguar questões a respeito da confecção das pré-entrevistas, das entrevistas, da transcrição, da edição, além de enfatizar o que é a história oral na perspectiva da coletânea. Cf. *Ibidem*, p. 17.

⁶⁴ CASTRO, C. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 1.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁶ *Idem*, p. 5.

⁶⁷ BERKOWICZ, C. A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército no Estado Novo. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, 22-26 de julho de 2013. *Anais...* Natal, 2013, p. 2. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364942062_ARQUIVO_capitulo1reformulado.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

biblioteca ou da editora, também terá o objetivo de transmitir os mesmos valores castrenses de tradição e identidade social.

A relação passado-presente se molda como um dos principais aspectos quando se pensa na reatualização das experiências passadas. Inclusive, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, a construção da memória renova e atualiza o passado no tempo presente, isto é, no tempo em que o gatilho da lembrança atua. O ato de lembrar está inserido entre “as possibilidades múltiplas de registro do passado, elaboração das representações e afirmação das identidades construídas na dinâmica da História”⁶⁸. E ainda, é possível destacar que, ao se referir às culturas, aos comportamentos e aos hábitos coletivos ou, até mesmo, aos rituais comemorativos, a construção da memória se torna a base de processos identitários.

A elaboração do passado é o ponto em comum entre os conceitos de história e memória. A história oral, como uma metodologia que também objetiva registrar o passado, forma-se “como espaço vivificador da relação entre história, as memórias e as identidades”⁶⁹. Nesse ínterim, Delgado afirma que ambos os conceitos auxiliam para estabelecer uma consciência de pertencimento ou não “dos sujeitos históricos a organizações, grupos, instituições, etnias, países”⁷⁰.

Por exemplo, ao ceder seu depoimento, o Gen. Ex. Antonio Jorge Corrêa⁷¹ evidencia a relevância do Projeto, salientando o resgate da memória da participação do EB em fatos importantes, sobre os quais, na visão do depoente, o Projeto dará um ponto final “nos conceitos desabonadores, frutos da ignorância, da maledicência ou da má fé, com relação ao

⁶⁸ DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 46. (Coleção Leitura, Escrita e Oralidade)

⁶⁹ *Ibidem*, p. 46.

⁷⁰ *Idem*, p. 46.

⁷¹ Antonio Jorge Correa é natural da cidade do Rio de Janeiro, nascido em 20 de julho de 1912. Sua trajetória militar tem início ao ingressar na Escola Militar do Realengo, em março de 1930. Em 1940, já alcançara o posto de Cap. no EB e, em 1959, o posto de Cel. Possui todos os cursos regulares do EB e o da ESG. Em 1964, Correa era coronel subcomandante da AMAN. De acordo com o verbete elaborado pelo CPDoc/FGV-RJ, Correa, logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, tornou-se chefe do gabinete do EMFA. Posteriormente, foi promovido a Gen. Bda. Em julho de 1972, foi promovido a Gen. Ex. e passou a presidir a Comissão Executiva Central, que foi designada pelo ditador no cargo de Presidente da República, Gen. Emílio Médici (1969-1974). Em outubro de 1972, Correa passou a ocupar a chefia do DEP-EB ao substituir o Gen. Augusto Muniz Aragão. Ficou no cargo até setembro de 1974. Em outubro do mesmo ano, Correa assumiu a chefia do EMFA ao substituir o Gen. Humberto de Sousa Melo e, em julho de 1976, ao passar para a reserva, foi substituído pelo Gen. Moacir Barcelos Potiguara que, à época, era comandante do IV Exército, localizado em Recife, Pernambuco. Além disso, passou a ser um integrante da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), onde foi vice-presidente e membro do conselho superior. Foi conselheiro da Fundação Roberto Marinho (FRM). Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CORREIA, ANTONIO JORGE**. Rio de Janeiro, 2019d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbeta-biografico/correia-antonio-jorge>>. Acesso em: 30 out. 2019.

assunto em questão”⁷². Mais uma vez, é interessante retomar o argumento de Castro, ou seja, as noções de identidade e memória não possuem o “*status* de ‘coisas’ que possam por exemplo, ser ‘perdidas’, ‘encontradas’ ou ‘resgatadas’”⁷³. Tais conceitos não possuem uma existência fora das interações sociais em que são atualizadas, nem podem ser compreendidas fora do tempo”⁷⁴, pois são construções culturais que os indivíduos utilizam para interpretar e classificar a realidade.

1.2 A HISTÓRIA ORAL NA VISÃO DA COLEÇÃO DE DEPOIMENTOS

Segundo Chaves, o Programa de História Oral do Exército, bem como na Aeronáutica e na Marinha, tinha como objetivo a constituição de um acervo para consulta e pesquisa, particularmente, pelos membros das FA⁷⁵. A intenção na elaboração dessas narrativas das personagens mais representativas é que sirvam de exemplo para todos os brasileiros e aos futuros “defensores da pátria” – os militares.

Aquele autor destaca que os entrevistados seriam guias, mentores na direção de uma “história mestra”, com a finalidade de alçar os personagens ao nível de “salvadores da pátria” e suas grandes realizações a “epopeias”⁷⁶. Assim, ter-se-iam dois motivos pelos quais se justificaria a iniciativa em elaborar uma história, uma memória sobre o período, a saber: 1) Os personagens que vivenciaram o período ainda se encontram vivos para relatar uma “narrativa gloriosa”; e, 2) A forma como o tema “ditadura” é tratado na sociedade, pois, o EB se vê na posição de responder aos “revanchistas”⁷⁷.

Ao adentrar sobre o modo como a Coleção supramencionada concebe a história oral, Chaves ressalta que as entrevistas foram concentradas em uma história oral temática, permeando boa parte das narrativas, além de objetivar o conhecimento sobre a trajetória do depoente durante e após o 31 de março de 1964, bem como as ponderações de cada entrevistado acerca de diversos temas que envolvem os “governos revolucionários”⁷⁸. Assim,

⁷² MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 30. Tomo 1-15.

⁷³ CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 1.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁵ CHAVES, E. S. **“Do outro lado da colina”**: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 17. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 19.

⁷⁷ *Idem*, p. 19.

⁷⁸ *Idem*, p. 20.

as perguntas junto aos entrevistados tiveram por base um pré-conhecimento do percurso profissional e naquilo que os mesmos sabiam a respeito do golpe de 1964 e da Ditadura Militar. E na entrevista cedida a Chaves, o Gen. Motta, por exemplo, relatou que buscou um procedimento rigoroso com o intuito de buscar a “verdade de quem presenciou um acontecimento ou dele tenha alguma versão para ser cotejada com a de outras procedências”⁷⁹.

Ao observar a CHOE-64, na orelha de cada tomo da coleção é apresentada ao leitor uma narrativa sobre o que trata a obra. Sobre a questão, Genette explica que um texto na orelha de um livro, por exemplo, se situa em um lugar estratégico⁸⁰; pois é o que faz a BIBLIEx nas orelhas de cada tomo da coleção, ou seja, a editora apresenta um texto ao leitor onde enfatiza – segundo a visão da instituição – que “ocorreu”, no dia 31 de março de 1964, “a deflagração de um Movimento Revolucionário”, que “trouxe imenso alívio à Nação Brasileira”. Mas, alívio em relação ao que? Em relação a uma ameaça que a “Nação Brasileira” estaria sofrendo por causa de um “golpe de inspiração comunista” que, segundo a BIBLIEx, já se encontrava “em avançado estado de preparação”⁸¹.

Destarte, vale ressaltar que a orelha da coleção é um lugar estratégico porque diz ao leitor como o texto deve ser lido, direcionando a interpretação do leitor. Em geral, o texto da orelha é escrito por uma pessoa ou instituição (a BIBLIEx) subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx), que assume a função de “leitor ideal” da CHOE-64. No parágrafo seguinte, a editora esboça um cenário histórico e institucional que sustentaria o argumento dos oficiais golpistas. Também tem destaque que na sociedade civil se vivenciava o “desvario de atos governamentais desconexos e o caos na Administração Pública incompetente”⁸². Como desvario é possível entender os termos “comportamento insensato” ou “insanidade mental”. Por conseguinte, explica-se que por conta do aumento das “crises institucionais”, “profundos estados de ansiedade e inquietação na sociedade”⁸³ eram provocados.

⁷⁹ CHAVES, E. S. “**Do outro lado da colina**”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 20. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁸⁰ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 28.

⁸¹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, orelha do livro. Tomo 1-15.

⁸² *Ibidem*, orelha do livro.

⁸³ *Ibidem*, orelha do livro.

A CHOE-64 também faz questão de pontuar os seguintes aspectos que afetaram as FA: a “tentativa de quebra da disciplina e hierarquia”⁸⁴ – dois pilares do EB⁸⁵. A “tentativa” em questão visava desgastar e desmoralizar as FA. E o contexto civil e militar de momento convergia para um único fim possível: “[...] a iminente ruptura e fragmentação do Estado Democrático”⁸⁶ que já estava “enfraquecido”.

E ainda, o editor afirma que a coletânea de depoimentos “reproduz as angústias de quantos viveram aqueles tempos de incerteza”⁸⁷, ou seja, a coleção traduz com fidelidade o estado de ansiedade, inquietude, sofrimento” de oficiais das FA, sobretudo, do EB, que viveram sob o período militar.

Por fim, explicita-se na orelha dos livros da Coleção supramencionada que ali se “descreve” o modo como se deu a “patriótica reação” destes oficiais que “viveram” os “tempos de incerteza”⁸⁸.

De fato, tem-se um enquadramento histórico previamente dado. Embora a BIBLIEx, na CHOE-64, denomine tal enquadramento de história, os depoimentos dos militares estão ali apenas para ilustrar o quadro em questão. Aliás, vale destacar a expressão também utilizada por Michel Pollak: “enquadramento da memória” – a mais adequada, ao contrário da expressão “memória coletiva”⁸⁹.

[...] a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis”⁹⁰.

Conforme aquele autor, o trabalho de enquadramento da memória de um grupo possui seus limites, os quais, em geral, possuem os atores profissionalizados, os profissionais da história das diferentes instituições das quais fazem parte⁹¹.

⁸⁴ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, orelha do livro. Tomo 1-15.

⁸⁵ CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 2.

⁸⁶ MOTTA, *op. cit.*, T. 1-15, orelha do livro.

⁸⁷ *Ibidem*, T. 1-15, orelha do livro.

⁸⁸ *Idem*, T. 1-15, orelha do livro.

⁸⁹ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 7.

⁹¹ *Idem*, p. 10.

Além de ocorrer uma constante reinterpretação do passado, conforme as disputas do presente e do futuro, Pollak explica que no trabalho de enquadramento se tem um controle da memória sobre a seleção das “testemunhas autorizadas” a tratar sobre determinado acontecimento⁹².

Para Gennete, entende-se por prefácio todo tipo de texto liminar, isto é, preliminar ou pós-liminar, que se fundamenta em um discurso elaborado visando o texto como finalidade⁹³.

Aquele autor salienta que o prefácio pode vir sob várias titulações, tais como: introdução, prólogo, apresentação ou títulos temáticos afins. O mesmo vale para o posfácio. Nesse ínterim, os três itens que antecedem as entrevistas – *apresentação*, *considerações metodológicas* e prefácios autorais – serão considerados como prefácio. No entanto, para cada paratexto que é inscrito no livro, será levado em conta sua especificidade⁹⁴. E ainda, o prefácio é uma prática estritamente relacionada com o livro, com o texto impresso.

No prefácio, o leitor encontrará, seja no início ou no fim do texto, “declarações pelas quais o autor apresenta e às vezes comenta a obra”⁹⁵. Mas é preciso considerar prefácios distintos, pois, as funções dos prefácios variam de acordo com cada tipo. Para o presente estudo, na medida em que for necessário, se darão observações quantos aos diferentes tipos e suas funções, levando em consideração o lugar, o momento e a natureza do destinador para ler e interpretar um prefácio, a fim de exemplificar que os prefácios podem ser encontrados como prefácio original, posfácio original, prefácio posterior, prefácio tardio, entre outros.

Por meio da *Apresentação* da CHOE-64, elaborada pelo Gen. Bda. Aricildes de Moraes Motta e, através do prefácio escrito por Jarbas Passarinho⁹⁶, intitulado *A Desculpa dos*

⁹² POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 10, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁹³ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 145.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 145.

⁹⁵ *Idem*, p. 147.

⁹⁶ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em 11 de janeiro de 1920, na cidade de Xapuri, Acre. Cursou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e, após se mudar para o Rio de Janeiro, se assentou praça, em maio de 1939. Em 1940, se matriculou na Escola Militar do Realengo e “foi declarado aspirante-a-oficial da arma de artilharia” em março de 1943. Em Belém, foi instrutor do CPOR e, após receber a “patente de capitão” no ano de 1948, “tornou-se instrutor-chefe do curso de artilharia do CPOR de Belo Horizonte”. Em 1950, cursou a EsAO – o que lhe garantiu o posto de “instrutor e comandante de bateria do curso de artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) até o final de 1952”. No ano seguinte foi declarado major e passou a cursar a ECEME. Em 1964, Passarinho era chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia (CMA) e da 8ª Região Militar (8ª RM), localizada em Belém, Pará. Foi neste posto de chefe que Passarinho “participou da articulação” do Golpe Civil-Militar de 1964. Em relação à trajetória política de Passarinho fora dos quartéis, ou seja, a sua carreira como político na sociedade civil, ele foi eleito Senador da República pelo Estado do Pará, além de ocupar os seguintes cargos públicos: Ministro do Trabalho, em 1968; Ministro da Educação, entre 1969 e 1974; e, Ministro da Justiça, entre 1989 e 1992 – além de ter tido outras passagens pelo Congresso Nacional (CN) em anos seguintes. Em 1996, foi nomeado consultor do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e nomeado membro efetivo do Conselho da República, ambas as

Vencedores, é possível notar dois aspectos, a saber: 1) O enquadramento histórico ou o enquadramento da memória; e, 2) O que a editora atribui aos testemunhos dos militares. Sobre o enquadramento da memória, têm-se alguns exemplos evidentes de como opera no discurso dos militares. Por exemplo, no texto de autoria de Jarbas Passarinho, onde, para esboçar o quadro histórico sobre o golpe de Estado, constrói-se uma narrativa que tem início, em 1962, com a “expansão do comunismo internacional”, perpassando por alguns acontecimentos, tais como: a “Intentona Comunista” de 1935; a Revolta dos Sargentos em Brasília, em 12 de setembro de 1963; a Revolta dos Marinheiros, no dia 25 de março de 1964; a Marcha com Deus pela Liberdade, ocorridas entre 19 de março a 8 de junho de 1964; e, a Lei de Anistia de 1979 – Lei n. 6.683⁹⁷.

O coordenador-geral, na *Apresentação* da CHOE-64, aponta que o Projeto sobre a *Segunda Guerra Mundial e o 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história* “retratam”, por grande parte dos entrevistados, a “participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, de outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo”⁹⁸.

Motta atenta que a segunda iniciativa realizada sob a “égide”, ou seja, sob a proteção ou sob o direito (implica que foi realizada sob seu poder, proteção e com seu acordo) do Programa de História Oral do Exército diz respeito ao “Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964”⁹⁹. Ali se tem a menção à data de criação e implementação do Projeto, apontando que a coleção tem seu apoio nas “vivências de civis e militares” (militares em maior número); e ainda, que as vivências são “narradas nas 250 entrevistas” reunidas em uma coletânea de depoimentos editados pela Biblioteca Editora¹⁰⁰.

Ainda na *Apresentação*, Motta destaca que na CHOE-64, “os que aqui falam, oferecem ao livre exame de todos os brasileiros, o que há do outro lado da colina”¹⁰¹. Porém, “os que aqui falam” na CHOE-64 são, em grande parte, militares que ofertam uma visão institucional. Aqui é possível promover algumas dúvidas em relação à afirmação do

passagens nos governos Fernando Henrique Cardoso. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **JARBAS GONÇALVES PASSARINHO**. Rio de Janeiro, 2019j. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁹⁷ BRASIL. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁹⁸ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 9. Tomo 1-15.

⁹⁹ *Ibidem*, T. 1-15, p. 9

¹⁰⁰ *Idem*, T. 1-15, p. 9.

¹⁰¹ *Idem*, T. 1-15, p. 10.

coordenador geral da coleção quanto “ao livre exame” dos depoimentos para todos os brasileiros, pois desde 03 de dezembro de 2018, o *site* da BIBLIEx – loja virtual –, não disponibiliza mais o acesso para que qualquer pessoa compre os livros da coleção. Logo, para acesso à CHOE-64, é preciso ser assinante. Tal norma se dá por motivo da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011¹⁰². As informações estão disponíveis no próprio *site*. Para a presente pesquisa, grande parte dos livros adquiridos se deu via *site* da BIBLIEx, antes da vedação do acesso ao público em geral, sendo a literatura restante adquirida via *site* Estante Virtual¹⁰³.

Nas *considerações metodológicas*, o Gen. Bda. Aricildes de Moraes Motta e o Gen. Bda. Geraldo Luiz Nery da Silva¹⁰⁴ enfatizam como o projeto de história oral se desenvolveu, ou seja, como se deu o emprego de uma metodologia com base em uma história oral temática. Ali se percebeu uma crítica à história oral pela falta de fundamentação teórica e por ser mais ligado à prática de pesquisa ou, até mesmo, como uma técnica auxiliar, uma metodologia de obtenção de dados.

¹⁰² Tal ditame assegura “o direito de acesso à informação” previsto no “inciso XXXIII do caput do art 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição”. Vale destacar que o Programa de História Oral foi criado por intermédio de uma Portaria Ministerial em 1999; a Lei em questão ainda não havia sido criada. E ao acessá-la e tentar fazer qualquer tipo de busca em relação ao Programa de História Oral, não foi possível a obtenção de qualquer resultado. Assim, somente a BIBLIEx ou o Ministério da Defesa possuem os documentos originais a respeito da criação do Programa de História Oral do Exército, inclusive, a OS n. 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília, DF, 29 de outubro de 1999, ao passo que não é possível afirmar o valor gasto no Programa em si. Porém, de acordo com o Portal da Transparência do governo federal brasileiro, a Biblioteca do Exército está subordinada ao Ministério da Defesa, ou seja, o Programa de História Oral do Exército é sustentado por meio de dinheiro público. Cf. BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. BRASIL. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do *caput* do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁰³ O *site* Estante Virtual é um portal de comércio eletrônico que agrega acervo de sebos e livreiros do Brasil. Os volumes da CHOE-64 também podem ser encontrados através no portal de comércio eletrônico Mercado Livre.

¹⁰⁴ Geraldo Luiz Nery da Silva é natural da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a CHOE-64, Nery da Silva possui todos os cursos regulares do exército, bem como o curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG). Nery da Silva também possui formações civis como bacharelado em Ciências Econômicas, na Universidade Gama Filho (UGF), e em Administração de Empresas, na Faculdade Moraes Júnior. Foi instrutor da AMAN, da Escola de Instrução Especializada do Exército (EsIE) e da EsAO. Em 1964, estava no posto de primeiro-Ten., onde comandava a Linha de Fogo da 1ª Bateria de Obuses do I/2º RO 105 – Regimento Deodoro, Itu, São Paulo. Cf. MOTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 197. Tomo 1.

Os aspectos metodológicos acerca do uso da história oral pela Coleção supramencionada já foi objeto de densa reflexão em estudos de Chaves¹⁰⁵.

Nesse ínterim, o presente estudo se limitou na citação de tais aspectos, tendo em vista a importância destes para os argumentos centrais acerca do ressentimento como afeto político da memória militar. Logo, em primeiro lugar, têm-se os procedimentos das entrevistas, onde os entrevistados recebiam previamente os questionários – o que, somado ao fato de as entrevistas promoverem afirmações prévias sobre a temática em pauta, sugere que as respostas eram induzidas pelos autores/editores da Coleção, colocando em dúvida o cuidado metodológico com procedimentos básicos da história oral. Aqui, Chaves destaca que tal modelo de pré-entrevista objetivou “a elaboração de um questionário com perguntas fechadas a ser aplicado aos depoentes”¹⁰⁶. Assim, com os questionamentos pré-estabelecidos, os coordenadores restringiram a margem de respostas ao orientar e preparar os entrevistados¹⁰⁷.

Aquele autor prossegue seu argumento ao afirmar que assuntos polêmicos ou incômodos aos colaboradores poderiam ser retirados da entrevista¹⁰⁸. Portanto, o objetivo da Coleção supramencionada não era levantar debates ou polêmicas sobre temas que questionassem “a vocação ‘democrática’ e ‘cristã’ das Forças Armadas”¹⁰⁹. Tal padronização pode ser observada na entrevista de vários depoentes – o que ocorre, por exemplo, no depoimento do Gen. Ex. Ruy de Paula Couto¹¹⁰, que era Coronel em 1964. Nessa mesma

¹⁰⁵ Cf. CHAVES, E. S. “**Do outro lado da colina**”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. *Ibidem*. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 133-158, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013133/2839>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁰⁶ *Ibidem*. “**Do outro lado da colina**”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar, p. 22.

¹⁰⁷ As perguntas provenientes do questionário não são disponibilizadas nos volumes da CHOE-64.

¹⁰⁸ CHAVES, “**Do outro lado da colina**”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar, *op. cit.*, p. 23.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 23.

¹¹⁰ Ruy de Paula Couto nasceu no dia 24 de maio de 1916, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Se tornou praça em 06 de maio de 1934. Após cursar a Escola Militar do Realengo, foi “declarado aspirante-a-oficial de Artilharia em 11 de janeiro de 1937”. A CHOE-64 ainda destaca que Ruy de Paula fez um curso como Cap. na Escola de Estado-Maior (EEM), entre 1946 e 1948. Fez um curso na Escola de Artilharia do Exército dos Estados Unidos da América (EUA) – *Fort Sill* e *Fort Bliss* –, sendo promovido a Tem. Cel. em setembro de 1954. Em 1959, foi estagiário do curso superior de guerra da ESG. Após ser “diplomado” pela ESG, passou a chefia a Seção de Planejamento do I Exército. Além disso, a CHOE-64 destaca que Ruy de Paula “combateu as Insurreições Comunista de 1935 e Integralista em 1938 e participou da Revolução de 1964”. Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 24. Tomo 13.

linha, da entrevista concedida pelo Gen. Div. Octávio Pereira da Costa¹¹¹, realizada em 22 de agosto de 2000, vale destacar a declaração inicial ali apontada:

Participo, com bastante satisfação, por meio desta entrevista, do Projeto de História Oral do Exército, sobre o Movimento militar de 1964. Tendo ido a ambientes civis, universitários, a fim de proferir conferências e palestras, e escrito artigos de jornal, depois da Revolução de 1964, esta é a primeira vez que falo à minha Instituição. Já tive até oportunidade de fazer depoimento deste tipo, ao projeto do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas¹¹².

Quanto à transcrição das entrevistas, é preciso observar que a Coleção efetuou um trabalho de “correção” das falas, depurando o texto de marcas da oralidade. Ainda nesse aspecto da fase da textualização, adotou-se o procedimento de suprimir as perguntas no momento de transcrever o texto e unir as respostas. Ali se tem o destaque de que a coletânea “compila entrevistas transcritas”, ou seja, em vários momentos das entrevistas, as perguntas podem ser substituídas por subtítulos, os quais apresentam as ideias-força. Os subtítulos precedem as respostas dos entrevistados. Na entrevista cedida pelo Gen. Ex. Octávio Pereira da Costa, por exemplo, é possível perceber como os subtítulos direcionam a compreensão do leitor sobre o encadeamento dos fatos, à vista da narrativa oficial da instituição ofertada pelos editores. Mas antes, aquele militar traça um panorama histórico sobre a política nacional desde o primeiro governo de Getúlio Vargas até a Constituição Federal (CF) de 1988¹¹³. Os subtítulos aparecem na seguinte sequência:

[...] raízes do Movimento de 1964; influência da guerra fria no Movimento de 31 de Março de 1964; clima de insatisfação contra o Governo João Goulart, entre 1961 e 1964; Posição da maioria da Igreja; as “Ligas Camponesas” e o “grupo dos onze” (a participação desses grupos na pré-Revolução); o meio militar (possível cisão dentro do Exército); acontecimentos que determinaram o desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964; marcha da Família com Deus pela Liberdade – movimento reacionário no dizer dos opositores da Revolução; Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional; Revolução de cunho comunista em andamento para a mudança

¹¹¹ Segundo a CHOE-64, o Gen. Div. Octávio Pereira da Costa foi instrutor na AMAN, mas não informa o período. Em 1964, aquele militar servia na EEM como instrutor. Além disso, ele integrou a FEB em julho de 1944. Foi o responsável pelo Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP-FDC) do EB durante o governo Gen. Emílio Garrastazú Médici e, em 1971, passou a ser chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), cuja criação se deu no governo Gen. Artur da Costa e Silva. Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA) e da ESG. Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 43. Tomo 2. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **OTÁVIO PEREIRA DA COSTA**. Rio de Janeiro, 2019m. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-pereira-da-costa>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹¹² MOTTA, *op. cit.*, T. 2, p. 44.

¹¹³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

institucional do Brasil; participação pessoal na eclosão do Movimento e nas suas consequências; o Congresso Nacional e o Movimento de 31 de Março de 1964; principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964; a preparação do Movimento: elaboração interna e/ou influência externa, particularmente dos Estados Unidos; o desmoronamento do ‘esquema militar’ do Governo Federal; O emprego operacional dos cadetes da AMAN, no Vale do Paraíba – o conseqüente incentivo as Forças vindas de São Paulo e o desestímulo as Forças que vinham do Rio; Revolução de 31 de Março de 1964: união e robustecimento da coesão das Forças Armadas; o Movimento de 31 de Março e sua ideologia; o apoio da mídia ao Movimento; denominação do Movimento de 31 Março de 1964 – revolução, contra-revolução, golpe; Intentona de 1935?; os sucessos econômicos da Revolução, especialmente na década de 1970, sua omissão pela mídia e pela maioria de comentaristas econômicos; a ‘batalha da comunicação social’ – postura dos governos revolucionário; A guerrilha e o terrorismo; a luta armada no campo e na cidade: objetivos, orientação, apoio externo. Falta de canais para a manifestação das esquerdas e o recurso à luta armada; Os órgãos de informações e de operações de informações: SNI, DOI: criação e necessidade; A bomba do Riocentro e a bomba do Recife: destaques no noticiário; Anos de chumbo; A permanência da Revolução no Governo do País; Vantagens destinadas as Forças Armadas, durante os governos revolucionários; Avaliação sobre os 20 anos de revolução; O desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; O “revanchismo”, a partir de 1985; A imagem do Exército Brasileiro e os índices de aceitação muito favoráveis¹¹⁴.

Esses e outros aspectos estudados detidamente por Chaves reforçam que a formulação dos Programas de História Oral das FA possui o intuito de constituir uma memória institucional “daqueles que eles acreditam serem os ‘grandes defensores da nação’”¹¹⁵. Logo, no caso da CHOE-64, as narrativas expostas têm por norte corroborar um relato “verdadeiro” e legitimar os depoentes, ou melhor, a instituição militar “como os únicos autorizados a falar a respeito”¹¹⁶.

Quanto ao público-alvo da coleção, tendo em vista um projeto de construção de uma memória única, autorizada e redundante com uma determinada versão histórica, não parece acertado pensar que seria a “sociedade” como um todo. Nesse ínterim, o público leitor intencionado pela Coleção supramencionada é mais restrito e diz respeito aos jovens oficiais em formação nas diversas Escolas Militares (EMs) ou para quem dispuser de ânimo para consultá-la nas Bibliotecas do EB. De fato, demais pesquisadores interessados em fontes orais do EB também podem ser o público leitor das entrevistas em questão, pois se tem ali informações, temas de interesse acerca do golpe de Estado e sobre a Ditadura Militar. Sua

¹¹⁴ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 44-92. Tomo 2.

¹¹⁵ CHAVES, E. S. “**Do outro lado da colina**”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 26. Disponível em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 26.

relevância está no fato de constituir uma valiosa fonte de pesquisa sobre o período autoritário, principalmente, quando as FA dificultam o acesso à informação aos acervos para pesquisa.

Sobre os personagens outrora entrevistados, em um texto escrito por Marieta de Moraes Ferreira intitulado *História, tempo presente e história oral*, é destacado que, desde as décadas de 1960 e 1970, a história oral é um campo de estudos com o objetivo de “dar voz” aos excluídos e recuperar as trajetórias dos grupos dominados – negros, mulheres, imigrantes –, além de tirar do esquecimento o que a história oficial silenciava por muito tempo¹¹⁷. Aquela autora explica que tal metodologia é bastante utilizada como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social e, ao apontar as contribuições de Paul Thompson para a área de estudo, assevera que o autor acentuou a noção de que a história oral possui o papel de “devolver” a história do povo, isto é, proporcionar a democratização da história em si mesma¹¹⁸.

A história oral contemplaria, então, em um primeiro momento, o estudo de sujeitos que foram “dominados”, “silenciados”, “excluídos” da representação historiadora. Etienne François, no texto intitulado *A fecundidade da história oral*, destaca entre esses grupos as mulheres, os proletários, os marginalizados, ofertando novas abordagens em relação aos objetos de estudo por enfatizar uma “história vista de baixo”¹¹⁹.

Ao ressaltar algumas das pesquisas realizadas por Philippe Joutard sobre as tradições orais, as memórias e o legendário histórico, aquela autora argumenta que a história oral vai além de uma “técnica de investigação” ou de um “requisito metodológico”, pois justamente por suscitar novos objetos, novas abordagens, a história oral delimita uma relação entre as testemunhas e o historiador – relação que coloca no centro da discussão o tópico sobre a pertinência social da história, bem como o papel do historiador na sociedade¹²⁰.

As contribuições de Danièle Voldman em *Definições e usos* sobre o tema são precisas, pois, ali se tem a distinção das noções de história oral, arquivo oral, fonte oral e depoimentos orais¹²¹.

Além do que já foi exposto sobre a questão da história oral, Voldman explica que o campo possui uma metodologia que deve ser inserida na história do tempo presente. E em

¹¹⁷ FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00314.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 323.

¹¹⁹ FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 3-13.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 3.

¹²¹ VOLDMAN, D. Definições e uso. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 38.

relação à definição de arquivo oral, é possível apreender como um “documento sonoro, gravado por um pesquisador, arquivista, historiador, etnólogo ou sociólogo”, tem o intuito de preservar os rastros do passado, pode ser utilizado posteriormente por futuros pesquisadores, ao passo que a fonte oral pressupõe algo mais delimitado como, por exemplo, um “material recolhido” com objetivos direcionados para a pesquisa¹²².

Por se tratar de uma fonte provocada seja pelo pesquisador ou, por alguém que deseja transmitir seu relato, é constituída uma tensão entre a testemunha e o interlocutor. Sobre a questão, aquela autora afirma ser a entrevista um jogo de “esconde-esconde”, onde a testemunha se vê numa posição defensiva tendo que ofertar informações “daquilo que viveu”, enquanto que aquele que promove a entrevista, em geral, toma uma postura de “aquele que sabe” e cujo propósito é assegurar a “verdade”¹²³.

De fato, o auxílio de outras áreas do conhecimento – Sociologia, Antropologia, Psicanálise etc. – é sempre bem-vindo para que o pesquisador possa interpretar o depoimento e perceber o “não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação pois são componentes e estruturam o discurso e o relato”¹²⁴. Logo, a testemunha, ao transmitir sua palavra, apropria-se do passado do grupo, seleciona as lembranças com o objetivo de “minimizar os choques, as tensões e os conflitos internos da organização”; e, também o faz para depreciar a relevância dos adversários¹²⁵.

1.3 O ESTATUTO DO TESTEMUNHO DOS MILITARES

Nas *considerações metodológicas* da CHOE-64 explicitam-se seus objetivos, entre os quais, é possível citar que a BIBLIEx objetivou “registrar os relatos das personalidades” e “recuperar dados e informações sobre fatos e episódios” a respeito da “Revolução de 31 de Março de 1964”¹²⁶. Além disso, vale destacar que a construção de um acervo para consultas e pesquisas também foi um dos propósitos do projeto.

Para além de a CHOE-64 se contrapor à universidade – enquanto espaço de debate político pluralizado – ao mesmo tempo em que se apropria de fórmulas e traços do discurso acadêmico, seus depoimentos recorrem à autoridade do discurso “científico”. Logo, a

¹²² VOLDMAN, D. Definições e uso. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 36.

¹²³ *Ibidem*, p. 38.

¹²⁴ *Idem*, p. 38.

¹²⁵ *Idem*, p. 38.

¹²⁶ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 15. Tomo 1-15.

desqualificação do “outro” expressa uma dinâmica ressentida onde o “outro” é desqualificado pelo motivo de deter, exatamente, aquilo que “eu” – no caso, o EB – pretendo ter. Por outro lado, o pressuposto da Coleção em comento parece ser o de que “debater” com a universidade seria perda de tempo, uma vez que a universidade não produz história, mas sim, mero revanchismo.

E é justamente a respeito de um dos objetivos da CHOE-64, enfatizado nas *considerações metodológicas* – o estatuto do testemunho dos militares – que se tem o exposto nas linhas que se seguem. Assim, tem-se a seguinte questão: qual valor a Coleção confere aos testemunhos de indivíduos provenientes da própria instituição? A resposta se deu nos elementos paratextuais e nas entrevistas dos militares contidos em seus 15 tomos. É preciso salientar que o Projeto de História Oral do Exército foi elaborado por “irmãos de armas”, ou seja, militares que participaram da elaboração da Coleção supramencionada, com algumas exceções¹²⁷.

Por exemplo, na entrevista de Armando Falcão¹²⁸, promovida no dia 27 de junho de 2000, é relatado o seguinte: “[...] o que eu disser corresponderá, plena e essencialmente à verdade histórica”¹²⁹.

¹²⁷ Chaves aponta a participação de civis na relação dos entrevistados. No entanto, os civis que prestam seu depoimento, em grande parte, narram os acontecimentos do Golpe Civil-Militar de 1964 e da Ditadura Militar (1964-1985) de acordo com a visão da BIBLIEx. Entre os civis há professores, juizes, desembargadores, engenheiros, entre outros. Alguns tiveram passagem por alguma instituição do EB, como, por exemplo, a ESG ou a ADESG. Cf. CHAVES, E. S. “**Do outro lado da colina**”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 45-46. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019. A outra exceção que merece destaque é a participação no corpo editorial da coleção de alguns civis (o professor Dr. Arno Wheling e o ex-Ministro da Educação do governo Jair Messias Bolsonaro, Ricardo Vélez Rodriguez).

¹²⁸ Armando Ribeiro Severo Falcão nasceu no dia 11 de novembro de 1919, em Fortaleza, Ceará. Deu início a sua trajetória política ao ter sido eleito como deputado federal pelo Ceará, pelo Partido Social Democrático (PSD), em outubro de 1950. Em 1954, Falcão obteve destaque no cenário político ao articular a candidatura de Juscelino Kubitschek ao cargo público máximo brasileiro. Também ganhou destaque ao participar do processo de discussão e homologação da candidatura de João Goulart à Vice-Presidência da República, com o intuito de consolidar a coligação PSD-PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Após o Golpe Civil-Militar de 1964, Falcão foi filiado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no ano de 1966. Até ser convidado pelo ditador no cargo de Presidente da República, Gen. Ernesto Geisel, para assumir o Ministério da Justiça (MJ) após a posse do general em 1974, Falcão estava afastado da política nesse intervalo de tempo. No momento da “abertura política”, Falcão sancionou uma nova Lei de Segurança Nacional – Lei n. 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Deixou o MJ em março de 1979, no fim do governo Gen. Ernesto Geisel. A respeito de sua trajetória no EB, Falcão relata na entrevista concedida à CHOE-64 que foi reservista e serviu durante a II Guerra Mundial no “Quartel-General da 1ª Região Militar, a convite do então Coronel Edgar de Oliveira, Chefe do Estado-Maior Regional”. O entrevistado fez questão de mencionar tal passagem que teve pelo EB, tanto que ressalta ter sido um “Reservista de Primeira Categoria”. CARDOSO, L. C. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 39-40. Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 212. Tomo 1.

Assim, Armando Falcão, desde o início de sua entrevista, já confere o caráter de “verdade” ao próprio testemunho. Voldman, em *A invenção do depoimento oral*, na busca de uma noção para o termo “testemunho”, explica que nem todas as pessoas entrevistadas são definidas como testemunhas que dão depoimento¹³⁰.

Nesse ínterim, aquela historiadora francesa cita um exemplo no qual as práticas e os objetivos do relato biográfico são distintos das respostas concedidas em um questionário: é interessante notar que o *status* de testemunho é conferido pelo historiador – até então, os depoimentos orais provocados pelo historiador são tomados como fonte oral e auxiliam a pesquisa; logo, o testemunho “tem, *a priori*, um *status* de fonte”¹³¹. E justamente por se tratar de uma constituição do pesquisador que requer a testemunha, é preciso recompor no tempo o documento oral e passar por uma leitura crítica, além de levar em consideração o primeiro aspecto apontado.

Por outro lado, em um exemplo mais restrito sobre os testemunhos, Voldman explica que a palavra transmitida pode possuir objetivos e significados diferentes de acordo com a finalidade do projeto¹³². Assim, quando aquela autora volta sua atenção para militantes políticos (sindicalistas, políticos ou feministas), ressalta que tais sujeitos estão conscientes de que têm uma mensagem a transmitir¹³³.

O ato de testemunhar para certos grupos, envolve o anseio de conferir a veracidade a “uma versão e visão do passado”, além de construir um “ponto de vista sobre os fatos” e estipular uma “verdade”¹³⁴. A finalidade é controlar a imagem que será destinada para a posteridade.

Faz-se importante dar ênfase aos argumentos que giram em torno do debate acerca do testemunho único, diferente do relato de vida e da entrevista. Nesse viés, Voldman ilustra que o termo “testemunho” está acompanhado “da noção de prova e de verdade”, isto é, desempenha uma função de provar um fato e para estipular uma verdade¹³⁵. E ainda, reafirma dizendo que “serve para provar, não é a prova”¹³⁶.

¹²⁹ MOTTA, *História oral do Exército – 1964, 31 de março*: o movimento revolucionário e sua história, *op. cit.*, T. 1, p. 210.

¹³⁰ VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 249.

¹³¹ *Ibidem*, p. 249.

¹³² *Idem*, p. 257-258.

¹³³ *Idem*, p. 258.

¹³⁴ *Idem*, p. 258.

¹³⁵ VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 255.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 255.

Adiante, Voldman ressalta que considera como testemunho aqueles que se anunciam como sendo, mas é preciso que passe pela crítica da história, ao passo que o *status* de testemunho conferido ao relato da testemunha é estabelecido a partir de um contrato entre o historiador e o depoente¹³⁷.

Portanto, ficar atento aos modos pelos quais os testemunhos são construídos é fundamental para a pesquisa com fontes orais. Nesse ínterim, aquela autora destaca três modos distintos dessa construção: o primeiro, além da coleta de dados, se constitui da criação de um arquivo cujo exemplo mais geral se insere no processo realizado por um arquivista; o segundo tem seu uso por grupos e/ou instituições, onde o objetivo da pesquisa é elaborado a partir de um projeto na área – o intuito por detrás dos depoimentos é “preexistente à audição das testemunhas”¹³⁸; e, o terceiro tem relação com o modo como os historiadores constroem os testemunhos, pois na relação entrevistador-entrevistado se dá alguma tensão, permitindo ao historiador o que será “reexaminado” em contraposição com outras fontes ou o que será deixado de lado em razão de outras “janelas” na pesquisa que são abertas ou o que será criticado¹³⁹.

Por fim, Voldman assevera que não há porque se desesperar com falsos ou maus testemunhos, pois cabe ao historiador perceber tais aspectos nos depoimentos¹⁴⁰.

Diante do exposto, na CHOE-64, é possível perceber as três construções supramencionadas. Assim, o que chama atenção na Coleção, pela sua particularidade, é por ela ter sido elaborada por “historiadores da casa”, ou seja, historiadores formados que atuam na instituição militar.

Na entrevista do Gen. Ex. Moacyr Barcellos Potyguara¹⁴¹, por exemplo, promovida em 20 de julho de 2000, em sua mensagem inicial a respeito do Projeto de História Oral do

¹³⁷ VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 256.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 263.

¹³⁹ *Idem*, p. 263.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 265.

¹⁴¹ Moacyr Barcellos Potyguara é natural da cidade do Rio de Janeiro, nascido no dia 21 de setembro de 1919. De acordo com o verbete elaborado pelo CPDoc/FGV-RJ, seu pai, o Gen. Bda. Tertuliano Potyguara, também foi militar e participou da campanha do Contestado e da Primeira Guerra Mundial. Em abril de 1931, ingressou na Escola Militar do Realengo. Em agosto de 1934, foi promovido a segundo Ten. Posteriormente, cursou a EsAO, onde foi promovido a Cap. em outubro de 1942. Em 1961, já na EEM, chegou o posto de Cel. Durante o Golpe Civil-Militar de 1964, Potyguara era coronel comandante do Corpo de Cadetes da AMAN. Em março de 1966, aquele militar foi reconhecido como Gen. Bda. e, no mês de junho, passou a comandar o CMA, ali permanecendo até maio de 1967, quando passou a chefiar o gabinete do Estado-Maior do Exército (EME), sendo promovido a Gen. Div. em novembro de 1969. Potyguara foi designado para servir como chefe de gabinete do Ministro do Exército, Gen. Orlando Geisel, em setembro de 1970, bem como no começo do período em que Emílio Garrastazu Médici permaneceu como ditador no cargo de Presidente da República (1969-1974). Em 1974, quando já estava no posto de Gen. Ex., Potyguara foi comandar o comando do IV Exército, localizado em Recife, Pernambuco. Em 1976, atendeu ao convite do ditador no cargo de Presidente da República, Orlando

Exército, também confere essa qualidade de testemunho aos depoimentos. Aquele militar volta a reforçar uma ideia de que os “testemunhos” compilados no Projeto são a “prova” de que algo aconteceu, ou seja, o contrário do que Voldman explica.

Tenho a convicção de que o Exército, com este Projeto, reviverá fatos aos quais setores da mídia e outros grupos não dão publicidade. A reunião de testemunhos acerca da Revolução de 1964 demonstrará por que as Forças Armadas, particularmente o Exército foram o esteio que impediu a comunização do nosso País¹⁴².

Para o Gen. Ex. Moacyr Barcellos Potyguara, é “fato” que o EB evitou a “comunização” do Brasil; ou seja, tem-se aí uma informação histórica dada. Inclusive, tal ideia se repete a todo momento na Coleção em comento.

Em verdade, a lógica das entrevistas vai de encontro à visão da CHOE-64 para reproduzir o que já pensa a instituição, uma vez que se faz uso da estratégia que repete a mesma ideia em lugares editoriais diferentes – capa, título, intertítulo, prefácio etc. Assim, é possível observar o mesmo discurso como, por exemplo, na entrevista do Cel. Luís de Alencar Araripe¹⁴³, promovida no dia 30 de junho de 2000:

Geisel, para comandar o EMFA, cujo comandante anterior, substituído por Potyguara, era o Gen. Ex. Antonio Jorge Correa. Em 1977, foi transferido para a reserva por alcançar o limite de idade no posto em que estava. Aquele militar faleceu no dia 31 de março de 2002. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **POTIGUARA, MOACIR BARCELOS**. Rio de Janeiro, 2019n. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/potyguara-moacir-barcelos>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁴² MOTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 54. Tomo 1.

¹⁴³ Luís de Alencar Araripe é natural de Lambari, Minas Gerais, nascido no dia 18 de junho de 1923. Coursou a Escola Militar do Realengo e tornou-se pré-AO na arma de artilharia em março de 1943. Em 1962, foi promovido a Ten. Cel. – mesmo ano em que se formou no curso de Direito da Faculdade Nacional de Direito (FND) da UFRJ. Em sua carreira militar, cursou a EsAO, a ECEME e a ESG. Em 1964, Araripe era Instrutor da Escola de Guerra Naval (EGN). No mesmo ano, foi chefe de Seção na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, Gen. Costa e Silva. A respeito de Araripe, o verbete do CPDoc/FGV-RJ destaca uma reportagem da revista *Veja*, de 08 de janeiro de 1986, onde Araripe, “em 1970, já fora do SNI, servia com o general Alfredo Souto Mala, que naquele ano, em plena vigência do Ato Institucional n. 5 (AI-5), fez um discurso no qual propunha a volta dos militares aos quartéis”. O discurso acabou não sendo bem recebido nos quartéis, ao passo que aquele militar perdeu a chance de chegar ao generalato. Em 1973, foi transferido para a reserva, trabalhando em prol da iniciativa privada. Entretanto, Araripe retornou ao Sistema Nacional de Informações (SNI), onde permaneceu no período 1978-1985. Em fins de 1985, quando José Sarney já havia assumido o mandato presidencial, tendo em vista a morte de Tancredo Neves, Araripe foi designado para gerir o Departamento de Polícia Federal (DPF). No mesmo ano, indicou para as superintendências da Polícia Federal (PF) no Pará, no Ceará e em Brasília, três delegados, os quais foram identificados como torturadores, durante a Ditadura Militar (1964-1985), pelo *Projeto Brasil Nunca Mais*. O Ministro da Justiça, à época, “revogou a nomeação de João Batista Xavier”, cujo nome foi indicado para o Ceará. Araripe saiu em defesa do delegado, ao passo que em janeiro de 1986, deixou a direção geral do DPF. Além disso, Araripe foi membro do conselho editorial da BIBLIEx e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **LUÍS DE ALENCAR ARARIPE**. Rio de

Considero o Projeto de História Oral do Exército brasileiro uma contribuição extraordinária para a recuperação da memória da Revolução de 1964. Empreendido quase dez anos depois de projeto semelhante, conduzido pela Fundação Getúlio Vargas, e com recursos incomensuravelmente menores, não será possível louvá-lo suficientemente, na medida do seu valor. Além do objetivo imediato, a reconstituição de fatos e de suas percepções pelos atores de 64[...]”¹⁴⁴.

A Coleção de depoimentos supramencionada apresenta inúmeras entrevistas no sentido de evidenciar várias vozes sobre o “movimento revolucionário”. No entanto, o que ocorre é um “ventriloquismo”, ou seja, a mesma voz sendo projetada em lugares diferentes. O “objetivo” apontado por Araripe, por exemplo, é destacado nas *considerações metodológicas* pelos coordenadores da coleção. É o que os coordenadores designam de “padronização” das entrevistas por meio do “Plano de Entrevista”, que orienta o entrevistado durante a entrevista, apesar de o coordenador geral ter homogeneizado as entrevistas de todas as coordenadorias. Quando do processo, mostrou-se evidente o desejo da instituição em elaborar uma só voz no relato dos entrevistados.

Alexandre de Sá Avelar, em um recente artigo intitulado *História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação*, destaca as contribuições de Verónica Tozzi, que expõe uma “nova epistemologia do testemunho”¹⁴⁵. Aquela autora argumenta que se deve evitar conferir à testemunha acesso imediato ao acontecimento, tendo em vista que os relatos são construções que se dão a partir do presente, não sendo provas do ocorrido¹⁴⁶. Adiante, ela enfatiza não ser o papel do inquiridor averiguar se os testemunhos são falsos ou verdadeiros, mas sim, como o “testemunho contribui para o trabalho de compreensão”¹⁴⁷. Logo, é importante perceber a relevância da linguagem ou do estilo do testemunho como parte fundamental da legitimidade dos relatos – o que vale para a testemunha e para o interlocutor, sendo o ato de testemunhar um ato performativo.

Avelar assevera que são constantes e bem conhecidos os apelos públicos e midiáticos em torno da necessidade da lembrança, do não apagamento dos rastros e da valorização do passado como patrimônio¹⁴⁸. Aquele autor explica que a reiterada necessidade de não

Janeiro, 2019k. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/luis-de-alencar-araripe>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁴⁴ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 254. Tomo 2.

¹⁴⁵ AVELAR, A. S. *História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação*. **Maracanan**, v. 8, n. 8, p. 48, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773/9894>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 48.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 48.

¹⁴⁸ AVELAR, A. S. *História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação*. **Maracanan**, v. 8, n. 8, p. 30, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773/9894>>. Acesso em: 30 out. 2019.

esquecer perfaz um distinto arco de manifestações: comemorações, políticas de preservação patrimonial, valorização das vozes sobreviventes do passado, escritas biográficas e autobiográficas, testemunhos, materiais documentais, artísticos e visuais – uma extensa maquinaria simbólica que pode se transformar, não raro, em “abuso de memória”¹⁴⁹.

Tal profusão de lembranças e das políticas públicas de preservação de registros do passado, segundo Avelar, revela uma proliferação de relatos testemunhais que compõem o que Leonor Arfuch designa como “espaço biográfico”, ou seja, o nosso horizonte escriturário que abriga registros biográficos e autobiográficos, diários, depoimentos, correspondências, blogs¹⁵⁰. O estatuto da testemunha, situado nesse diversificado conjunto de narrativas da subjetividade, tem sido debatido, sobretudo, a respeito das possibilidades de representação do passado, em particular, no caso de eventos traumáticos (Holocausto, regimes ditatoriais latino-americanos, entre outros).

E ainda que o retorno do ‘eu’ sob a forma testemunhal tenha sido utilizado como critério de legitimação dos discursos sobre o passado em meio a uma cultura da memória que adquiriu grande visibilidade em nossas sociedades¹⁵¹, é possível lançar dúvidas e pensar se, afinal, conforme Manoel Salgado Guimarães, “este excesso de lembranças produz efetivamente mais conhecimento sobre o passado ou uma compreensão mais crítica das experiências pretéritas”¹⁵².

Sob o regime presentista, o ato de testemunhar tornou-se um imperativo dos mais requisitados. Ao citar François Hartog, Avelar explica que “arrastada pela agitação subliminar da memória, a testemunha – entendida, por sua vez, como portadora de memória – impôs-se, gradualmente, em nosso espaço público; ela é reconhecida e procurada, além de estar presente e, até mesmo, à primeira vista, onipresente”¹⁵³.

Aquele autor recorda dois termos que se referem à noção de testemunha, quais sejam: 1) Aquele indivíduo que se impõe como um terceiro (*testis*) em uma situação onde se tem dois envolvidos; e, 2) *Supertes*, isto é, aquela pessoa que vivenciou o evento e pode dar testemunho dele – equivalente ao sobrevivente de uma experiência¹⁵⁴.

¹⁴⁹ AVELAR, A. S. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanã**, v. 8, n. 8, p. 30, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanã/article/view/12773/9894>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 30.

¹⁵¹ *Idem*, p. 30.

¹⁵² *Idem*, p. 30.

¹⁵³ *Idem*, p. 31.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 37.

Tem-se ainda outra versão, porém grega e não latina como as anteriores, onde Roberto Vecchi destaca ser a do *martis*, isto é, o mártir derivado do termo “*martirium*”. Tal noção se refere à perseguição sofrida pelos cristãos que testemunhavam sua fé, com origem no verbo recordar¹⁵⁵. Sobre a questão, Avelar explica que esse conjunto de palavras se mostra como uma perspectiva memorialística e, realizando o aspecto jurídico de *terstis*, os dois sentidos iniciais proporcionam uma definição inteligível do termo “testemunha”, ou seja, “o sobrevivente que não pode não recordar”¹⁵⁶.

Adiante, quando ressalta as argumentações de Saul Friedlander sobre seu trabalho – que discutiu os limites da representação de eventos traumáticos –, Avelar explicita que ao considerar o testemunho como registro documental de uma experiência, “seu uso como forma de acesso privilegiado ao passado situa a narrativa testemunhal como o limite para que qualquer reconstrução dos fatos seja possível”¹⁵⁷. Portanto, tem-se aqui um ponto de fissura entre o registro factual dos acontecimentos e a representação feita pelo historiador – esta última percebida como uma alteração da verdade do testemunho.

Aquele autor também destaca que no regime de historicidade presentista ou na “era do testemunho”, a palavra da testemunha pode ser suprimida ao se modificar em conteúdo de uma representação histórica, pois, o papel do historiador é ser um mediador entre aqueles que viveram a experiência-limite e aqueles que não¹⁵⁸. Assim, o testemunho é a única linguagem possível onde se podem representar certos eventos¹⁵⁹.

Ao grifar uma passagem do historiador e filósofo neerlandês Frank Akersmit, Avelar observa que somente o testemunho pode ofertar uma representação das experiências mais significativas e profundas de um indivíduo.

Não é pelas características verídicas ou falsas ou em seus elementos de sentido que as partes do testemunho são apreendidas. Segundo Frank Akersmit, a plenitude do testemunho diz respeito ao passado¹⁶⁰. Assim, Avelar explica que por ser um relato, uma representação, o testemunho deve ser conferido com outras “representações rivais”, e não contraposto em si mesmo¹⁶¹.

¹⁵⁵ AVELAR, A. S. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanan**, v. 8, n. 8, p. 37, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773/9894>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 38.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 41.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 41.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 42.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 42.

¹⁶¹ *Idem*, p. 42.

No ato da narração se tem um instante cuja experiência traumática é revivida, rompendo a barreira entre a linguagem e a realidade. Tal processo se dá concomitantemente com o ato de recordar quando do relato do indivíduo – no caso, por meio dos ressentimentos em que os militares estão inseridos na caserna, no momento do depoimento. Os ressentimentos reforçam, revivem no presente aqueles sentimentos, aquelas emoções sentidas nas experiências passadas em relação ao evento, bem como pode ser resultado desse processo metodológico empregado na Coleção em comento, que teve por objetivo registrar o testemunho, criar um acervo. No entanto, pela configuração dos depoimentos, é possível averiguar uma memória enquadrada.

Em suma, Avelar destaca que o testemunho como uma prova do que aconteceu, ou seja, “como acesso não mediado ao passado ou mesmo como representação histórica”, se assenta em um regime de arquivo e responde aos desejos dos algozes por conta da dispersão dos acontecimentos¹⁶². Aquele autor ainda explica que o testemunho deve ser posto sem intermediário quando é colocado em comunicação direta com a verdade histórica – no caso da Coleção de depoimentos, os entrevistadores buscam intermediar o depoimento.

1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente capítulo foi possível observar como a CHOE-64, por meio dos lugares editoriais (título, capa, antepasto, prefácio, intertítulo, orelha do livro, perguntas etc.), transmite um enquadramento da memória cuja finalidade é promover uma avaliação favorável dos 21 anos da Ditadura Militar (1964-1985). No processo de enquadramento da memória se tem uma seleção de testemunhas que seriam mais “autorizadas” que outras a tratar de certos acontecimentos.

No entanto, foi possível observar pelo modo com a CHOE-64 é elaborada que os depoentes escolhidos dizem muito mais a respeito da própria instituição, ou seja, do EB e suas respectivas crenças, tradições e rituais simbólicos. E por mais que a Coleção supramencionada afirme que esteja promovendo história oral, ao ter feito uma investigação pormenorizada, sobretudo, a partir de suas *considerações metodológicas*, foi possível perceber que não são cumpridas as exigências teóricas e metodológicas da área.

¹⁶² AVELAR, A. S. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. *Maracanan*, v. 8, n. 8, p. 42, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12773/9894>>. Acesso em: 30 out. 2019.

2 O RESSENTIMENTO NO DISCURSO DOS MILITARES

As linhas que se seguem apresentam a questão do ressentimento no discurso dos oficiais superiores e generais entrevistados pela coleção intitulada *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*¹⁶³ (CHOE-64), bem como se analisou e compreenderam-se como os mesmos ressentimentos são repetidos e reforçados em outros lugares peritextuais (quarta capa, orelha dos livros, prefácio etc.) ali evidentes. Nesse ínterim, foi possível questionar: como os ressentimentos são manifestados e/ou transmitidos pela CHOE-64?

Para tanto, foi preciso refletir sobre o termo “ressentimento”, ou seja, levar em consideração os significados elaborados para aquele termo no decorrer dos anos pela tradição filosófica ou pela Psicologia Social, bem como considerar a relevância dos ressentimentos e dos sentimentos em geral para a formação de uma identidade política – os ressentimentos estabelecem relações entre grupos sociais e vida política, com grande relevância para o entendimento de uma questão mais ampla: a dos usos políticos da memória por discursos militares no pós-ditadura.

Pierre Ansart ajuda a pensar e reconsiderar algumas definições sobre a noção do ressentimento ao retomar as contribuições do filólogo e filósofo Friedrich Nietzsche e do médico neurologista e psicanalista Sigmund Freud¹⁶⁴. Aquele autor leva em consideração a relação que a história possui com a memória em si e com a memória dos ressentimentos¹⁶⁵.

Com o intuito de aprimorar a discussão ao redor do termo “ressentimento”, faz-se importante considerar as contribuições da psicanalista brasileira Maria Rita Kehl, cuja obra intitulada *Ressentimento* oferta complementos para uma definição acerca daquele termo¹⁶⁶. Assim como Ansart, aquela autora procede a uma leitura filosófica ao dialogar com Nietzsche e Max Scheler, tal como ressalta a questão da política ao abordar o ressentimento a partir de autores e autoras da tradição política como, por exemplo, Giorgio Agamben e Hannah Arendt; mas, a ênfase volta-se, principalmente, para a perspectiva da psicanálise sobre o ressentimento, a partir de Freud¹⁶⁷.

¹⁶³ Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1-15.

¹⁶⁴ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 15-34.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 15.

¹⁶⁶ Cf. KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

Ansart foi quem alertou sobre a complexidade de reconstituir e esclarecer acerca das mudanças pelas quais passam os sentimentos, as paixões e as emoções tanto individuais, como coletivas¹⁶⁸. Nesse ínterim, em geral, o pesquisador se depara com essa dificuldade ao analisar aquilo que, muitas vezes, não é dito, proclamado ou negado.

Aquele sociólogo francês faz uma observação quanto à postura do historiador em relação ao objeto de pesquisa: se faz necessário investigar os indícios, os signos, os traços, bem como o estudo das linguagens, dos modos de comunicação e das expressões que podem ser lidas como sintomas¹⁶⁹. E ainda, é preciso evidenciar como tais linguagens se articulam para consolidar sentimentos, os quais têm força política porque criam ou fortalecem identidades, vínculos, adesões, o que também inclui hostilidades, diferenças, rivalidades; ou seja, tanto quanto ideias, ideologias, jogos de interesses, os sentimentos são armas da política¹⁷⁰.

A noção de ressentimento se refere às mágoas guardadas, às ideias de uma injustiça cometida no passado e, no presente, à uma traição. O ressentido é aquele que, ao se considerar vítima de uma injustiça, não opta por uma reação imediata, mas, por assim dizer, remói a ferida subjetivamente. Assim, o ressentimento é, essencialmente, um sentimento do campo da memória. Ele pode reforçar uma identidade de grupo ao estabelecer a ideia de uma comunidade inteira vítima de um insulto permanente. O ato de remoer não significa que o ressentido nunca reaja: o ressentimento guarda uma espécie de potencial para a ação, que pode explodir de forma violenta em situações específicas.

Para responder o questionamento apresentado no início do presente capítulo: como os ressentimentos são expressos e/ou transmitidos pela CHOE-64?, é preciso considerar toda a zona editorial da Coleção em comento conhecida por peritexto, isto é, a orelha do livro, a contracapa, o prefácio etc. Segundo Gérard Genette, os paratextos editoriais (peritexto + epitexto), em geral, ficam sob a responsabilidade do editor daquele material bibliográfico em elaboração¹⁷¹. Logo, a responsabilidade pela edição dos peritextos presentes na CHOE-64 não é exclusivamente do coordenador-geral do Programa de História Oral do Exército, Gen. Aricildes de Moraes Motta. Em verdade, se tem uma corresponsabilidade pela edição da CHOE-64, a qual se divide entre o coordenador geral, o coordenador regional (Gen. Geraldo Luiz Nery da Silva) e compartilhado pela Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEx).

¹⁶⁸ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 29.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 29.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 29.

¹⁷¹ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 21.

Na introdução da presente Dissertação duas razões foram apontadas para a necessidade de um recorte mais preciso no objeto da pesquisa, quais sejam: 1) A repetição de um discurso apaixonado referente à Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); e, 2) A vida política de oficiais de todas as patentes antes, durante e após o golpe de Estado de 1964. Tais escolhas perpassam pelas linhas que aqui se seguiram em observância à seleção dos discursos dos oficiais que foram analisados juntamente com os elementos paratextuais. Assim, o foco do presente capítulo se deu na reflexão do discurso ressentido expresso não somente nas entrevistas dos oficiais superiores e generais, bem como nos elementos editoriais que compõem a CHOE-64, uma vez que, por meio da repetição, o discurso ressentido é reforçado por intermédio dos elementos editoriais e do relato dos entrevistados.

Mais adiante adentrar-se-á pormenorizadamente em cada documento apontado na entrevista do Gen. Correa. Em primeiro lugar, vale destacar a mensagem inicial de Correa – aquela prevista pelas *considerações metodológicas*, onde o entrevistado faz uma exposição inicial sobre o Projeto de História Oral do Exército, conforme se segue:

É com emoção que presto depoimento sobre a participação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no Movimento de Descomunicação do Brasil, em março de 1964, em defesa dos ideais democráticos do povo brasileiro, buscando também participar do processo de restauração da disciplina e hierarquia no Exército. É de lamentar que tal episódio, que dignifica a Mocidade Militar de nosso País, seja ignorado, até mesmo por nosso público interno, sendo às vezes objeto de ironia e até maldosa crítica, partindo dos que desconhecem razões e verdadeira versão dos fatos¹⁷².

Na Coleção aqui analisada, os entrevistados dispõem de um momento inicial onde promovem ou não um relato sobre os acontecimentos em relação ao Golpe Civil-Militar de 1964, seguido de uma demonstração de respeito, admiração, diante do projeto que estava sendo elaborado e diante do que é relatado. Tal aspecto pode ser observado na entrevista do Gen. Correa quando este afirma que é com “emoção” que presta depoimento a respeito da AMAN. Aqui se tem alguns aspectos importantes, a saber: é evidente que o autor ativa uma memória afetiva em relação ao que irá relatar; diz respeito a uma instituição militar onde o general possui vínculos afetivos também; e, a dinâmica do ressentimento se expressa via construção de um inimigo indefinido, exterior às Forças Armadas (FA), que trata seu suposto heroísmo com ironia e maldade – não se tratam apenas de críticas, mas de críticas maldosas.

¹⁷² MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 30. Tomo 1.

Então, rememorar a instituição da AMAN, para aquele Gen., pode significar rememorar sentimentos e emoções. Vincular tais sentimentos e emoções diretamente com fatos políticos é justamente o que se buscou nas linhas aqui expressas, ou seja, o modo como os militares rememoram e escrevem tais sentimentos relacionados a acontecimentos políticos. É evidente quando o Gen. Correa expressa que concede seu depoimento com “emoção” a respeito da participação da AMAN no “Movimento de Descomunicação do Brasil, em março de 1964”¹⁷³.

Não se pode esquecer que a entrevista do Gen. Correa se deu no dia 15 de março de 2000 – 36 anos após o golpe de Estado de 1964. Sobre a questão, Enzo Traverso explica que a memória é uma construção filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente ao evento, ao acontecimento, e que reflexões e experiências posteriores ao acontecimento modificam a recordação¹⁷⁴.

Aquele historiador italiano ainda assevera que “a memória, individual ou coletiva, é uma visão do passado que é sempre filtrada pelo presente”¹⁷⁵. Não é por acaso que se pode perceber, através do relato do Gen. Correa, no constante processo de rememoração ali evidente, um alto teor de subjetividade.

Traverso destaca que a memória possui essa característica de armazenar “uma dose bem maior de subjetividade, de <<vivido>>”¹⁷⁶. Além disso, a rememoração realizada por aquele Gen. revela mais alguns aspectos, isto é, por quais motivos a AMAN estava sendo empregada em seu discurso.

De acordo com a narrativa do Gen. Correa, o objetivo central do golpe de 1964 era reestabelecer a disciplina e hierarquia no Exército Brasileiro (EB). Outro aspecto que se pode perceber a partir da entrevista daquele militar diz respeito a quem a Coleção em comento está sendo endereçada, isto é, para o público interno do EB, uma vez que, para o general, tal evento serve como um exemplo para os jovens oficiais, pois dignifica a “mocidade militar de nosso País”¹⁷⁷.

Em seguida, ainda na exposição inicial, o Gen. Correa valoriza a iniciativa do Projeto de História Oral do Exército sobre o golpe de Estado de 1964. Ao exaltar o projeto elaborado

¹⁷³ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 30. Tomo 1.

¹⁷⁴ TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012, p. 23.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 24.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 10.

¹⁷⁷ MOTTA, *op. cit.*, T. 1, p. 30.

pela BIBLIEx, aquele militar acredita que a CHOE-64 será suficiente para colocar um “ponto final” em conceitos depreciativos, em descrédito¹⁷⁸.

Creio que o esforço que este Projeto vem desenvolvendo, no sentido de resgatar a memória da participação do Exército em fatos importantes, colocará um ponto final nos conceitos desabonadores, frutos da ignorância, da maledicência ou da má fé, com relação ao assunto em questão¹⁷⁹.

Diante do exposto, é preciso estar atento às construções da memória, aos processos de recordação, pois, a memória é seletiva e subjetiva. Traverso explica que a memória se agarra aos fatos de quem testemunhou ou foi ator (agente) histórico de algum acontecimento, ou seja, “o relato do passado prestado por uma testemunha – sempre que não seja um mentiroso consciente – será sempre a sua verdade, ou seja, a imagem do passado em si deposto”¹⁸⁰.

Na Coleção em comento, o ressentimento está diretamente atrelado ao modo como o Gen. Correa recorda a participação da AMAN no golpe de Estado de 1964. Inclusive, é possível considerar os sentimentos e as emoções como mecanismos da lembrança que estimulam aquele militar a recordar um passado afetivo.

À vista do que expressa Ansart sobre a percepção das linguagens, dos modos de comunicação presentes na CHOE-64 como, por exemplo, os indícios, os vestígios e os traços do ressentimento, estes foram compreendidos a partir da ação da repetição já elucidada frente às práticas discursivas e estratégias narrativas daquela Coleção. Assim, a estratégia narrativa mais comum e insistente é a repetição da mesma ideia em lugares editoriais diferentes (capa, ilustração, perguntas, prefácios, quarta capa, respostas). Tem-se ali o mesmo discurso, reforçando a lógica de ventríloquo destacada no capítulo anterior.

E para entender o porquê de a repetição ser uma característica pertencente ao ressentimento, é preciso apreender o significado do termo. Segundo Ansart, é possível propor ao menos cinco definições para o termo “ressentimento”¹⁸¹.

¹⁷⁸ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 30. Tomo 1.

¹⁷⁹ *Ibidem*, T. 1, p. 30.

¹⁸⁰ TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012, p. 23.

¹⁸¹ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 19, 20.

As contribuições são de diversas áreas do conhecimento (Filosofia, Sociologia, Psicologia Social, entre outras). No entanto, parece ser consensual que o termo em questão ganhou atenção a partir da obra de Friedrich Nietzsche, intitulada *Genealogia da moral*¹⁸². Ansart sintetiza a obra daquele filósofo alemão ao explicar que, para Nietzsche, a noção de ressentimento está associada a “uma filosofia da história, uma denúncia da moral, um conjunto de juízos sobre a vida política da Europa no final do século XIX e um diagnóstico sobre a decadência”¹⁸³ dessa sociedade. Nesse “guarda-chuva” que é o termo “ressentimento”, vale destacar que Nietzsche voltou-se para a história do ódio.

Ansart atenta para a pluralidade das formas do ressentimento, de modo a não tomar o termo a partir de uma única definição universal¹⁸⁴. É nesse sentido que tanto Ansart como Kehl, ao discorrerem sobre a noção dos ressentimentos, levam em conta as contribuições de Max Scheler, Robert K. Merton e Sigmund Freud.

Aquele sociólogo francês enfatiza que Scheler parte de uma perspectiva fenomenológica do ressentimento, levando em consideração as teorias de Nietzsche, porém, deixando de lado as “hipóteses históricas” do filólogo em prol de uma investigação dos “componentes do ressentimento”¹⁸⁵.

Com o intuito de acrescentar ao debate em torno da noção de ressentimento, Kehl destaca que para Scheler, o ressentimento é constituído da união do rancor, do desejo de vingança, da raiva, da maldade, do ciúme, da inveja e da malícia¹⁸⁶. E ainda, aquela autora explica que o termo “ressentimento” não é exclusivo da Psicanálise, pois encontra respaldo também como “uma categoria do senso comum que nomeia a impossibilidade de se esquecer ou superar um agravo”¹⁸⁷.

Kehl afirma que o prefixo “re”, do termo “ressentimento”, significa o “retorno da mágoa” – a repetição de um sentimento; é uma reiteração nutrida de forma ativa por quem foi ofendido¹⁸⁸. E o ressentido é aquele indivíduo “que não quer esquecer, ou que quer não se esquecer, não perdoar, nem superar o mal que o vitimou”¹⁸⁹.

¹⁸² Cf. NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁸³ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 17.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 19.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 18.

¹⁸⁶ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 15.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 14.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 14.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 14.

No relato do Gen. Leônidas Pires Gonçalves aos organizadores Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, da Coletânea de depoimentos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (CPDoc/FGV-RJ), no período de janeiro a março de 1992, ao ser questionado sobre a principal causa da “Revolução de 64”, como resposta, tem-se: “[...] a república sindicalista que estava se implantando” no Brasil, além do fato que estavam “quebrando” as “regras” nas FA com o episódio da reunião do então Presidente da República João Goulart com cabos e sargentos no Automóvel Clube, na capital fluminense, no dia 30 de março de 1964. Logo, aquele militar assevera que “nós” (as FA) já ‘teríamos’ algumas mágoas das “revoltas comunistas” por conta da morte de um companheiro, e que “essas coisas nós não perdoamos”¹⁹⁰.

A característica da repetição pode ser percebida na entrevista do Gen. Leônidas Pires Gonçalves concedida ao coordenador regional – Gen. Geraldo Luiz Nery – da CHOE-64, no dia 29 de junho de 2000. Na ocasião, aquele militar, ao rememorar “as causas imediatas” do “movimento revolucionário de 64”, associa dois episódios da história política do Brasil, os quais o ressentimento não o deixa esquecer, conforme se segue:

As causas imediatas todos nós conhecemos. Os homens que assessoravam o Presidente João Goulart cometeram um erro crucial: nas suas pregações, nas suas atividades, eles abalaram, ou tentaram abalar, dois pilares fundamentais para as Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina.

Os momentos em que esses pilares foram atingidos, profundamente, temos vivos nas lembranças daquelas reuniões: o comício da Central do Brasil e a revolta dos marinheiros no sindicato dos Metalúrgicos, ambos no Rio de Janeiro – onde a Marinha teve a sua hierarquia e a sua disciplina altamente abaladas – uma completa desorganização, abolindo o que nós temos de mais sagrado, que eu repito: a hierarquia e a disciplina¹⁹¹.

Porém, não é somente no relato do Gen. Leônidas Pires Gonçalves que tais aspectos se manifestam. É possível notar alguma reiteração na entrevista de vários militares para a CHOE-64, a saber: ex-Ministro Armando Ribeiro Falcão; Gen. Carlos Meira Mattos; Gen. Geraldo Luiz Nery da Silva; Gen. Antônio Carlos da Silva Muricy; Gen. Ivan de Souza Mendes; Cel. Amerino Raposo Filho¹⁹²; Cel. Luís de Alencar Araripe; e, Gen. Carlos Tinoco Ribeiro Gomes¹⁹³.

¹⁹⁰ D’ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 114.

¹⁹¹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 83. Tomo 1.

¹⁹² Amerino Raposo Filho é natural do Rio de Janeiro. Segundo a coleção intitulada *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história* (CHOE-64), o militar tem “todos os cursos

Na entrevista do oficial na reserva, Carlos Tinoco, em depoimento concedido à CHOE-64 no dia 05 de março de 2002, tem-se a apresentação de mais duas relações estabelecidas entre os ressentimentos e outros dois episódios que ocorreram ante do golpe de Estado de 1964, correlacionados com as tentativas de quebra de hierarquia e disciplina nas FA, conforme se segue:

[...] as revoltas dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica em Brasília e dos marinheiros no Rio de Janeiro bem caracterizaram o trabalho da dissensão que vinha sendo desenvolvido pelo próprio Governo Jango e seus seguidores nesse sentido; culminando com a “demonstração de solidariedade” ao Presidente, promovida pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do então Estado da Guanabara, no Automóvel Clube do Brasil, na Cinelândia, no dia 30 de março de 1964. Nessa ocasião, o Presidente dirigiu a palavra a sargentos das Forças Armadas, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, concitando-os, claramente, a se insurgirem contra seus superiores hierárquicos¹⁹⁴.

O tipo de repetição em questão não é singular, pois, adiante, é possível perceber que a CHOE-64 se preocupa com outros elementos narrativos para reforçar o mesmo discurso, inclusive, nos depoimentos dos militares. Sobre a questão, Kehl assim observa que tal repetição se revela como um recalçamento:

Há casos em que lembrar é tão ou mais importante do que esquecer: casos em que o esquecimento não se dá às custas da superação de um agravo, mas do recalque de

regulares do Exército e da Escola Superior de Guerra”. Foi “conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola de Guerra Naval”, além de membro fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES). Em 1964, era Ten. Cel. e comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalos, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. No mesmo ano “foi transferido para a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e, depois, passou a servir no Sistema Nacional de Informações (SNI)”. Tal Coleção ainda destaca que no pós-1964, Raposo Filho reorganizou a Polícia Federal (PF). Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 257. Tomo 2.

¹⁹³ Carlos Tinoco Ribeiro Gomes é natural de Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, nascido no dia 23 de janeiro de 1928. Em março de 1949, formou-se como pré-AO pela Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro. Em 1953, foi promovido a Cap. e, anos depois, fez o curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1958. Entre janeiro de 1961 e dezembro de 1963, aquele militar fez o curso de Comando e Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Segundo a CHOE-64, Carlos Tinoco, em 1964, como Maj., era Instrutor da ECEME. Em dezembro de 1966, foi promovido a Ten. Cel. Em 1970, cursou o Comando do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com o verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (CPDoc/FGV-RJ), em 1971, “tornou-se oficial de gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel”, até 1974. No governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), Tinoco foi empossado no cargo de Ministro do Exército, sucedendo o Gen. Leônidas Pires Gonçalves. Ainda conforme aquele verbete, em julho de 1992, o Ministro do Exército soltou uma “nota à imprensa defendendo o movimento de 1964 das críticas dos ‘revisonistas de plantão’”. Após o *impeachment* de Collor, Tinoco “retirou-se da vida pública” e passou para a reserva remunerada. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CARLOS TINOCO RIBEIRO GOMES**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/carlos-tinoco-ribeiro-gomes>>. Acesso em: 30 out. 2019.

¹⁹⁴ MOTTA, *op. cit.*, T. 10, p. 34.

suas marcas mnêmicas. Ora, o que se obtém a partir do recalque não é o esquecimento, é a repetição. O recalado é o passado que nunca se apaga e retorna nas formações de linguagem, nos lapsos, nas fantasmagorias, no sintoma. Como o inconsciente é atemporal, o recalado permanece vivo, preservado na forma de representações psíquicas relacionadas indiretamente ao vivido por meio de cadeias associativas. Isso vale tanto para os indivíduos, tomados um a um, quanto par ao que se mantém calado, inconsciente, na vida das sociedades e das nações¹⁹⁵.

Maud Chirio explica que a partir de 1963, o discurso sobre a “revolução” se consolida cada vez mais, tendo em vista as crises econômicas, políticas e as tensões sociais que se desencadearam na década de 1960¹⁹⁶.

O então governo João Goulart estava sendo acusado de articular um golpe comunista no Estado e, a partir dessa “ameaça fantasma”¹⁹⁷, Chirio explicita que se estruturou um “movimento civil-militar” cujo objetivo era resistir contra a ameaça comunista. Nesse discurso da direita militar, outros elementos dessa narrativa passaram a ganhar contornos mais nítidos como a imagem do “comunista” que, segundo aquele autor, foi atrelada a João Goulart e a Leonel Brizola¹⁹⁸.

Outro elemento cuja relevância é primordial no desenrolar do discurso dos militares diz respeito à hierarquia e a disciplina que, segundo Chirio, se faz presente na “propaganda direitista” dentro dos quartéis, “na grande imprensa e nos discursos de parte da classe política” – a ideia de um golpe comunista apoiado pelo governo Jango cuja alegação central é de que estaria ocorrendo casos de “subversão” ou “inversão” da hierarquia militar¹⁹⁹. Nesse ínterim, o comunismo aparece associado nos discursos militares à inversão da ordem supostamente natural das coisas, quando as patentes inferiores assumem o comando e o prestígio da instituição. Aqui, a dinâmica do ressentimento é explicitamente social: o suposto desejo de o “inferior” se igualar ao “superior” gera no “superior” o sentimento de uma ferida incurável. A quebra da disciplina remete, de fato, à crise da obediência, à possibilidade de que os supostamente inferiores não obedeçam às ordens e, ao menos nas narrativas dos militares, tal situação é apresentada como um insulto à própria ordem natural das coisas.

Há outros elementos narrativos que configura o processo de repetição e circularidade editorial na CHOE-64, como, por exemplo, a constante rememoração em relação à Intentona Comunista de 1935. Como exemplo, retomando o discurso do Gen. Leônidas Pires Gonçalves, ao ser questionado pelo entrevistador – Gen. Luiz Nery da Silva – da referida

¹⁹⁵ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 309.

¹⁹⁶ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 32.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 32.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 33.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 33.

Coleção sobre as “raízes do Movimento Revolucionário desencadeado em 31 de Março”, assim relatou:

Na verdade, acho que as raízes da Revolução são mediatas e imediatas. As mediatas são bem conhecidas por nós, iniciaram-se com aquela insurreição comunista de 1935, que deixou marcas profundas no Exército. Nós, há muitos anos, fazemos cerimônia especial na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, em homenagem aos elementos do Exército que foram mortos, alguns de modo bastante impiedoso²⁰⁰.

A memória da Intentona Comunista de 1935 também está presente no prefácio da CHOE-64 intitulado *A Desculpa dos Vencedores*, escrito por Jarbas Passarinho que, ao relatar uma homenagem na qual Prestes recebeu do governador Miguel Arraes. Na ocasião, Passarinho atenta que Prestes, ao agradecer a homenagem recebida, assim se manifestou: “[...] nós, comunistas, estamos no governo, mas ainda não no poder”²⁰¹. Por conseguinte, Passarinho observa que tal frase era “um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidas”²⁰².

Chirio explica esse ponto de vista presente na CHOE-64 e nos discursos dos militares na menção que a Intentona Comunista de 1935 obteve destaque no imaginário coletivo das FA, mas com aspectos negativos. Em primeiro lugar, aquela autora observa que se chama depreciativamente de Intentona a revolta de militares comunistas em 1935; e, em segundo lugar, tem início no imaginário militar o “medo de uma infiltração em massa de agentes comunistas no Exército” e o medo da “traição dos camaradas de farda”²⁰³. E ainda, no imaginário militar, a “memória oficial da Intentona, portanto, identifica o principal inimigo como duplamente interno, na nação e no Exército”²⁰⁴.

Em suma, é possível compreender a respeito do discurso dos oficiais gerais e superiores presentes na Coleção em comento dois aspectos fundamentais, a saber: 1) Os ressentimentos são relevantes na produção memorialística, tendo em vista que os sentimentos estabelecem um vínculo com a memória, mais especificamente, no ato da recordação; e, 2) A memória é um componente da história. Logo, se na memória os sentimentos e as emoções são

²⁰⁰ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 82. Tomo 1.

²⁰¹ *Ibidem*, T. 1, p. 25.

²⁰² *Idem*, T. 1, p. 25.

²⁰³ CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 35.

²⁰⁴ *Ibidem*, p. 35.

aspectos influentes, faz-se importante considerá-los quando da análise da construção de memórias e manifestações políticas e práticas outrora desencadeadas.

Portanto, perceber que o sentimento de injustiça e o recalque fazem parte da constelação de sentimentos que envolvem os ressentimentos no discurso dos militares é perceber como e por que os militares, ao rememorar episódios específicos da história política do Brasil, associam aos sentimentos de injustiça, de ódio e de medo. O recalque aparece como uma manifestação da repetição de tais ressentimentos, ou seja, revela através dos diversos lugares editoriais (peritextos) a reiteração do mesmo discurso e dos mesmos sentimentos.

2.1 A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E O SENTIMENTO DE AMOR À PÁTRIA

Na presente pesquisa chamou a atenção para a repetição e exacerbação do ressentimento na CHOE-64 a entrevista do Gen. Antonio Jorge Correa, por ser a primeira entrevista do Tomo 1. Ali, entrevistado e entrevistador disponibilizam três documentos que teriam sido divulgados antes, durante e depois do golpe de Estado de 1964, quais sejam: 1) “Proclamação Irmãos em Armas”; 2) “Irmãos das Forças Armadas”; e, 3) “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras em 2 de abril de 1964”. No entanto, após várias pesquisas na rede mundial de computadores, não foi encontrado nenhum resquício de publicação destes, seja por divulgação via EB ou pelas mídias audiovisuais da época – contrariando o relato daquele militar.

Os documentos supramencionados possuem um aspecto peculiar dentro da narrativa do Gen. Antonio Jorge Correa: em teoria, não foi ele quem teria lido para o corpo de cadetes da AMAN nas datas de 30 de março, 31 de março e as duas últimas datam de 1º de abril de 1964, respectivamente, cada documento. Aliás, quem os teria lido para os cadetes em questão teria sido o comandante da própria instituição, Gen. Emílio Garrastazú Médici²⁰⁵. Entretanto, aqueles documentos se mesclam na narrativa do Gen. Antonio Jorge Correa. Assim, por vezes, é difícil diferenciar a voz de Correa e aquela que teria sido a voz de Médici no momento em que este último teria lido os documentos.

Na narrativa do Gen. Antonio Jorge Correa, é possível perceber que os documentos supramencionados servem mais para enquadrar o discurso a respeito da participação da AMAN no golpe de Estado de 1964, bem como de outros aspectos que, para o imaginário

²⁰⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 38-45. Tomo 1.

militar, são extremamente relevantes na construção do quadro histórico que desencadeou a “revolução de 1964”.

A propósito, os documentos em questão cumprem uma função na narrativa daquele militar: assinalam a repetição e a circularidade com a narrativa da CHOE-64 e, além de tudo, expõem como a “afetividade política”²⁰⁶ é reproduzida.

Tendo em vista as contribuições de Ansart na obra intitulada *A Gestão das Paixões Políticas*²⁰⁷, é possível considerar a CHOE-64 como um canal, um meio de comunicação, por difundir “múltiplas mensagens, que visam influenciar os vínculos políticos e as repugnâncias, as esperanças e os temores, os sentimentos positivos e negativos em relação a objetivos, instituições ou heróis da cena política”²⁰⁸.

Diante do exposto, aqui se tem o destaque daqueles documentos na íntegra para que o leitor detenha uma visão completa da estrutura da narrativa. Portanto, em primeiro lugar, tem-se a “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”, conforme se segue:

ORDEM DO DIA DO GENERAL COMANDANTE DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, EM 2 DE ABRIL DE 1964

‘Como é imperativo nas situações de emergência que, por dever de ofício, vez por outra, tem de enfrentar as Forças Armadas, a atitude histórica tomada pela Academia Militar das Agulhas Negras foi fruto de acendrado espírito patriótico, de profunda reflexão e do reconhecimento de suas grandes responsabilidades no panorama nacional.

O senso de patriotismo, que temos cultivado diuturnamente, nos vem da apreciação das páginas gloriosas de nossa História e da devoção, sincera e continuada, que nos empenha em manter e fortalecer os elementos fundamentais da nacionalidade brasileira.

A meditação dedicada a evolução nacional e, muito particularmente, a sua fase aguda, nos foi propiciada pelo interesse em bem servir as legítimas aspirações de nosso povo, pela formação que nos foi proporcionada no ambiente militar brasileiro, e pelo equilíbrio que, de regra, sói advir da convicção nos ideais formulados e perseguidos pelos que amam o seu berço natal, a sua família e a sua Pátria.

As responsabilidades da Academia no panorama nacional sempre se nos afiguraram patentes, em face dos anseios que nos norteiam, do trabalho que habitualmente executamos e do muito que, num Exército eminentemente democrático, produzimos dia a dia em prol da Segurança Nacional e do progresso geral do País.

Estes três pontos básicos, meus camaradas, materializam a orientação que, conscientemente e inundados de fervor cívico, seguimos nos últimos dias. Tenho a certeza absoluta de que, ao segui-la, adotei a única direção de atuação que despontava clara e insofismável, do nosso passado, de nossa presente preocupação

²⁰⁶ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 16.

²⁰⁷ Cf. ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

²⁰⁸ No próximo subtítulo, *A mídia e o sentimento de traição*, a pesquisa apresenta como a CHOE-64 manipula trechos e mensagens de jornais de grande circulação no Brasil com o objetivo de continuar reproduzindo ressentimentos. Cf. *Ibidem*, p. 11.

com o restabelecimento da hierarquia e da disciplina, e de nossos anseios relativos ao futuro.

Diante das notícias desencontradas que inundavam o País na noite de 31 de março passado, constituí um Estado-Maior Operacional, coloquei em estado de alerta o Corpo de Cadetes e dei ordem de prontidão ao Batalhão de Comando e Serviços.

Com o evoluir dos acontecimentos ligados a fatos concretos ocorridos em vários Estados da federação, os planos e as medidas de controle foram sendo aprofundados e, na madrugada de 1º de abril, por seu Comandante, a Academia declarou-se a favor daqueles que pugnavam pelo restabelecimento, no País, do clima coerente com suas tradições cristãs e com os sentimentos patrióticos da maioria esmagadora do povo brasileiro. Quando o panorama pareceu claro, a mim e a meus colaboradores diretos, não hesitei um instante em declarar a grave decisão que tomara, pois a sabia inteiramente legítima, dada a consciência cívica e o fervor patriótica dos meus comandados.

Em decorrência da decisão formulada, empregamos a Companhia de Guarda do BCS na vigilância dos pontos críticos em torno de Resende, estabelecemos as premissas do controle das localidades e a efetivação das medidas correlatas, e passamos a planejar o emprego do Corpo de Cadetes.

Na manhã do dia 1º, foram desencadeadas as operações de controle da cidade e as medidas de segurança convenientes. Enquanto isso ocorria, a situação militar se complicava no vale do Paraíba e, diante da possibilidade, efetivamente existente, de tropas do I Exército virem a dominá-lo em todo território fluminense, emprego imediato do Corpo de Cadetes na região a Este de Resende, em conexão com o 1º BIB, de Barra Mansa, e em ligação com o 5º RI, que avançava de Lorena.

A sorte estava lançada; duas Proclamações foram preparadas e divulgadas, ao tempo em que se sentia, a cada minuto, crescer o ardor combativo de meus comandados em todos os postos da hierarquia.

O empenho desassombrado da Academia, na ocupação efetiva do terreno e nos preliminares da luta armada que se desenhou, alcançou repercussão magnífica para a causa que abraçávamos, seja na população civil, seja no seio das próprias tropas com que, provavelmente, nos defrontaríamos. Posso mesmo asseverar que nossa atitude se constituiu em fator dos mais decisivos para os rumos que, afinal, vieram a tomar os acontecimentos, no Vale da Paraíba e quem sabe no Brasil, cujo ponto culminante foi a reunião, na Academia, às 18h de ontem, dos eminentes chefes militares que detinham os comandos das forças federais em São Paulo e na Guanabara.

Oficiais, cadetes, sargentos, cabos, soldados e funcionários civis da Academia: nosso dever formal e de consciência foi cumprido com elevação e dignidade. O Exército Brasileiro, democrático e cristão, mais uma vez interveio nas lutas nacionais para restabelecer o rumo adequado a nossos sentimentos e postulados de nossa crença cívica.

Todos podem estar tranquilos: o que a Pátria de nós poderia esperar lhe foi dado no momento oportuno e com a abnegação que nos caracteriza, no quadro geral de uma colaboração irrestrita e corajosa, que tocou vivamente minha consciência de homem, de cidadão e de soldado. A todos, pois, o agradecimento enternecido da Pátria brasileira.

Cadetes!

Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos, assim, o sangue jovem do Exército na liça e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba. Mais forte que ela, porém, foram o sentimento de nossas responsabilidades e o conteúdo energético do nosso ideal de, no mais curto espaço de tempo, restaurar os princípios basilares de nossa Instituição. Vosso entusiasmo, vosso idealismo imaculado, vossa fé nos destinos do País e vossa dedicação aos misteres militares foram os elementos fiadores da decisão então tomada, que acabou por contribuir de modo ponderável para a solução da crise, em nossa área de operações.

Após 29 anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições e pela tranquilidade de nosso País. Vós o fizestes, com pleno sucesso e com admirável

galharia. E, por isso, a História Pátria lhes reserve uma página consagrada, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo País que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado.
Cadetes: pela História, atingis, os umbrais da glória!²⁰⁹.

A seguir, é possível perceber como essa lógica discursiva opera em “Irmãos em Armas – Por que a AMAN empunhou Armas em Defesa da Democracia”, conforme se segue:

Proclamação ‘Irmãos em Armas’:

Irmãos em Armas

Por que a AMAN empunhou Armas em Defesa da Democracia
(Proclamação lançada na manhã de 1º de abril de 1964, ao se deslocarem os cadetes para a Guanabara, na Vanguarda do II Exército.)

‘Aqui estão os cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, mãe comum dos dignos oficiais do Exército Brasileiro e forjadora dos caracteres ilibados dos militares que hoje, por motivos conhecidos, estão por se defrontar.

A AMAN, ao adotar a atitude que tomou – que nossa presença aqui materializa que tem sido o apanágio glorioso de nossas Forças Armadas. Aqui está a Mocidade Militar do Brasil, representada por jovens possuídos dos mais alcantilados sentimentos de patriotismo e apego ao dever, não para agredir a seus irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria.

No momento em que persiste o extremo perigo de, neste vale de tão alto significado para a vida nacional, enfrentarem-se e matarem-se irmãos que, no fundo, cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos, nossa atitude significa, também, a tentativa patriótica de evitar o desperdício de energias que, talvez, venham a ser necessárias a defesa de nossos lares e das tradições que tem marcado nossa existência.

Irmãos de nascimento, de fé patriótica e de ideal: refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu. A Academia, por seus orientadores diretos, aqui está disposta a cumprir, na íntegra, tudo quanto nos tem sido ensinado como sagrado e proveitoso para a Pátria. Não de gerar, para a condução do destino do Brasil, os chefes de que carece a grande Nação a que todos, com orgulho, pertencemos.

Militares do Exército Brasileiro: que não seja esta a via dolorosa para vossas consciências e para a esperança de vossos descendentes.

Unidos, teremos todos a gratidão da Pátria; se nos desavirmos, por certo o Brasil um dia nos condenará como autênticos dilapidadores do poder energético que tantos sacrifícios custaram a nossos antepassados.

Irmãos: que a Bandeira Brasileira, que tremula altaneira nos nossos mastros e reflete os sentimentos cristãos de nossos corações, nos cubra a todos e inspire nossas ações, nesses momentos graves de nossas vidas, tão úteis e necessárias a grandeza do nosso querido Brasil²¹⁰.

²⁰⁹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 43-45. Tomo 1.

²¹⁰ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 38-39. Tomo 1.

E, por último, tem-se a “Proclamação Irmãos das Forças Armadas”, conforme se segue:

Irmãos das Forças Armadas!

Os Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, deixando os bancos escolares, onde, com dedicação e desprendimento, preparam-se com sacrifícios diuturnos para a preservação dos valores fundamentais da Sociedade Nacional, o fazem com legítimo orgulho de poder contribuir, embora no início de sua vida militar, com um parcela de desassombrado patriotismo e inexcedível altruísmo para a permanência de nossa querida Nação em seus invejáveis desígnios históricos.

Nesse momento, dirigem a todos os integrantes das Forças Armadas e, de modo especial e fraterno, aos seus colegas da Escola Naval e da Escola de Aeronáutica, um patético apelo para que ombreiem consigo, nesse momento histórico que o povo brasileiro vive, em busca da tranquilidade da Ordem e da Justiça, valores inalienáveis de uma sociedade organicamente estruturada.

Em troca desta inestimável solidariedade, os cadetes de Caxias oferecem toda a pujança de seu brio de jovens idealistas e toda a determinação de se esforçarem, até além da medida de suas forças, para a manutenção dos princípios religiosos, morais e culturais, que sempre constituíram traços inconfundíveis da civilização pátria e apanágio glorioso de nossos antepassados.

Que se mesquem os símbolos da Pátria ao pulsar de nossos ardentes corações, para que em breve possamos perceber os acordes maviosos da paz, da união e do respeito a tudo quanto aprendemos a honrar e glorificar, tornando-se aptos a, juntos, proclamarem a vitória do Brasil²¹¹.

Segundo Traverso, a memória possui a capacidade de “capturar” o passado em uma rede mais larga do que a disciplina histórica e, nessa captura, aferra-se a subjetividade daquele que rememora²¹². Nesse ínterim, a “memória é uma construção sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem a primeira e modificam a recordação”²¹³. Logo, a memória, seja individual ou coletiva, é uma visão do passado que é filtrada pelo presente²¹⁴.

Então, faz-se importante entender a escolha – do Gen. Antonio Jorge Correa ou dos editores da CHOE-64 – da “Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964” como uma seleção intencional. Mas, essa “ordem do dia” se torna duvidosa tendo em vista a não oferta de informações, referências para consulta; nem ao menos dito onde pode ser encontrada; e, realizada uma pesquisa *online* e no *site* do Arquivo Nacional, também não foram encontradas quaisquer informações sobre a “ordem do dia”. Assim, a coleção de depoimentos é a única detentora e difusora desse possível vestígio, rastro – aqui, a presente pesquisa tomou como parte do discurso dos oficiais gerais,

²¹¹ *Ibidem*, T. 1, p. 40.

²¹² TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012, p. 23.

²¹³ *Ibidem*, p. 23.

²¹⁴ *Idem*, p. 23.

entendendo como mais um elemento que integra a narrativa construída por aquele militar e pela editora da CHOE-64.

Interessante notar um enquadramento histórico previamente dado presente na “Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”. Tal “enquadramento da memória”²¹⁵ não está somente nessa “Ordem do Dia”, mas também em outros lugares editoriais da Coleção em comento, como, por exemplo, na orelha de todos os volumes da coleção, na apresentação empreendida pelo coordenador geral – Gen. Aricildes de Moraes Motta –, no prefácio escrito por Jarbas Passarinho e no discurso do Gen. Antonio Jorge Correa. Em suma, tem-se uma repetição e circularidade do mesmo discurso através da construção da memória, apreendida por meio dos vestígios, dos indícios, dos rastros dos ressentimentos inseridos em lugares editoriais diferentes.

No segundo parágrafo do documento “Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras” é possível notar a repetição de crenças, valores e tradições. Foi Eric Hobsbawm quem cunhou o termo “tradição inventada”²¹⁶ e na CHOE-64, bem como nesse trecho do discurso do Gen. Emílio Garrastazú Médici, percebem-se alguns aspectos que confirmam tal fenômeno. Aquele historiador britânico explica que uma tradição inventada gira em torno de “um passado real ou mítico” e, em volta desse mesmo passado, “se constroem práticas ritualizadas”, a fim de reforçar a coesão de um grupo ou de uma comunidade²¹⁷. E ainda, Traverso assevera que a tradição em questão objetiva “legitimar algumas instituições e inculcar valores na sociedade”²¹⁸.

Nesse ínterim, tem-se no documento em questão – em meio a alguns pronomes possessivos (“nossa” e “nós”) e verbos conjugados na primeira pessoa do plural (“temos”) – que “o senso de patriotismo” que tem sido “cultivado diuturnamente”, por muito tempo,

²¹⁵ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

²¹⁶ Foi Eric Hobsbawm quem cunhou o termo “tradição inventada”. Para aquele historiador britânico, o termo em questão pode ser apreendido em um “sentido mais amplo”, ou seja, pode abranger “tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez”. Além disso, é possível entender pelo termo “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Cf. HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55)

²¹⁷ *Ibidem*, p. 9.

²¹⁸ TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012, p. 11.

provém da “apreciação das páginas gloriosas de nossa História”²¹⁹, evidenciando a exaltação ou a tentativa de que não se esqueçam da história das FA. Por fim, o “senso de patriotismo” com a “devoção, sincera e continuada” faz com que as FA se dediquem “em manter e fortalecer os elementos fundamentais da nacionalidade brasileira”, mas não especifica quais são esses “elementos fundamentais da nacionalidade brasileira” que, pelo que tudo indica, está associado ao “senso de patriotismo”²²⁰.

Conforme Ansart, ao tomar os três documentos supramencionados na narrativa do Gen. Antonio Jorge Correa como indícios, vestígios, transformados em objeto de estudo, revelam que um dos caminhos para se compreender a reprodução dos ressentimentos é entender que “comumente, é através da linguagem, das palavras e das figuras de estilo que o homem político transmite suas mensagens estimulantes, suas indignações e seus apelos de apoio”²²¹. Nesse ínterim, é possível apreender os pronomes possessivos, os verbos e as demais expressões destacadas anteriormente, por exemplo, o “senso de patriotismo”, os “elementos fundamentais da nacionalidade brasileira” etc., como um entre outros aspectos onde Ansart elenca as relações de poder com as normas impostas²²².

Tal relação diz respeito a um conjunto de vínculos que regem a afetividade coletiva e individual. As duas outras relações são: 1) As relações internas e externas ao grupo de pertencimento do indivíduo; e, 2) Os modelos de identidade. O relevante quanto à primeira relação – relações de poder com as normas impostas – corresponde ao poder tradicional explicitado por Ansart, onde o poder tradicional é preservado devido “aos elos com os usos, os ritos, as tradições próprias ao grupo”²²³ em relação a diversos lugares de poder. Por conseguinte, aquele sociólogo francês explica que um grupo que dispõe de uma constelação simbólica se esforçará em preservar e manter os ritos, o culto ao passado e até mesmo invocar os esquecimentos²²⁴.

Mais uma vez é possível notar no texto aspectos do ressentimento que voltam a se repetir, além de uma tentação do esquecimento e da exasperação²²⁵ – indícios e signos que integram os ressentimentos do grupo, do coletivo, da CHOE-64 e do EB. Ainda no texto

²¹⁹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 43. Tomo 1.

²²⁰ *Ibidem*, p. 43.

²²¹ ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 19.

²²² *Ibidem*, p. 15.

²²³ *Idem*, p. 15.

²²⁴ *Idem*, p. 15.

²²⁵ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 31.

“Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”, a respeito da imagem da AMAN, o Gen. Emílio Garrastazzú Médici desvela em seu discurso que a instituição tomou uma “atitude histórica”²²⁶. E ainda, que essa atitude resultou do “acentuado espírito patriótico” – repetição em relação ao reforço do caráter “patriótico” da instituição²²⁷. Em verdade, o “espírito patriótico” é quase um lugar-comum para justificar ações em nome da pátria, nação, país – independente de qual tenha sido essa ação. E termina o parágrafo ao afirmar que a AMAN reconhece as “suas grandes responsabilidades no panorama nacional”²²⁸; ou seja, a instituição pelo visto se preocupava com questões políticas do Estado.

Ainda a respeito do texto “Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”, o patriotismo é um aspecto que tem menção constante. A repetição em relação a certas características que giram em torno do “espírito militar”²²⁹ é lembrada no sentido de não ser esquecido em momento algum. Logo, é possível observar uma atitude em relação ao ressentimento onde o sentimento de patriotismo está inserido: a tentação da reiteração, da exasperação. O ressentimento acaba se tornando uma repetição, ainda mais quando diz respeito à composição do “espírito militar”. De fato, o trecho textual em questão faz uso de palavras diferentes, mas que reiteram as mesmas coisas. Assim, o Gen. Emílio Garrastazzú Médici, no discurso proferido, enfatiza a “consciência cívica” e o “fervor patriótico dos meus comandados”²³⁰. Ora “consciência cívica” diz respeito a uma consciência patriótica; a alguém, um cidadão que faz parte de um Estado. E a outra oração separada por aspas também trata de patriotismo, porém, sobre o ânimo, o entusiasmo

²²⁶ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 43. Tomo 1.

²²⁷ *Ibidem*, p. 43.

²²⁸ *Idem*, p. 43.

²²⁹ Segundo Celso Castro, durante os quatro anos de curso na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), os cadetes vivem um processo de socialização profissional, onde se deve aprender valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. O “espírito militar” compreende o “conjunto de características que conformam a personalidade do indivíduo ao meio militar”, segundo as normas para a elaboração do conceito. Os atributos do “espírito militar” são: entusiasmo profissional, lealdade, discrição, disciplina, apresentação e camaradagem. Em suma, vale destacar que “o exército aparece no discurso dos cadetes como tendo o espírito ‘mais militar’, por ‘ralar’ mais, ou seja, “seria também a Força mais comprometida com os problemas nacionais”. Há também o “espírito militar” de cada Arma da AMAN (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações ou Material Bélico). Segundo Castro, entre os cadetes também são reforçados “os contornos dos tipos ideais de integrantes das diversas Armas”. Aquele autor explica que “a jocosidade” entre as Armas “seria uma forma de marcar bem, de fortalecer o espírito de cada uma das Armas, contribuindo dessa forma – como muitos pensam – para o fortalecimento do espírito de corpo do conjunto das Armas, do exército”. Cf. CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 32-36.

²³⁰ MOTTA, *op. cit.*, T. 1, p. 43.

ou a intensidade de sentimentos de emoções ligadas ao patriotismo dos comandados daquele militar.

No texto “Proclamação Irmãos das Forças Armadas” é possível compreender que a mensagem transmitida revela, por meio da repetição, a tentação do esquecimento dos aspectos fundamentais da AMAN. O texto reforça, via tentação do esquecimento, que os cadetes de AMAN possuem as seguintes características: “valores fundamentais”, “desassombrado patriotismo” e “inexcedível altruísmo”²³¹. O discurso possui as mesmas repetições.

No segundo parágrafo do texto, “Proclamação Irmãos em Armas”, é enfatizado que a AMAN teve por base os princípios de hierarquia e disciplina para tomar as decisões em relação ao emprego dos cadetes da AMAN. E ao se referir a tais alicerces das FA, o autor do texto enaltece, literalmente, esses princípios norteadores quando assevera que tem sido o “apanágio glorioso”, ou seja, a qualidade, o atributo glorioso das FA²³². No discurso dos militares, o sujeito “AMAN” está quase sempre acompanhado de adjetivos para qualificar aquela Academia de modo positivo, favorável e nunca depreciativo.

Por conseguinte, tem-se que os jovens oficiais que saem da AMAN são a “Mocidade Militar”, possuem os mais “altos”, “elevados” “sentimentos de patriotismo e apego ao dever”²³³. Logo a seguir, na “Proclamação Irmãos em Armas”, é dito para qual finalidade esse “sentimento de patriotismo e apego ao dever” servem:

[...] não agredir a seus Irmãos de armas, nem para deixar-se sacrificar, mas sim para salvaguardar os princípios que regem a profissão que escolheram por vocação irresistível e, se necessário for, dignificar a farda que vestem através de atos de que falará no futuro, com respeito e admiração, a História de nossa estremecida Pátria²³⁴.

No parágrafo seguinte é reforçada a ideia de que os militares do EB “cultuam os mesmos ideais e perseguem os mesmos objetivos”²³⁵, ou seja, cultuam os mesmos signos, líderes, ideais por fazer parte da mesma instituição que reforça as crenças e tradições castrenses. Vale notar que frequentemente no discurso dos militares se tem uma “atitude” patriótica por eles realizada. Logo, quase sempre as decisões que tomam ou deixam de tomar são em prol da pátria, em “defesa” dos “lares” e das tradições castrenses. Em verdade, essas

²³¹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 1. Tomo 43.

²³² *Ibidem*, T. 1, p. 38.

²³³ *Idem*, T. 1, p. 38.

²³⁴ *Idem*, T. 1, p. 38.

²³⁵ *Idem*, T. 1, p. 38.

são as justificativas pelas quais os militares discursam e afirmam estarem agindo de um modo ou de outro.

Os três documentos supramencionados ocupam um lugar específico na narrativa a respeito da “revolução de 64” – termo usado pela CHOE-64 – que, segundo Ansart, se fixa em um “lugar de exaltação da afetividade política”²³⁶, de modo que também cumpre a função de educar e agenciar sentimentos. E o sentimento que várias vezes é reiterado em comum naqueles documentos é o “amor à pátria”, o “amor à AMAN”. Assim, faz-se importante levar em consideração uma análise do sentimento de amor, caso o objetivo seja compreender o exercício do poder na lógica da (re)produção e gestão dos sentimentos.

Para a compreensão de tal lógica discursiva, Ansart recorre às obras de Freud, quais sejam: *Psicologia das Massas*, *Análise do eu* e *Mal-estar na civilização*. A relevância da leitura sobre os afetos políticos é relacionar as “condições sociais e subjetividades”²³⁷.

Segundo aquele sociólogo francês, tal análise das relações de poder presume

[...] restituir essa complexidade, as relações nas quais intervêm ao mesmo tempo elementos objetivos (o chefe, as imagens renovadas pelas ideologias...), elementos subjetivos (as interiorizações e projeções inconscientes) e vínculos particulares, libidinais, que renovam as instituições e os sujeitos no interior de sistemas particulares de dependência²³⁸.

Os documentos outrora destacados evidenciam essa relação de poder, sobretudo, a respeito do sentimento de “amor à pátria”. Ansart cita como exemplo o amor ao rei Luís XIV, cujo efeito é uma “tática política”: o amor ao rei Luís XIV está registrado na tradição – cultivada por ela mesma –, na memória coletiva, além de reatualizar “os vínculos político-religiosos estabelecidos desde a Idade Média”²³⁹.

Na “Proclamação Irmãos das Forças Armadas” é possível perceber que o discurso político inscrito nos signos emocionais exprime, entre outros aspectos, a identidade daquele grupo o qual está sendo referenciado. Ali, bem como os outros dois documentos, se repete o discurso da CHOE-64 e dos oficiais destacados na presente pesquisa.

Tendo em vista as argumentações em questão, o destaque na “Proclamação Irmãos em Armas” se dá pelo apelo ao sentimento de pertencimento e para a reiteração de uma ideia de identidade do militar: em seu discurso, o Gen. Emílio Garrastazú Médici suplica à identidade daqueles militares ouvintes uma mescla de sentimento cristão, ao apontar que a “Bandeira

²³⁶ ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 29.

²³⁷ *Ibidem*, p. 56.

²³⁸ *Idem*, p. 51.

²³⁹ *Idem*, p. 53.

Brasileira” “tremula altaneira”, ou seja, balança no alto dos mastros e “reflete os sentimentos cristãos de nossos corações”²⁴⁰; com um sentimento de amor à pátria, quando Médici explicita, “nosso querido Brasil”²⁴¹, sendo possível perceber um apelo à uma característica sacrossanta da instituição militar que repassa ou perpassa para os indivíduos do grupo. Conforme Ansart, o apelo à identidade se justifica por expressar o ponto mais afetivo da relação do poder com a “transmissão e redefinição das identidades”²⁴² políticas.

A reiteração através do sentimento de “amor à pátria” na medida em que assinala as crenças, tradições e rituais do EB – por intermédio da linguagem, das palavras – ratifica a (re)produção das sensibilidades, das paixões políticas convenientes para o EB, sobretudo, no tangente à hierarquia militar. Repetição essa que também poder ser notada na “Proclamação Irmãos das Forças Armadas”. Expressões como “querida Nação” e “invejáveis desígnios históricos”, por exemplo, expressam ou apresentam indícios, vestígios para afirmar que o EB constrói um discurso apaixonado, amoroso em relação ao passado, presente do Brasil, no sentido de que, no limite, seus quadros se identificam com a própria ideia da “Nação” como um todo, ao menos naquilo que ela teria de puro, bondoso, cristão. Além disso, vale destacar que no texto “Proclamação Irmãos das Forças Armadas” se tem evidente o “desejo” dos cadetes da AMAN em “contribuir” com a “permanência” do Brasil “em seus invejáveis desígnios históricos”, ou seja, a “permanência” na “revolução”²⁴³; para ser mais correto, no Golpe Civil-Militar de 1964. Em suma, tem-se um evidente uso político do passado.

No documento “Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964” é possível perceber que o texto consolida, assim como os outros dois, a “difusão e circulação das mensagens emocionais”²⁴⁴, sobretudo, uma característica do discurso amoroso: a inversão da direção de demandas. Isto é, não é o soberano, o oficial da maior patente ou a instituição militar que impõe, demanda diretamente do grupo; ao contrário, o discurso amoroso inverte essa lógica e faz com que os subalternos, o povo, deseje as “boas” atitudes do subordinador. Tais aspectos se mostram nítidos no terceiro parágrafo dessa narrativa repetitiva, onde se colocam como sujeitos agentes políticos e sociais.

²⁴⁰ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 39. Tomo 1.

²⁴¹ *Ibidem*, T. 1, p. 39.

²⁴² ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 62.

²⁴³ MOTTA, *op. cit.*, T. 1, p. 40.

²⁴⁴ ANSART, *op. cit.*, p. 67.

E ainda, o discurso volta a mencionar aspectos como “servir às legítimas aspirações do povo”²⁴⁵, ou seja, o EB volta a se colocar como “intérprete”, “representante” do povo. E esse “interesse em bem servir” aos desejos do “povo”, segundo o discurso do Gen. Emílio Garrastazzú Médici, decorre da formação e do equilíbrio que tiveram num “ambiente militar brasileiro”²⁴⁶. Por conseguinte, se tem que o costume, o hábito advém “da convicção nos ideais formulados e perseguidos pelos que amam o seu berço natal, a sua família e a sua Pátria”²⁴⁷, onde se pode observar o tom apaixonado no discurso, acarretando no sentimento de amor à instituição – AMAN – e à “Pátria”.

De fato, o texto em questão possui todas as características da rememoração de um passado. Logo, é possível compreender tais indícios, os traços presentes no texto como um elemento de repetição, cuja função é estabelecer os signos, os sentimentos em relação a um “Outro” que, segundo Kehl, faz parte de uma das condições fundamentais do ressentimento²⁴⁸. No caso, o sujeito estabelece uma relação de dependência infantil com um outro, hipoteticamente poderoso, cuja relação determina que esse outro incumbiria proteger o sujeito e “premiar seus esforços, reconhecer seu valor”²⁴⁹. Tal relação tem seu início a partir do momento que o indivíduo integra o EB ou, mais especificamente, a AMAN, e passa a conviver cotidianamente com símbolos, signos, crenças, valores e tradições constantemente reforçados pela instituição militar.

Na infantilização dos cadetes perante a figura do “Outro”, sendo este outro a nação, a pátria, os cadetes passam por um processo de formação e socialização onde aprendem todos esses aspectos. Além disso, segundo Kehl, o “Outro” é uma figura cuja representação se aproxima daquele que tinha, na infância, “poder efetivo para proteger, premiar e punir a criança”²⁵⁰. Por fim, aquela autora destaca que nessa face imaginária que o “Outro” possui, são determinadas certas demandas de amor e reconhecimento, de modo que “o ressentido se represente não como faltante, mas como prejudicado”²⁵¹.

Portanto, o discurso amoroso não faz parte da constelação dos ressentimentos de modo incoerente. As mensagens transmitidas por personagens específicos – o Gen. Antonio Jorge Correa e o Gen. Emílio Garrastazzú Médici – possuem uma função cuja (re)produção visa

²⁴⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 43. Tomo 1.

²⁴⁶ *Ibidem*, T. 1, p. 43.

²⁴⁷ *Idem*, T. 1, p. 43.

²⁴⁸ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 18.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 18.

²⁵⁰ *Idem*, p. 18.

²⁵¹ *Idem*, p. 18.

aproximar os integrantes do mesmo grupo – no caso, o EB no interior dessas relações do exercício do poder.

2.1.1 O mito no discurso dos militares

Até aqui foi possível observar como o sentimento de “amor à pátria”, de “amor à AMAN” é (re)produzido, gerido através de um discurso político repetitivo. Os indícios signos emocionais são tomados como ressentimentos na produção memorialística dos oficiais do EB contida na CHOE-64. O sentimento de amor seja a uma figura política, seja a uma instituição, possui seu apelo, seus canais de expressão, ligado às relações de poder.

As reiteraões nos mesmos documentos – “Proclamação Irmãos em Armas”, “Proclamação Irmãos das Forças Armadas” e “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964” – por meio da “estrutura político-afetiva”²⁵² revela outros aspectos, muitas vezes, presentes sob o mesmo arcabouço simbólico. Porém, é por meio desse arcabouço simbólico ou “estoque simbólico”²⁵³ que a tradição, as crenças, as comemorações e os rituais do exército brasileiro são “reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos”²⁵⁴.

No que diz respeito à CHOE-64, o arcabouço simbólico foi produzido e transmitido através desse canal midiático e institucional materializado em seus 15 volumes. Os lugares por onde tais mensagens emocionais circulam e se repetem são os peritextos (título, prefácio, perguntas, quarta capa etc.) e as próprias entrevistas dos oficiais do alto escalão. Assim, a linearidade presente no discurso político da Coleção em comento possui outra finalidade: transmitir um discurso mítico.

De início, vale destacar que os indícios, os vestígios que apontaram a característica do discurso mítico presente na CHOE-64 foram, justamente, a apresentação de uma narrativa calcada em um relato supostamente inquestionável dos acontecimentos. Nesse ínterim, segundo Vavy Pacheco Borges, é possível compreender aquela Coleção como uma história política, factual e narrativa, cujo foco é o relato dos acontecimentos em ordem cronológica²⁵⁵. E ainda, é possível apreender a “história” reescrita pela CHOE-64 como um uso, uma

²⁵² ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 8.

²⁵³ CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 2.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 2.

²⁵⁵ BORGES, V. P. História e Política: laços permanentes. **Rev. Bras. His.**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 9, set. 1991/ago. 1992.

manipulação da história na prática política²⁵⁶. A instituição militar visa, então, “reconstruir o passado em função de tendências políticas do momento”²⁵⁷.

A outra característica diz respeito ao imaginário político militar. Logo, o esforço foi o de compreender como a CHOE-64 veicula um discurso mítico tendo por base os mesmos elementos de rememoração (ressentimentos, crenças, rituais, comemorações). A memória de alguns episódios (Intentona Comunista, em 1935; revolta dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília, em 12 de setembro de 1963; revolta dos marinheiros, em 25 de março de 1964; comício do Presidente da República João Goulart na Central do Brasil, em 13 de março de 1964; e, reunião do Presidente da República João Goulart com cabos e sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964) e os sentimentos ali desencadeados possui forte inscrição no imaginário militar.

O imaginário político, segundo Ansart, se estabelece também como “um campo de produção” de mensagens emocionais²⁵⁸. Destarte, o segredo para entender o significado do termo “mito” é perceber que o imaginário do qual faz parte se impõe em relação ao próprio discurso²⁵⁹.

De acordo com Raoul Girardet, na obra intitulada *Mitos e Mitologias Políticas*, o imaginário político tem certos traços característicos que fazem parte de “um sistema particular de discurso”²⁶⁰. Ora, anteriormente, percebeu-se como esse sistema particular, ou melhor, como a estrutura político-afetiva do discurso militar se (re)produz na CHOE-64. Na constante reiteração dos ressentimentos e signos emocionais, a Coleção em comento transparece e transmite um discurso mítico com “um número relativamente limitado de fórmulas”²⁶¹.

O mito político, segundo Girardet, é uma fabulação, uma “deformação ou interpretação objetivamente recusável do real”²⁶², ou seja, é uma narrativa legendária cuja finalidade é a explicação ao proporcionar um número limitado de chaves explicativas para o presente. À vista disso, é possível questionar: como a CHOE-64 pode ser compreendida como produtora de um discurso mítico? Ora, a começar pela própria intervenção dos coordenadores do projeto nas *considerações metodológicas* sobre os subtítulos. Através dos intertítulos²⁶³,

²⁵⁶ BORGES, V. P. História e Política: laços permanentes. **Rev. Bras. His.**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 11, set. 1991/ago. 1992.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. 7.

²⁵⁸ ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 75.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 75-76.

²⁶⁰ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 14.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 17.

²⁶² *Idem*, p. 13.

²⁶³ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 259.

aquela Coleção organizou a narrativa da entrevista, ou seja, posicionou eventos, acontecimentos, em certa ordem cronológica – eventos em sequência, como, por exemplo, no relato do Cel. Amerino Raposo Filho, que se segue:

Raízes do movimento revolucionário; Forças Armadas, intérpretes da vontade nacional; revolução comunista: propósito das esquerdas; atitude do Congresso Nacional; comportamento dos sindicatos e entidades de esquerdistas, logo após o início da Revolução; principais líderes, civis e militares; a Revolução de 31 de Março de 1964: auxílio externo; ‘esquema militar’ do Governo Federal; ‘Chefia e liderança’; o emprego operacional dos cadetes da AMAN; a mídia; benefícios e prejuízos acarretados pela Revolução; extremismo: ações de guerrilha e terrorismo; SNI, DOI/CODI e Lei de Segurança Nacional; permanência dos governos revolucionários; governos revolucionários e as consequências para as Forças Armadas; avaliação dos 20 anos de Governo da Revolução; Polícia Federal; ‘Revanchismo’ das autoridades constituídas e da mídia, em relação aos militares - Lei da Anistia; a imagem do Exército Brasileiro; comentários finais²⁶⁴.

Tal exemplo não é o único e tampouco o definitivo, pois se tem variações no decorrer da CHOE-64, sobretudo, nos relatos dos entrevistados. Conforme Girardet explicita acerca do mito e do sonho, é possível compreender, a partir dos exemplos naquela Coleção, o tipo de mito que se quer construir. Assim, quais seriam os “mitos políticos” existentes na CHOE-64? Existem muitos, entre os quais, vale a concentração na reflexão do mito do complô a partir da “revolução de 1964” e, a partir da imagem do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco²⁶⁵ e do Gen. Emílio Garrastazú Médici²⁶⁶, refletir a respeito do mito do “Salvador”.

²⁶⁴ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 258-295. Tomo 2.

²⁶⁵ Humberto de Alencar Castello Branco nasceu no dia 20 de setembro de 1897. Segundo o verbete biográfico do CPDoc/FGV-RJ, “Castello Branco ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre”, onde conheceu “os gaúchos riograndense Amaury Kruehl, Artur da Costa e Silva, Napoleão de Alencastro Guimarães e Néelson e Alcides Etchegoyen” – militares que tiveram uma vida política ativa no país. Em 1918, matriculou-se na Escola Militar de Realengo, sendo designado pré-AO em 1921. No ano seguinte, quando deflagrado o Tenentismo, Castello Branco não participou da revolta, de modo que “foi promovido a primeiro-tenente”. No final de 1924, foi escolhido para cursar a EsAO. Em abril de 1929, passou a cursar a Escola de Estado-Maior (EEM), “sob a supervisão de um coronel francês”. Castello Branco também fez parte dos oficiais brasileiros que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Entre 1954 e 1956, comandou a ECEME. Em 1956, foi assistente do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e, logo depois, passou a dirigir o Departamento de Estudos da ESG até 1964. Faleceu em um acidente aéreo em direção a Fortaleza, no dia 18 de julho de 1967. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO**. Rio de Janeiro, 2019h. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso em: 30 out. 2019.

²⁶⁶ Emílio Garrastazú Médici nasceu no dia 4 de dezembro de 1905, em Bagé, Rio Grande do Sul. Em 1918, se matriculou no Colégio Militar de Porto Alegre. Em 1924, ingressou na Escola Militar de Realengo, sendo “declarado aspirante-a-oficial” em janeiro de 1927. Em 1934, tornou-se Cap. e, em 1937, foi nomeado ajudante-secretário na EEM. Em 1957, como Ten. Cel., foi nomeado para assumir a chefia do Estado-Maior. Em 1960, foi designado como subcomandante da AMAN, em Resende, Rio de Janeiro, “sob o comando do general Adalberto Pereira dos Santos”. Já como Gen. Bda., foi designado como comandante da AMAN, em janeiro de 1963. Logo após o golpe de Estado de 1964, “foi nomeado pelo ministro da Guerra, general Costa e Silva, adido militar em Washington”. Já de volta ao Brasil, em 1967, aceitou a proposta do Gen. Costa e Silva de assumir a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI), permanecendo até 1969, quando foi escolhido pelos militares para

Em suma, é relevante destacar que “o mito não pode ser abarcado, definido, encerrado em contornos precisos”²⁶⁷. Sobre a questão, Girardet recorda o argumento de Claude Levi Strauss a respeito da tentativa de delimitar por demais o mito: não há limite para a análise mítica²⁶⁸.

Com o intuito de aprimorar cada vez mais o debate, Girardet assevera que

[...] os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito, sob esse aspecto, dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo que a imprecisão de seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por vezes um no outro. Uma rede ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementariedade não cessa de manter entre eles passagens, transições e interferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição. É bem raro, inversamente, que os messianismos revolucionários não alimentem sua visão do futuro com imagens ou referências tiradas do passado. O passo é rapidamente dado, por outro lado, da denúncia dos complôs maléficos ao apelo ao Salvador, ao chefe redentor; é a este que se acha reservada a tarefa de livrar a Cidade das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação²⁶⁹.

Girardet enfatiza que assim como o mito religioso, o mito político se apresenta de modo polimorfo²⁷⁰. Outra característica do mito político é a ambivalência, ou seja, um mesmo mito, ao ser compreendido, pode apresentar múltiplas ressonâncias, além de diversas significações – constantemente opostas e complementares²⁷¹. Apesar do aspecto ambivalente, aquele historiador francês aponta “uma certa forma de lógica” do discurso mítico²⁷².

À vista dessas considerações, Girardet trata de quatro mitos, quais sejam: 1) “Conspiração”; 2) “Salvador”; 3) “Idade de Ouro”; e, 4) “Unidade”²⁷³. Sobre o tema da “Conspiração”, aquele autor destaca três narrativas que, em linhas gerais, tratam do complô judeu, o complô jesuítico e o complô maçônico. Mas, e na CHOE-64? Quais os lugares onde podem ser encontradas essas características em comum?

assumir o cargo de Presidente da República. Faleceu em 09 de outubro de 1985. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **MEDICI, EMILIO GARRASTAZU**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>. Acesso em: 30 out. 2019.

²⁶⁷ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 13.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 15.

²⁶⁹ *Idem*, p. 15.

²⁷⁰ *Idem*, p. 15.

²⁷¹ *Idem*, p. 17.

²⁷² *Idem*, p. 17.

²⁷³ *Idem*, p. 12.

A narrativa sobre o complô se faz presente em alguns paratextos da Coleção em comento, como, por exemplo, no prefácio de Jarbas Passarinho, na orelha dos livros da coleção, na contracapa de alguns volumes e na própria entrevista de Passarinho, conforme se segue:

O Movimento Comunista Internacional (MCI), a partir da vitória sobre o nazismo e o fascismo, em 1945, quando as tropas soviéticas ficaram à margem oeste do Rio Elba, ampliou-se com cem milhões de pessoas do Leste Europeu, dominado pela União Soviética, e vinha até a fronteira da Mongólia. [...] Isso mostra como o movimento vai se espalhando da Europa ao Mar da China e para a África. Na África, começa com a libertação da Argélia, porque o MCI não se apresentava - nisso que os militares vão estudar depois como guerra revolucionária - como uma ideologia comunista. Ele aproveitava uma ideologia que fantasiasse ou mascarasse o verdadeiro objetivo comunista. [...] Da África já havia passado para a América Latina e para o Caribe. Na América Latina, possuímos elementos de informação - O marxismo na América Latina - que mostra exatamente a chegada do movimento comunistas, nessa época, na Venezuela, na Colômbia onde existia até hoje, lutando para a conquista do Brasil, que era o objetivo de primeira qualidade para eles. Implantá-lo logo aqui. Nós já vivíamos debaixo dessa possibilidade²⁷⁴.

Por meio dessa passagem de Jarbas Passarinho é possível compreender uma lógica do discurso mítico. Uma repetição na narrativa de certos elementos que a compõem. Com a finalidade, o intuito de justificar o golpe de 1964 ou a “revolução” (para a CHOE-64), aquele prefacista traça um panorama histórico internacional no qual o Movimento Comunista Internacional (MCI) estaria organizando uma conspiração no Brasil.

No trecho que se segue, também retirado do prefácio de Jarbas Passarinho, percebem-se os mesmos elementos repetitivos:

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigia regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Preste, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: ‘Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder’. Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranoia anticomunista. Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veemente discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombream com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela Liberdade. Epidemia paranoica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar ‘basta!’

²⁷⁴ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 50-51. Tomo 5.

ao Presidente Jango. E a paranoia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964²⁷⁵.

Nessa outra passagem é possível perceber as semelhanças entre as duas narrativas, pois se trata do mesmo autor. A repetição do sentimento da ameaça comunista internacional é uma evidência, segundo Girardet, para compreender o relato político de Jarbas Passarinho como um mito do complô²⁷⁶. Aqui, não é difícil não perceber o uso que Jarbas Passarinho faz de ironias. Frases como, por exemplo, “[...] o que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranoia anticomunista” e “[...] desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964” são exemplos desse uso retórico da ironia²⁷⁷. Em verdade, aquele prefacista quer que o leitor entenda o contrário daquilo que está dizendo.

No trecho que se segue, que se encontra na orelha dos livros da CHOE-64, tem-se novamente esse sentimento de ameaça provocado pelo comunismo, que teria preparado um golpe:

Na manhã do dia 31 de março de 1964 ocorreu a deflagração de um movimento revolucionário que trouxe imenso alívio à Nação brasileira, antes ameaçada por um golpe de inspiração comunista, em avançado estado de preparação.

Até então, vivia-se o desvario de atos governamentais desconexos e o caos na administração pública incompetente. As crises institucionais se agravavam e acarretavam profundos estados de ansiedade e de inquietação na sociedade.

As visíveis tentativas de quebra da disciplina e hierarquia nas Forças Armadas tinham o propósito escancarado de provocar desgaste e desmoralização.

Tudo convergia para a iminente ruptura e fragmentação do Estado democrático, assim enfraquecido.

Esta coleção reproduz as angústias de quantos viveram aqueles tempos de incerteza, bem como descreve a forma de como se deu a sua patriótica reação²⁷⁸.

Diante do exposto, percebe-se a ambivalência que caracteriza o mito. A imagem do complô vem acompanhada do “movimento revolucionário” que, segundo a Coleção em comento, trouxe imenso alívio para a “Nação brasileira”. Aliás, essa narrativa exposta na orelha dos livros é exemplar. Além dos aspectos supramencionados, compreende-se a estrutura morfológica do mito a partir de outras estratégias discursivas, como, por exemplo, o cenário onde é narrada a situação do governo brasileiro, à época: “caos na administração

²⁷⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 25. Tomo 1.

²⁷⁶ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 12.

²⁷⁷ MOTTA, *op. cit.*, T. 1, p. 26.

²⁷⁸ *Ibidem*, orelha do livro.

pública incompetente”; “crises institucionais”; “profundos estados de ansiedade e de inquietação na sociedade”; “propósito escancarado de provocar desgaste e desmoralização”²⁷⁹ – características que fazem parte dessa imagem de complô destacada por Girardet: a corrupção, a exaltação dos “maus” costumes, a “desagregação das tradições sociais e dos valores morais”²⁸⁰.

Em suma, essa ambivalência característica do mito também pode ser notada no documento “Ordem do Dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”, uma vez que o texto já inicia afirmando que “nas situações de emergência”, as FA exercem uma determinação de autoridade, de ordem²⁸¹. A imagem de uma situação de “emergência” coloca as FA, sobretudo, a AMAN, como a personagem que “irá” reestabelecer a hierarquia e a disciplina “em prol da Segurança Nacional do progresso geral do País”²⁸².

Na narrativa do Gen. Leônidas Pires Gonçalves, é possível perceber que a mesma está associada aos fatos políticos e sociais da história da República brasileira. Aquele militar delineia um raciocínio cronológico sobre a temática da CHOE-64, que abrange desde meados da década de 1930 até os anos 1980. Nesse sentido, segundo Girardet, é possível compreender a narrativa do Gen. Leônidas Pires Gonçalves como um mito mobilizador – termo de George Sorel – no sentido de que um mito detém o poder de criar adesões, formar projetos e dirigir ações políticas em uma determinada direção²⁸³. Aliás, a narrativa de Jarbas Passarinho e o texto apresentado na orelha dos livros daquela Coleção podem ser entendidos como um mito mobilizador.

Girardet destaca que do “terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de um complô” não deixou de ser utilizada para livrar, combater, neutralizar os suspeitos, os opositores; “para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus fracassos”²⁸⁴. Tais aspectos podem se percebidos nos trechos que se seguem:

Ministro, o AI-5 era necessário?
Acho que voltamos à mesma tese: o AI-5 foi fruto do comportamento da esquerda.
Se eles não tivessem aquela agressividade, o AI-5 não teria sido criado. Nós

²⁷⁹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, orelha do livro. Tomo 1.

²⁸⁰ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 40.

²⁸¹ MOTTA, *op. cit.*, T. 1, orelha do livro.

²⁸² *Ibidem*, T. 1, p. 43.

²⁸³ GIRARDET, *op. cit.*, p. 49.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 49-50.

estávamos no poder, estávamos convencidos e certos de que estávamos fazendo um bem para o Brasil [...]”²⁸⁵.

Ao ser questionado pelo entrevistador sobre a necessidade da criação de órgãos de informações e de operações como, por exemplo, o Sistema Nacional de Informações (SNI) e o Destacamento de Operação Interna (DOI), o Gen. Leônidas Pires Gonçalves assim se manifestou:

A nossa Instituição, achei que, hábil e inteligentemente, criou órgãos especiais para neutralizar a subversão, permitindo que a maioria do Exército Brasileiro continuasse na sua missão precípua de treinamento, para assegurar e defender a nossa soberania e autodeterminação”²⁸⁶.

Sobre a questão, Girardet faz algumas observações a respeito do discurso do complô que convém ressaltar: em primeiro lugar, o discurso do complô é multidimensional e possui uma estratégia de manipulação, cuja operação, elaboração pode ser analisada e compreendida²⁸⁷. No entanto, é arriscado “apreender, analisar e compreender” o discurso inteiro somente a partir de um único plano, pois, a mensagem a ser transmitida tem que corresponder a certo código já inscrito nas normas do imaginário²⁸⁸. Assim, a narrativa exposta na CHOE-64 – e nos paratextos –, bem como nos depoimentos de Jarbas Passarinho e do Gen. Leônidas Pires Gonçalves é característica do ambiente militar. Justamente, através desse vocabulário castrense, a Coleção em comento divulga mensagens, se inscreve e reforça esse imaginário militar.

Girardet destaca que o mito “existe independentemente de seus usuários eventuais”²⁸⁹. O mito se impõe sobre aqueles que fazem parte do imaginário.

Outro aspecto observado por aquele autor é o do encontro da narrativa mitológica e seus possíveis fundamentos objetivos²⁹⁰. Nesse ínterim, os mitos políticos não se desenrolam somente no plano da fábula, surgindo “pitadas” de realidades históricas nos mitos políticos; ou seja, o discurso mítico proferido pela CHOE-64 busca ancorar-se em eventos que se tornaram marcos políticos no passado, mas, o imaginário político militar em torno de tais episódios não traduz a mera realidade desses eventos. À vista disso, Jarbas Passarinho

²⁸⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 92. Tomo 1.

²⁸⁶ *Ibidem*, T. 1, p. 92-93.

²⁸⁷ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 50, 51.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 51.

²⁸⁹ *Idem*, p. 52.

²⁹⁰ *Idem*, p. 52.

prosegue ao afirmar que as manifestações ou expressões do mito podem ser relacionadas com dados factuais, como, por exemplo, em um trecho, a seguir, do Gen. Leônidas Pires Gonçalves que, ao ser questionado sobre as “raízes do Movimento Revolucionário de 1964”, assim se manifestou:

Na verdade, acho que as raízes da Revolução são mediatas e imediatas. As mediatas são bem conhecidas por nós, iniciaram-se com aquela insurreição comunista de 1935, que deixou marcas profundas no Exército.

[...] As causas imediatas todos nós conhecemos. Os homens que assessoravam o Presidente João Goulart cometeram um erro crucial: nas suas pregações, nas suas atividades, eles abalaram, ou tentaram abalar, dois pilares fundamentais para as Forças Armadas – a hierarquia e a disciplina.

Os momentos em que esse pilares foram atingidos, profundamente, temos vivos nas lembranças daquelas reuniões: o comício da Central do Brasil e a revolta dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, ambos no Rio de Janeiro – onde a Marinha teve a sua hierarquia e a sua disciplina altamente abaladas – uma completa desorganização, abolindo o que nós temos de mais sagrado, que eu repito: a hierarquia e a disciplina.

Essas ações foram neutralizadas, inicialmente, pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade e, depois, por aquela célebre e histórica nota do Chefe do Estado-Maior, General Castello Branco, quando ele alertou o Exército sobre o que estava acontecendo no País²⁹¹.

E sobre o aumento da distância existente entre a constatação dos fatos e a concepção que se dá narrativa mitológica. Entretanto, Girardet adverte para a perspectiva mitológica transmitida pelo discurso mítico – aspecto essencial para se perceber a contradição presente na narrativa mitológica que se apresenta entre a tentativa de “afirmação” de fatos verídicos e entre a interpretação do próprio discurso mítico²⁹².

Vale destacar que na lógica do discurso mítico, logo após a narrativa ambivalente que gira em torno do complô, se tem a imagem do “Salvador”, do “Herói” em um momento de crise emergencial, cuja função é recolocar, reestabelecer a “ordem” ou, conduzir a nação para a “salvação”, emergindo, por vezes, circunscrita no mesmo “arcabouço simbólico” ou na mesma “constelação mitológica”²⁹³. Nesse ínterim, Girardet atenta para se compreender “como opera, [...], esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário”²⁹⁴.

O primeiro personagem a emergir nessa narrativa mítica é a imagem do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco. Para o Gen. Leônidas Pires Gonçalves, quando

²⁹¹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 82-83. Tomo 1.

²⁹² GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 53.

²⁹³ *Ibidem*, p. 66.

²⁹⁴ *Idem*, p. 71.

questionado sobre os “principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março”, com segurança, afirma que “sem dúvida, o maior líder da Revolução de 31 de Março de 1964 foi o General Castello Branco”²⁹⁵.

Na entrevista do Gen. Div. Carlos de Meira Mattos, é possível perceber que outros elementos são incluídos ao narrar uma imagem do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco. O questionamento direcionado ao primeiro militar é o mesmo e, ao responder, assim se manifestou:

As pessoas que participaram ativamente do movimento conspiratório, na parte militar, foram os Generais Cordeiro de Farias, Nelson de Mello e Ulhôa Cintra. O General Castello Branco se recusava a conspirar, mas tomou uma série de atitudes dentro da sua linha funcional. Pregava a defesa da democracia ameaçada em suas palestras na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Escola de Comando e Estado-Maior, na Escola de Sargento. No entanto, não queria conspirar. Só o fez uns quinze dias antes²⁹⁶.

O trecho textual outrora exposto é interessante por alguns motivos, a saber: pelos aspectos que dizem respeito ao discurso mítico; e, pela dimensão histórica na qual se ancora, isto é, a parcela de realidade do mito.

Os aspectos que envolvem o mito do “Salvador” se apresentam na caracterização da imagem do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco como um militar que esperou até o último momento para conspirar, pois, ele – segundo a CHOE-64 e as demais entrevistas – é apresentado como defensor dos valores democráticos. Inclusive, é possível inferir dessa passagem do Gen. Div. Carlos de Meira Mattos que o Gen. Humberto de Alencar Castello Branco somente aderiu à conspiração por perceber que a democracia estaria, no caso, “ameaçada”.

Nesse ínterim, segundo Girardet, a imagem do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco como de um “Salvador”, “líder”, “chefe”, está associada a símbolos de purificação, além de surgir, segundo o discurso mítico, como uma personagem que fez uma “doação de sua pessoa à pátria”²⁹⁷ em prol de “apaziguar, proteger, restaurar”²⁹⁸.

No exposto por Jarbas Passarinho, é possível perceber um discurso por trás da imagem do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco que quer se fixar. Aquele prefacista, em alguns momentos, destaca que o militar em questão era um “democrata” e “não aceitava ser chamado

²⁹⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 86. Tomo 1.

²⁹⁶ *Ibidem*, T. 1, p. 229.

²⁹⁷ GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 74.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 74.

de torturador”²⁹⁹. Em outra passagem, notou-se também um “processo de heroificação”, conforme se segue:

O Castelo para nós foi tão importante que perguntávamos: ‘Quem entrou nisso? Ah! O Castelo entrou? Castelo, que sempre foi um legalista total, que nunca tinha participado de nenhum movimento! Exceto agora, por tratar-se de combater a ideologia comunista! E eles contra?’ O velho Dutra também foi uma pessoa importante, quando se soube que também estava favorável a isso. E o Costa e Silva, outra figura destacada, por ser o general mais antigo e que, por isso mesmo, foi ministro. Esse é o primeiro momento³⁰⁰.

Chirio ressalta que a partir de 1963, o discurso político sobre a “revolução”, que já estava em curso, se fortaleceu, advindo dali uma “ameaça fantasma” ao acusar o governo João Goulart de planejar um golpe de Estado para o dia 1º de maio de 1963³⁰¹. Tendo em vista essa “ameaça fantasma”, os mais diversos grupos (“associação de empresários e financistas, chefões da imprensa (entre eles Júlio de Mesquita Filho, dono de *O Estado de S. Paulo*), políticos, intelectuais e militares”³⁰² ligados ao “‘complexo Ipes/Ibad’ (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática)”³⁰³ e à Escola Superior de Guerra – ESG, por exemplo) estruturam um movimento civil-militar denominado “revolução constitucionalista”, cuja referência é a revolta de 1932³⁰⁴.

A finalidade do projeto do movimento civil-militar, segundo Chirio, é resistir contra um golpe de Estado comunista. Nesse ínterim, a “ameaça fantasma” passa, então, a ser encarada com “um projeto concreto e identificável”³⁰⁵. Na percepção de tal aspecto basta rever uma das frases de Jarbas Passarinho no prefácio escrito pelo militar: “[...] o que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranoia anticomunista”³⁰⁶.

E ainda, vale destacar que o EB, na década de 1960, não era tão coeso quanto aquilo afirmado pelo discurso militar, pois se tinham vários grupos políticos diversos, com posicionamentos políticos divergentes e, por vezes, conflitantes entre si, também em lutas pelo exercício do poder³⁰⁷. É possível, então, destacar que havia sim uma divergência entre a

²⁹⁹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 56. Tomo 5.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 57.

³⁰¹ CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 32.

³⁰² *Ibidem*, p. 30.

³⁰³ *Idem*, p. 30.

³⁰⁴ *Idem*, p. 35.

³⁰⁵ *Idem*, p. 33.

³⁰⁶ MOTTA, *op. cit.*, T-1, p. 25.

³⁰⁷ CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 40-47.

direita militar que, em geral, era estereotipada como “legalistas” – representando aqueles que seguiam o Gen. Humberto de Alencar Castello Branco e eram ligados à ESG – e como “linha dura” – representando aqueles que aderiram às mesmas ideias do Gen. Arthur da Costa e Silva³⁰⁸.

É também a partir de 1963 que as “declarações” do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco circulam mais intensamente “nas escolas e unidades militares”, cujo tema principal era a “politização da instituição”, ao mesmo tempo em que discursa sobre a “preservação da legalidade” e sobre a “luta contra o inimigo comunista”³⁰⁹. Segundo Chirio, a adesão que o “discurso legalista” gera nos militares em consentir com o golpe de Estado diz respeito, justamente, na recusa de uma “politização” dos próprios corpos, cuja responsabilidade é atribuída aos civis³¹⁰. Por fim, tal movimento civil-militar se concentra em torno de um discurso que fundamenta a

[...] argumentação de legitimação do golpe, que, todavia, não a resume: a ofensiva midiática final dos conspiradores sugere igualmente a ideia de uma legalidade e uma constitucionalidade do golpe – argumento evidentemente falacioso de um ponto de vista jurídico, mas que permite compreender a adesão da massa dos oficiais, historicamente considerada ‘legalista’³¹¹.

Aqui vale destacar a figura de outro personagem que também aparece como um “líder” no discurso mítico transmitido pela CHOE-64, sobretudo, nas entrevistas dos oficiais militares e nos documentos “Proclamação Irmãos em Armas”, “Proclamação Irmãos das Forças Armadas” e “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”. Um dos aspectos mais interessantes no “processo de heroificação” da imagem do Gen. Emilio Garrastazú Médici é a Coleção em comento posicionar aquele militar como narrador, enunciador desses três documentos.

A começar pelo título do documento “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”, que já aponta o autor do texto: o Gen. comandante da AMAN – na ocasião, Emilio Garrastazú Médici.

³⁰⁸ Entretanto, para não cair em esquematismos, é importante perceber que a disputa pelo poder dentro dos quartéis não se restringiu a apenas essa explicação bipolar. Pelo contrário, a começar pelas ameaças de subversão da hierarquia e da ordem que a direita militar assistiu através das revoltas na década de 1960, onde já se demonstrava não haver um único pensamento na caserna. Como bem observa Chirio, duas gerações da “linha dura” foram identificadas, sendo que na primeira geração se tem ainda outros dois perfis. Cf. CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 232-235.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. 39.

³¹⁰ *Idem*, p. 39.

³¹¹ *Idem*, p. 40.

Em uma passagem do documento “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”, é possível perceber a voz do Gen. Emilio Garrastazzú Médici quando se remete aos “três pontos básicos” que dizem respeito à AMAN (“senso de patriotismo”; o amor ao “berço natal”, à “família” e à “Pátria”; e, as “responsabilidades da Academia”)³¹². Em seguida, aquele documento oferta uma ideia de que aquele militar teria escrito ao apontar o que se segue:

Tenho a certeza absoluta de que, ao segui-la, adotei a única direção de atuação que despontava clara e insofismável, do nosso passado, de nossa presente preocupação com o restabelecimento da hierarquia e da disciplina, e de nossos anseios relativos ao futuro³¹³.

Aqui, o Gen. Emilio Garrastazzú Médici conjuga o verbo “ter” no presente do indicativo.

Outro indício que apontou para esse mesmo aspecto foi o documento “Proclamação Irmãos em Armas”, quando da seguinte afirmação: “[...] refleti bem antes de, pela violência, tentar abater o ânimo sacrossanto que para aqui nos conduziu”³¹⁴. Aqui, aquele militar conjuga o verbo no pretérito perfeito do indicativo.

Nos trechos textuais supramencionados vale destacar o pronome pessoal ali existente que conjuga os verbos, isto é, “eu”: eu “tenho”; eu “refleti”, não interessando tanto o tempo verbal, mas sim, o uso do pronome pessoal que está sendo omitido.

Para além dessa tentativa de “heroificação” já inscrito nos referidos documentos, é possível observar a concretização de tal processo no relato de outros oficiais, como, por exemplo, do Gen. Div. Carlos de Meira Mattos, que assim exalta as “proclamações”: “[...] o contingente da AMAN recebeu o impulso do entusiasmo do General Médici, através de suas brilhantes proclamações”³¹⁵; e, no relato do Gen. Geraldo Luiz Nery da Silva, que destaca a “ordem do dia” como uma “cerimônia que nunca se apagará da memória daqueles que tiveram o privilégio de vivê-la”³¹⁶.

³¹² MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 43. Tomo 1.

³¹³ *Ibidem*, T. 1, p. 43.

³¹⁴ *Idem*, T. 1, p. 38.

³¹⁵ *Idem*, T. 1, p. 231.

³¹⁶ *Idem*, T. 10, p. 213.

Por outro lado, a historiografia acadêmica aponta o contrário do que a CHOE-64 tenta fixar via processo de heroificação dos ditadores no cargo de Presidente da República – característica do discurso mítico. Segundo Chirio, a “sucessão” entre os militares de alto escalão do EB não foi tranquila e harmonizada no jogo político intramilitar³¹⁷.

A CHOE-64 transmite um discurso segundo o qual, após a “revolução de 64”, teria ocorrido coesão e união nas FA – teor percebido na entrevista do ministro Gen. Ivan de Souza Mendes. Na entrevista do referido militar, sua fala é precedida por um subtítulo ou – intertítulo – que, segundo a Coleção em comento, representa as ideias-força do questionamento. O intertítulo destaca o seguinte: “[...] robustecimento da visão e da coesão da Forças Armadas, após o 31 de março”³¹⁸.

Robustecimento da união e da coesão das Forças Armadas, após o 31 de Março de 1964.

Sem dúvida ocorreu! Não só por ter acentuado o pendor democrático das Forças Armadas, como, também, pelo afastamento dos elementos de esquerda perturbadores que existiam. A coesão aumentou. O Corpo de oficiais ficou mais homogêneo³¹⁹.

Com base nos trechos textuais da CHOE-64 outrora apresentados, transmite-se ali a mesma mensagem sem ao menos que o entrevistado possa ser adequadamente questionado, ou seja, exalta-se o “robustecimento da união e coesão nas Forças Armadas”, ao passo que o Gen. Ivan de Souza Mendes reitera a afirmação do intertítulo³²⁰. Mas isso é o que a Coleção em comento afirma, pois, a historiografia, do contrário, demonstra que havia disputa pelo exercício do poder intramilitar. Assim, no período 1964-1968, a questão do poder não foi coesa, homogênea e pacífica, como afirmado por aquela Coleção. Ocorreram disputas internas pelo poder e pela condução do “movimento revolucionário”. Sobre a questão, Chirio destaca alguns grupos que estiveram na disputa pelo poder, delineando os perfis concernentes: a história francesa explica que é possível identificar um grupo que segue e apoiou o nome do Gen. Humberto de Alencar Castello Branco como “líder” a conduzir a “revolução”, isto é, os “castelistas”, também chamados de “Sorbonne militar”³²¹. E ainda, têm-se mais dois grupos provenientes da chamada “linha dura”. A “primeira linha dura”, que abriga aqueles que se tornaram conhecidos “na história com os coronéis do IPM’s em razão dos inquéritos dos quais

³¹⁷ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 148.

³¹⁸ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 34. Tomo 2.

³¹⁹ *Ibidem*, T. 2, p. 34.

³²⁰ *Idem*, T. 2, p. 34.

³²¹ CHIRIO, *op. cit.*, p. 53.

estavam encarregados”³²² – se concentrava em torno da figura do Ten. Cel. Francisco Boaventura Cavalcanti Junior, com a adição do Cel. Amerino Raposo Filho – entrevistado pela CHOE-64. Aquela autora ressalta que a “primeira linha dura” “tem uma forte coesão geracional”³²³, diferente da “segunda linha dura”, cuja “coerência geracional e profissional”³²⁴ é menor. Estes eram ligados ao Cel. Osnelli Leite Martinelli.

O breve quadro político em questão sobre o exercício e as disputas pelo poder é relevante para ressaltar justamente o oposto daquilo transmitido pela Coleção em comento. Houve disputas, inclusive, quando se teve notícias do Acidente Vascular Cerebral (AVC) sofrido pelo ditador no cargo de Presidente da República, Gen. Arthur da Costa e Silva. Houve uma “crise de sucessão”³²⁵. Para melhor dimensionamento do ocorrido, Pedro Aleixo, que esteve no cargo de Vice-Presidente da República do Gen. Arthur da Costa e Silva, era o sucessor natural por ser o vice-presidente. Mas, Pedro Aleixo carregava “a dupla estigma de ser civil e de ter votado sozinho contra o AI-5 no Conselho de Segurança Nacional, em dezembro de 1968”³²⁶. Assim,

[...] para a esmagadora maioria dos militares, sua posse na Presidência é inaceitável. Assim, a legalidade é deixada de lado e os procedimentos de escolha são improvisados. Essa improvisação revela uma ambiguidade fundamental do regime militar brasileiro: a legitimidade da participação política dos quartéis³²⁷.

Na crise de sucessão que se deu após o problema de saúde do Gen. Arthur da Costa e Silva, o poder foi entregue aos seus três ministros militares, já no mês de agosto – mês do AVC daquele militar. E, paralelamente àquela situação, foi apresentado ao Congresso Nacional (CN) o comandante do III Exército, Gen. Emilio Garrastazú Médici, que acataram como sucessor para Presidente da República.

Chirio observa que foi a decretação do Ato Institucional n. 12, de 1º de setembro de 1969³²⁸ (AI-12) que deu início ao “governo da junta” através dos ministros militares, com as decisões eram tomadas pelo Alto-Comando das Forças Armadas (ACFA), formado pelo

³²² CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 58.

³²³ *Ibidem*, p. 59.

³²⁴ *Idem*, p. 61.

³²⁵ *Idem*, p. 148.

³²⁶ *Idem*, p. 149.

³²⁷ *Idem*, p. 147.

³²⁸ BRASIL. **Ato Institucional n. 12, de 1º de setembro de 1969**. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

[...] ministro do Exército, general Aurélio Lyra Tavares; o ministro da Marinha, almirante Augusto Rademaker; o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Souza e Mello; o chefe do Estado-Maior do Exército, Antonio Carlos Murici; o chefe do Estado-Maior da Marinha, almirante Barros Nunes; o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, brigadeiro Oliveira Sampaio; e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Orlando Geisel³²⁹.

É interessante observar na entrevista do Gen. Antonio Carlos Murici concedida à CHOE-64 que, em nenhum momento, fez-se algum questionamento ou tratou-se a respeito dos “atritos” internos do EB. Diferente do que pontua Chirio, ao ressaltar o depoimento daquele militar, que aponta “três áreas de atrito”³³⁰ no jogo político intramilitar. Em outra ocasião, aquela autora destaca o relato do mesmo Gen. ao afirmar que a respeito da sucessão por generais, “sair dos círculos dos generais seria quebrar uma fronteira perigosa”³³¹ correndo o risco de “ouvir o cabo”³³².

O Gen. Antonio Carlos Murici também fez parte de uma “comissão *ad hoc*” criada pelo Alto-Comando do Exército (ACE), denominada 3M por causa das iniciais dos sobrenomes daqueles que fizeram parte, a saber: Jurandir Bizarria Mamede, Emilio Garrastazú Médici e Antonio Carlos Murici. Segundo Chirio, tal comissão fez prolongar o funcionamento da “Junta” e somente depois o ACE elaborou e estabeleceu um tipo de votação entre os militares do alto escalão para escolher quem ocuparia a Presidência da República (PR). Então, o nome mais votado foi o do Gen. Emilio Garrastazú Médici Médici. General, que era, dentro do EB, uma figura menos evidente como liderança política, ao passo que era detentor de um perfil “apolítico” e muito ligado às questões de segurança e Guerra Revolucionária (GR), além de ser um

[...] personagem remoto com sólida reputação de revolucionário – suscitou a adesão dos cadetes da AMAN ao golpe, constituindo, assim, obstáculo às veleidades de resistência das tropas do I Exército – e de homem de aparelho e dos segredos de Estado, após vários anos passados à frente do SNI³³³.

³²⁹ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 255.

³³⁰ *Ibidem*, p. 149.

³³¹ *Idem*, p. 159.

³³² *Idem*, p. 159.

³³³ *Idem*, p. 160.

2.2 A MÍDIA E O SENTIMENTO DE TRAIÇÃO

A “mídia” – termo generalizado para se referir à imprensa falada e, sobretudo, à imprensa escrita – cumpre uma finalidade específica no discurso da CHOE-64, por meio dos peritextos (quarta capa) e das entrevistas dos oficiais gerais e superiores. Os coordenadores daquela Coleção fizeram questão de apresentar inúmeros trechos de jornais de grande circulação, a níveis estadual ou nacional à época, com o intuito de apresentar ao possível leitor que a mídia apoiava a “revolução de 64”.

Segundo Chirio, grande parte dos jornais passou a difundir ataques ao governo João Goulart em seus “últimos meses”³³⁴. A propaganda veiculada pela mídia que se fortalece no espaço público tem como principal *slogan* o anticomunismo. Aquela historiadora francesa ainda destaca o jornal *O Estado de S. Paulo* cujo dono, Júlio Mesquita Filho, apoiou o golpe de Estado de 1964.

O discurso de apoio ao Golpe Civil-Militar se faz presente na narrativa dos entrevistados, como, por exemplo, o Gen. Leônidas Pires Gonçalves que, ao ser questionado sobre o apoio da mídia ao “movimento”, assim se manifestou:

Então surgia aquela palavra típica, que os jornais usavam: ‘Basta! Basta!’, querendo dizer ‘chega do que está acontecendo’. A mídia toda estava pedindo que nós fizéssemos o que fizemos. Por isso, hoje, quando se fazem essas considerações injustas, acho – usei essa palavra que pode ser dura – uma ‘safadeza’ histórica. Atribuir-nos a realização de desempenho histórico que não correspondia aos interesses do Brasil, eu acho que é uma grande ‘safadeza’, porque nós fizemos, na época, o que o povo queria. O povo pediu, o povo gritou para que nós fizéssemos. Lembro que eu era um tenente-coronel e, nos meus relacionamentos de sociedade, cansei de ser agredido por pessoas perguntando-me: ‘O que é que vocês estão fazendo nesses quartéis? Não estão vendo o que está acontecendo no Brasil?’³³⁵.

O ressentimento no relato daquele militar se manifesta através de um sentimento de injustiça, pois, ele considera que é injusto o modo como a mídia trata do assunto passados 36 anos. Posteriormente, o Gen. Leônidas Pires Gonçalves retifica o que afirmou tratando da questão como “safadeza histórica”. Ora, o que se pode compreender dessa expressão daquele militar é que se veiculam informações sobre a “revolução de 64” de forma imoral, imprudente, petulante.

³³⁴ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 28.

³³⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 87. Tomo 1.

Mas não é somente na entrevista do Gen. Leônidas Pires Gonçalves que o tema “mídia” ganha destaque. A CHOE-64 reproduziu diversas passagens de jornais na quarta capa de seus 15 volumes. Assim, é possível questionar: por que, para a Coleção de História Oral do Exército, ressaltam-se, enfatizam-se tantas notícias, trechos de editoriais e jornais com notícias da época do golpe de Estado de 1964?

É preciso reiterar que as notícias de jornais, os trechos que a BIBLIEx selecionou e imprimiu na quarta capa de cada volume da Coleção em comento são de jornais de grande circulação no país ou no Estado em que circula, quais sejam: *O Globo* (Rio de Janeiro), *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), *Estado de Minas* (Minas Gerais), *Diário de Pernambuco* (Pernambuco), *O Povo* (Fortaleza), *Correio Braziliense* (Brasília) e *A Razão* (Santa Maria, Rio Grande do Sul). Nesse ínterim, foram selecionados jornais de grandes cidades ou Estados onde seus exemplares impressos provavelmente tiveram uma tiragem considerável. À época, tais periódicos detinham grande público leitor.

Destarte, se mostra reveladora a preocupação da BIBLIEx tem em recolher o maior número de informações, sobretudo, a respeito da mídia, sobre o golpe de Estado de 1964 e, entre as informações, aquelas que apoiam, legitimam, defendam e constroem uma narrativa, um discurso favorável e consoante à narrativa oficial das FA.

O local onde as mensagens emocionais são transmitidas diz respeito à quarta capa, ou seja, é a parte do livro oposta a própria capa: “Um importante lugar estratégico”³³⁶, pois evidencia quem é o “inimigo” da CHOE-64 nessa guerra de memória acerca da Ditadura Militar.

A quarta carpa configura um espaço denominado selo editorial. No entanto, este não é exclusivo da quarta capa. O selo editorial é composto por capa, contracapa, página de rosto e anexos, cuja finalidade é informar ao público e ao possível leitor dados editoriais e autorais. Como exemplo, Genette explica que na quarta capa é possível encontrar as seguintes informações gerais em quase todo livro: uma nota biográfica e/ou bibliográfica; um *release*; citações da imprensa ou outras apreciações elogiosas; um manifesto da coleção; o número de ISBN (*International Standard Book Number*); código de barras magnético etc³³⁷.

A constatação de Genette acerca da quarta capa como um lugar estratégico indica que a mídia é algo importante no discurso ressentido dos militares outrora apresentados³³⁸. Assim,

³³⁶ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 28.

³³⁷ *Ibidem*, p. 29.

³³⁸ *Idem*, p. 28.

interessa compreender os motivos de situar o papel que a mídia teve antes, durante e após o golpe de Estado de 1964, bem como sua função durante a Nova República – na transição democrática – na perspectiva dos oficiais gerais e superiores. Não cabe aqui analisar o porquê (da presença ou ausência) de determinado papel da imprensa falada ou escrita, mas sim, compreender a visão dos militares a respeito da posição da mídia da época.

Faz-se importante retomar uma das características principais sobre os ressentimentos: a reiteração. A repetição nos trechos de jornais é um aspecto frequente na narrativa elaborada pela CHOE-64, que revela uma estratégia discursiva e indica os sinais dos ressentimentos.

A memória dos ressentimentos dos oficiais militares na Coleção em comento se caracteriza, então, pela constante repetição de mensagens, como é possível observar na quarta capa de seu Tomo 2, em dois trechos do editorial do jornal *Correio da Manhã*³³⁹, sendo o primeiro datado de 1º de abril de 1964 e, o segundo, datado de 31 de março de 1964: “só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia!”; “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora basta!”³⁴⁰ – mensagem que pode ser verificada na entrevista do Gen. Leônidas Pires Gonçalves.

À vista disso, a constante rememoração desse trecho, seja nas entrevistas ou na quarta capa, revela uma “tentação da rememoração”³⁴¹, isto é, nesse processo de rememoração, os atores ou as vítimas não se esquecem dos fatos, dos eventos dos quais participaram, testemunharam. Em contrapartida, a tendência a esquecer os próprios ressentimentos é bem maior.

³³⁹ O jornal *Correio da Manhã* era um “jornal carioca” criado, no dia 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Teve seus dias finais no dia 8 de julho de 1974. De acordo com o verbete biográfico do CPDoc/FGV-RJ, o *Correio da Manhã* foi um dos “principais órgãos da imprensa” nacional e se destacou “como um jornal de opinião”. Após o falecimento de Edmundo Bittencourt em 1963, aquele periódico passou para a segunda mulher de Bittencourt, Niomar Muniz Sodré Bittencourt. Ainda segundo o verbete, o jornal se manteve contrário a João Goulart até o golpe de Estado de 1964. É destacado também que o periódico tinha uma visão política liberal-conservadora, tal como definiu o jornalista Edmundo Muniz que, apesar de negar a versão, os editoriais “Basta!” são atribuídos a ele. Após o Golpe Civil-Militar e durante a Ditadura Militar, o jornal passa a “denunciar torturas e arbitrariedades, publicando o editorial ‘Terrorismo, não’”. Em 1968, após a decretação do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968 (AI-5), o jornal sofreu com o cerceamento da liberdade de expressão e imprensa, bem como individual e política. Niomar Bittencourt foi presa, em janeiro de 1969. Após esse e outros episódios, o periódico emergiu em uma crise financeira. Para mais informações consultar: Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 2019e. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/correio-da-manha>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁴⁰ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, quarta capa. Tomo 2.

³⁴¹ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 30.

Na CHOE-64, tal lógica de repetir um fato veiculado e transmitido por um jornal não somente pode apontar para o que se quer ser lembrado, bem como aquilo que é esquecido. Por outro lado, a repetição com o intuito de que um episódio não seja esquecido reflete no ressentimento – no presente – devido à abordagem do tema.

Segundo Ansart, os jornais exercem um papel relevante na gestão dos sentimentos, das paixões, das mensagens emocionais sejam individuais ou coletivas³⁴². Para um grupo ou uma instituição como o EB, por exemplo, cuja finalidade é manter a coesão, sobretudo, após a década de 1960³⁴³, apesar das divergências internas, não somente a “mídia civil”, bem como o *Mensário da Cultura Militar*, o *Noticiário do Exército*, o *Boletim do Exército*, a *Revista Defesa Nacional* e a *Revista do Clube Militar*, condizem com a função da (re)produção e gestão dos signos emocionais.

Nesse íterim, é possível acrescentar à discussão a obra intitulada *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, de Benedict Anderson (1983), onde se tem um minucioso estudo sobre o nacionalismo, que ajuda a refletir sobre a “relação” entre elementos que estão presentes na CHOE-64 e os argumentos do historiador britânico, evidenciando como uma nação é inventada, ou melhor, “imaginada”; uma “comunidade política imaginada” que possui símbolos e tradições para manter o grupo coeso³⁴⁴.

As “comunidades imaginadas” podem ser grupos fechados ou isolados, instituições etc., como as FA, por exemplo. E para manter o grupo coeso é preciso manter contato, disseminar ideias, informar; e, no caso de uma nação, após o capitalismo editorial, o jornal se tornou uma das principais formas de “apresentar”, retratar a “comunidade imaginada” ideal para um povo³⁴⁵. E no caso em questão, o EB, por possuir todos aqueles veículos e canais de informação institucionais, transmitia informações para a oficialidade, como afirmam alguns dos depoentes da Coleção em comento³⁴⁶. Aqui, o EB se configura e possui todos os elementos de uma “comunidade política imaginada”³⁴⁷.

Outro aspecto apontado por Anderson e que vai de encontro do *modus operandi* da CHOE-64 é que para se inventar uma nação, para imaginar uma comunidade política, nesse processo de construção de uma história e memória oficial da nação, seleciona-se o que deve

³⁴² ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p. 11.

³⁴³ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 31, 23 e 24.

³⁴⁴ ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. de Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 32.

³⁴⁶ CHIRIO, *op. cit.*, p. 28.

³⁴⁷ ANDERSON, *op. cit.*, p. 32.

ser lembrado e o que deve ser esquecido³⁴⁸. Aquela Coleção elabora uma narrativa institucional – dessa “comunidade política imaginada” – sobre a participação do EB no golpe de Estado de 1964 e na Ditadura Militar, que seleciona o que deve ser lembrado, fazendo com que os depoentes construam os próprios relatos, reproduzem a narrativa da “comunidade imaginada” da qual fazem parte; e, por mais que em cada depoimento haja particularidades, tudo é totalmente controlado³⁴⁹.

De fato se tem algum ressentimento dos militares com a “grande mídia”. Estes tinham na “mídia civil” informes constantes sobre suas ações para uma nação inteira e, após a redemocratização, esta alterou a narrativa sobre sua atuação na história política, fazendo com que os militares passassem a enxergar a mídia como traidora por veicular notícias, matérias, artigos sobre a repressão política e sobre as violações e os crimes cometidos pelo Estado brasileiro.

É sabido que durante o golpe de Estado de 1964, a mídia apoiou o Golpe Civil-Militar. Por isso, a repetição e insistência da CHOE-64 na apresentação de inúmeras notícias de jornais de todos os cantos do Brasil.

O ressentimento também se encontra no modo como a “grande mídia” escolhe o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Nesse ínterim, os militares se sentem ressentidos pelo modo como a atuação do EB é comentada pela mídia, por exemplo, acerca das denúncias de tortura como prática de governo.

Como exemplo tem-se um trecho interessante do jornal *O Globo*, datado de 07 de outubro de 1984, que apresentam dois aspectos peculiares, quais sejam: 1) Se repete em oito dos 15 volumes, ou seja, nos Tomos 1, 2, 3, 4, 4, 6, 8 e 11; e, 2) A narrativa do trecho selecionado é semelhante à narrativa da orelha dos livros da CHOE-64, dos peritextos editoriais e, até mesmo, do relato dos oficiais militares.

Julgamento da Revolução

Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. ... Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso, desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente.

... Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’ com o qual não estaríamos solidários.

(O GLOBO, de 07 de outubro de 1984)³⁵⁰.

³⁴⁸ ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. de Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

³⁴⁹ *Ibidem*, p. 32.

³⁵⁰ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, quarta capa. Tomo 2.

Para a editoração da CHOE-64, a BIBLIEx escolheu o trecho textual outrora destacado para substanciar a própria visão da instituição militar a respeito dos eventos ocorridos à época e para evidenciar que o jornal *O Globo*^{351 352 353} apoiou a “Revolução de 1964”. A reiteração é visível após tantos exemplos em diversos lugares editoriais. Assim como narram os militares, é possível observar que na narrativa construída, a “grande mídia” que, à época apoiou o golpe, ratifica as características que levaram ao golpe, como, por exemplo, o “anseio nacional” e a justificativa de preservar as “instituições democráticas”, que estariam comprometidas pela “radicalização ideológica”, pelas “greves”, pela “desordem social” e pela “corrupção generalizada”.

Com base nas diversas passagens impressas na quarta capa da Coleção em comento, é possível perceber que a grande mídia não é o leitor, o público-alvo. Aqui, a mídia configura o papel de um “grupo” que é alvo dos ataques expressos naquela Coleção. Também não se trata de um interlocutor, isto é, a Coleção não objetiva estabelecer diálogo com a mídia, mas sim, quer mostrar, apresentar aos seus leitores quem são (atualmente) seus inimigos.

E a mídia ocupa um dos lugares como inimigo do EB, ao passo que a CHOE-64 quer apresentar tal aspecto aos jovens oficiais em formação. Obviamente, não é possível descartar o público em geral que, eventualmente, pode ter acesso à quarta capa de cada tomo por se encontrar na parte externa dos livros. A mídia, então, é um adversário, um inimigo que não “traduz” a “verdade” do discurso militar.

³⁵¹ O jornal *O Globo* foi fundado no dia 29 de julho de 1925, por Irineu Marinho junto de Herbert Moses e Justo de Moraes. Aquele jornal carioca apoiou, fomentou e incentivou o Golpe Civil-Militar que depôs o presidente João Goulart à época, também manifestando seu “apoio ao governo do marechal Castello Branco”, bem como à Ditadura Militar. A partir da aprovação da Lei de Anistia de 1979 – Lei n. 6.683, de 28 de agosto –, *O Globo* passou a elogiar “o encaminhamento dado à questão e procurou encontrar na atitude do presidente João Figueiredo um sentido de conciliação e compromisso com os princípios de liberalização do regime”. Tal posicionamento deu a entender que aquele jornal estava começando a mostrar os primeiros sinais democráticos. No entanto, a Lei de Anistia de 1979 tem por base a ideia de esquecimento do passado, na ideologia da reconciliação. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **GLOBO, O**. Rio de Janeiro, 2019g. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁵² A historiadora brasileira Caroline Silveira Bauer, no texto intitulado *Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar*, explica que o intuito da Lei era o do esquecimento recíproco. De fato, a “ideologia da reconciliação” foi um termo evidenciado pelo historiador Ricard Vinyes, que se refere “às ações estatais de equiparação ética e da impunidade equitativa em relação a crime cometidos em conjunturas autoritárias”. Cf. BAUER, C. S. *Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar*. **Dimensões**, v. 32, p. 151, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266476547_Quanta_verdade_o_Brasil_suportara_Uma_analise_das_politicas_de_memoria_e_de_reparacao_implementadas_no_Brasil_em_relacao_a_ditadura_civil-militar>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁵³ Vale destacar personagens que lutaram e resistiram contra a Ditadura Militar (Miriam Leitão e Fernando Gabeira) que trabalham no grupo Globo. Isto é, para os oficiais militares, foi uma “traição” por parte do grupo Globo abrigar pessoas que participaram da luta armada contra a Ditadura.

Ainda no trecho textual outrora apresentado do jornal *O Globo*, datado de 07 de outubro de 1984, o “povo” é quase sempre invocado no sentido de apoiar, dar substância ao “movimento”. Tem-se aí uma ferramenta argumentativa por parte da CHOE-64: incluir o “povo” entre os quais apoiaram a “Revolução de 1964”. Até porque com o apoio da sociedade civil, as FA robusteceriam o argumento da “revolução” com o intuito de legitimar o que se estava fazendo.

De fato, o “povo” aparece como uma estratégia do discurso com o objetivo de evidenciar ao leitor uma demanda dos civis pela intervenção militar, o que legitimaria o golpe de Estado e tiraria a pecha de militarismo.

Na visão dos militares, é nesse sentido que é possível refletir e apreender a “grande mídia” como traidora. Há um paradoxo no modo como a Coleção em comento apresenta e compreende – à época e atualmente – o discurso da mídia sobre o golpe de Estado de 1964, uma vez que em sua perspectiva e na dos militares, a mesma mídia que, em nome dos civis, atenta que o movimento foi legítimo, e que os militares não entram em política sem um motivo de defesa de Estado, é a mídia que hoje “trai” ao dizer que foi um Golpe Civil-Militar e ao designar os 21 anos em que os militares permaneceram no poder como Ditadura Militar. Nessa dinâmica do ressentimento, a mídia opera a função de que no passado “legitimou” o golpe de Estado e, no presente, “trai”.

Em suma, ainda naquele trecho textual outrora apresentado do jornal *O Globo*, é possível observar uma característica a respeito da memória dos ressentimentos³⁵⁴. A tentação da reiteração, da intensificação ou do que Ansart qualifica como a “exasperação da memória dos ressentimentos”³⁵⁵, é capaz de exibir a configuração de um “delírio de ressentimento”³⁵⁶. Aquele autor traz como exemplo o totalitarismo nacional-socialista cuja propaganda de Estado enfocou no uso repetitivo “da humilhação de 1918 e do desejo de revanche e vingança”³⁵⁷.

Um último trecho textual de importância diz respeito a uma passagem retirada do editorial do jornal *Estado de Minas*³⁵⁸, de 05 de abril de 1964, localizada no Tomo 9, conforme se segue:

³⁵⁴ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 00.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 31.

³⁵⁶ *Idem*, p. 33.

³⁵⁷ *Idem*, p. 33.

³⁵⁸ *O Estado de Minas* é um jornal mineiro e foi fundado no dia 07 de março de 1928, em Belo Horizonte, por Juscelino Barbosa – diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais –, Álvaro Mendes Pimentel e Pedro Aleixo. Segundo o verbete biográfico do CPDoc/FGV-RJ, quando de sua fundação, aquele periódico tinha

‘Feliz a nação que pode contar com corporações militares de tão altos índices cívicos. A todo momento, essas corporações, comandadas por oficiais formados na melhor escola, a escola do patriotismo, da decência, da pureza de intenções e propósitos, nos oferecem o testemunho de sua identificação com os melhores ideais de nossa gente...’
(Editorial do ESTADO DE MINAS, de 05 de abril de 1964)³⁵⁹.

Aqui, a nação, o país, o Brasil pode se considerar uma nação “feliz” pelo fato de “poder contar”, confiar nos militares. Frequentemente, a ideia de felicidade está acompanhada da explicação do “movimento revolucionário”. E seguindo esse pensamento militar, reforçado pelos depoentes, as FA impediriam uma “revolução comunista” que estaria em curso no Brasil e, portanto, reestabeleceria esse sentimento de felicidade na sociedade.

O discurso em questão é bastante repetido tanto no relato dos depoentes como nos trechos de jornais selecionados pelos editores/coordenadores da CHOE-64, revelando a insistência, seja do coordenador-geral, da BIBLIEx ou do EB, em narrar, contar, inventar a mesma narrativa repetidas vezes, para que o discurso se torne homogêneo, único, verdadeiro, um ponto final nesse capítulo da história das FA e do Brasil recente.

A repetição desse discurso tem vínculo com outros aspectos que servem para corroborar a “veracidade” dessa narrativa – aspectos que não são necessariamente as características “intocáveis” da instituição, com base nos adjetivos “patriotismo”, “decência”, “pureza de intenções e propósitos” do trecho textual outrora apresentado do jornal *Estado de Minas*. Tais adjetivos também são atribuídos à AMAN, ou melhor, aos oficiais que dela saem formados. Tem-se ali as qualidades que um excelente militar deve buscar e ter, que são transmitidas pela instituição através dos ensinamentos, da tradição e do cotidiano castrense.

2.3 O SENTIMENTO DE VINGANÇA E OS REVANCHISTAS

De acordo com a historiografia, é quase consensual que após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), na perspectiva dos militares, estaria ocorrendo um “revanchismo” praticado pelos militantes de esquerda. Segundo Eduardo Santos Chaves, os oficiais gerais e

por finalidade prover “a imprensa mineira de um periódico que imprimisse novos padrões jornalísticos em Belo Horizonte do que criar um órgão engajado nas lutas políticas”. No entanto, desde o primeiro semestre de 1929, o jornal mineiro cobria reportagens políticas a respeito das eleições presidenciais. No mesmo verbete é ressaltado que o *Estado de Minas*, em 1962, adotou uma “posição marcadamente oposicionista” em relação ao governo João Goulart. E ainda, após o “estabelecimento” da Ditadura Militar, “O Estado de Minas esteve plenamente identificado com os governos revolucionários”. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **ESTADO DE MINAS, O**. Rio de Janeiro, 2019f. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-o>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁵⁹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, quarta capa. Tomo 9.

superiores que apoiaram o golpe de Estado e a Ditadura Militar contribuíram, de algum modo, para que a “versão” da instituição fosse divulgada³⁶⁰. O historiador brasileiro atenta para a CHOE-64 que, em meio a guerra de memórias sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 e sobre a Ditadura Militar (1964-1985), a instituição militar “avaliou que foram derrotados injustamente e, assim, acreditam que suas lembranças foram omitidas pelo ‘revanchismo’, que destrói a verdade dos fatos”³⁶¹.

O tema que envolve o “revanchismo” tem seu destaque na Coleção em comento, assim como Celso Castro e Maria Celina D’Araújo ressaltam na obra intitulada *Militares e Política na Nova República*³⁶², de que o “revanchismo” era sentido pelos militares já no governo José Sarney. A obra organizada por aqueles pesquisadores do CPDoc/FGV-RJ se mostra como uma coletânea de depoimentos com os “principais chefes militares da Nova República”³⁶³, e em uma entrevista do Gen. Zenildo, os organizadores destacam que aquele militar “atribuiu ao ministro Leônidas importante atuação para proteger os militares de ações revanchistas”³⁶⁴.

O discurso do ministro do Exército, na CHOE-64, apresentado conforme se segue, é consoante com o exposto anteriormente:

Houve a partir de 1985, e existe ainda hoje, o chamado ‘revanchismo’ – que o senhor está abordando com muita propriedade – por parte de políticos e autoridades em geral, bem como da mídia, em relação aos militares?

Isso é uma coisa que considero muito errada. Costuma dizer que anistiamos essa gente toda; eles não nos anistiarão até hoje. Todo dia tem uma ‘futrica’ nos jornais, todo dia tem uma ‘coisinha’ aqui, uma ‘coisinha’ ali. Agora, as ‘coisinhas’ deles, não. ‘Vamos ver o que houve no Riocentro; vamos ver o que houve no Aeroporto de Guararapes?’ Para ele não houve isso... Ninguém quer saber.

Isso, indubitavelmente, é revanchismo. Eu diria tratar-se de *jus esperniandi*, para utilizar uma frase usada jocosamente, contra quem perdeu a guerra e não conseguiu alcançar o objetivo pretendido, que era fazer desse País uma república sindicalista. Como compensações psicológicas pessoais, fazem esses ataques, que eu considero ‘pequenos’, sem grandeza, pois devem-se a recalques pessoais. Por causa de episódios históricos que daqui a pouco estarão na fumaça dos tempos, por falta de grandeza e de espírito estadista, querem macular a imagem da Instituição que é encarregada da manutenção da soberania, da autodeterminação e da independência

³⁶⁰ CHAVES, E. S. “Do outro lado da colina”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 13. Disponível em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 140.

³⁶² CASTRO, C.; D’ARAÚJO, M. C.; (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 20.

³⁶³ *Ibidem*, p. 7.

³⁶⁴ *Idem*, p. 20.

desse País. Onde é que está a grandeza de quem atua desse jeito? Não têm grandeza, isso é uma pequenez³⁶⁵.

O ‘ministro Leônidas’, sem dúvida, é uma das figuras mais polêmicas entre os oficiais militares que participaram e/ou tiveram algum envolvimento com o Golpe Civil-Militar e com a Ditadura Militar. Aqui se tem o interesse de seu modo de falar e as expressões utilizadas para menosprezar e ironizar a mídia e os militantes de esquerda – expressões como “futrica” e “uma ‘coisinha’ aqui, uma ‘coisinha’ ali” ao se referir a temas que ganharam destaque na mídia a respeito da tortura e da violência do Estado brasileiro.

Em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado por mim, destaquei no discurso do ‘ministro Leônidas’ o sentimento de injustiça expressado por aquele militar. Em linhas gerais, ele não se contém para afirmar que há injustiça por parte da mídia “pelo fato de que, no golpe e durante a ditadura militar, a mídia apoiou os militares; já no momento em que foram ‘derrotados’, a mídia passou a condená-los”³⁶⁶. Nesse ínterim, em sua visão, tem-se, então, um sentimento de traição em relação aos “criminosos contra a pátria”³⁶⁷, ou seja, a mídia.

Aqui é possível perceber o que Ansart designa como a “tentação do esquecimento”³⁶⁸, isto é, o ‘ministro Leônidas’ aferra-se bem menos à memória dos próprios ressentimentos no momento em que faz questão de lembrar sobre o episódio no Aeroporto de Guararapes; ele faz questão de lembrar a respeito de um “atentado ao Aeroporto dos Guararapes”³⁶⁹ em Recife, Pernambuco, em 25 de julho de 1966, organizado pela Ação Popular (AP). Segundo Cristiane Soares de Santana, o alvo do atentado era o ditador no cargo de Presidente da República, Gen. Arthur da Costa e Silva³⁷⁰.

³⁶⁵ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 95. Tomo 1.

³⁶⁶ OURIQUES, I. M. **O ressentimento no discurso do ex-General Leônidas Pires Gonçalves**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 15.

³⁶⁷ D’Araújo, Maria Celina; SOARES, Cláudio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.), 2014, p. 127, Apud, OURIQUES, 2016, p. 15.

³⁶⁸ ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 31.

³⁶⁹ De acordo com a historiadora, por causa de problemas técnicos, o avião que sairia de João Pessoa a Recife não cumpriu o horário estabelecido, e o atentado organizado pela Ação Popular (AP) explodiu sem atingir o ditador, Gen. Arthur da Costa e Silva. Porém, a bomba ao explodir atingiu 16 pessoas, sendo 14 feridas e duas pessoas mortas. Cf. SANTANA, C. S. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: ZACHARIADHES, G. C. (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 159.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 159.

Adiante, o ‘ministro Leônidas’, de forma irônica, sarcástica, atenta que as iniciativas tomadas pelos “revanchistas” tratam-se de um “*jus esperniandi*”. Aquele militar explicitamente desdenha daqueles que “perderam a guerra”³⁷¹.

Interessante notar que o Gen. Leônidas Pires Gonçalves faz uso do termo “recalque” para se referir a políticos e à mídia. Entretanto, o recalque se apresenta como um indício, um vestígio do ressentimento no discurso daquele militar; obedece à lógica contrária do que foi expresso. Sobre a questão, Kehl observa que o recalque nesse trecho aponta para a “impossibilidade de esquecer o agravo passado”³⁷².

No início do presente capítulo tem-se que o ressentimento é composto por uma constelação afetiva, ou seja, por um conjunto de sentimentos (rancor, desejo de vingança, maldade, ciúme, inveja e malícia). Kehl observa tal conjunto de sentimentos tendo em vista as formulações de Max Scheler, ou seja, o desejo de vingança é o sentimento que possui um papel fundamental na lógica do ressentimento, justamente por se tratar de uma reação ao agravo que foi causado³⁷³.

Na entrevista do Gen. Carlos Meira Mattos, promovida no dia 23 de fevereiro de 2000, o então oficial na reserva assim se manifestou:

Hoje vivemos esse problema do ‘revanchismo’. Esse pessoal que subiu ao poder não esquece que a Revolução limitou-lhes a ação política e não perdoam, querem vingar-se, e o objeto de vingança é o Exército³⁷⁴.

Aqui é possível observar que aquele militar faz uso da mesma estratégia discursiva que o ‘ministro Leônidas’, ou seja, inverte o discurso, acusando no outro o seu próprio modo de sentir e dizer. No caso, são os “revanchistas” que são os vingativos. Sobre a questão, Kehl atenta que o indivíduo ressentido “é um vingativo que não se reconhece como tal”³⁷⁵. A vingança se torna “uma necessidade psíquica” e somente possui alguma lógica nas situações onde a “vítima não foi capaz de reagir”³⁷⁶. O lapso temporal no qual ocorre a ruminação do desejo de vingança nutrido pela raiva ou por não lograr esquecer uma raiva que passou – após o agravo – adia, suspende o “contra-ataque da vítima”³⁷⁷.

³⁷¹ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 95. Tomo 1.

³⁷² KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 15.

³⁷³ *Ibidem*, p. 15.

³⁷⁴ MOTTA, *op. cit.*, T. 1, p. 236.

³⁷⁵ KEHL, *op. cit.*, p. 16.

³⁷⁶ *Ibidem*, p. 16.

³⁷⁷ *Idem*, p. 17.

A respeito dos ressentimentos, ao retomar as considerações de Friedrich Nietzsche na obra intitulada *Genealogia da moral*³⁷⁸, Kehl explica que o ressentimento se caracteriza como o afeto daqueles que estão na posição de derrotados³⁷⁹. Porém, a compreensão por derrotados de Nietzsche se dá no sentido de que “foram covardes e cúmplices de sua própria derrota”³⁸⁰.

O ressentimento, para Nietzsche, é uma característica dos fracos. Tem parentesco com a covardia moral a que se refere Freud. O ressentido, vê em tudo aquilo que o oprime e fere, o ‘mal’ no sentido moral, e em contrapartida elabora a imagem de si como ‘bom’. Assim, o ressentido, em vez de fortalecer-se e lutar, sente-se moralmente autorizado a demandar do seu opressor que não seja forte³⁸¹.

Destarte, é preciso observar como essa lógica do ressentimento opera em um dos relatos dos oficiais militares, mais especificamente, no discurso do ‘ministro Leônidas’. Ao ser perguntado se a “‘batalha da comunicação social’ foi perdida pelos governos revolucionários” ou, se os ditadores no cargo de Presidente da República “deixaram, por princípio, de fazer a devida difusão de seus acertos, assim como a defesa de possíveis erros”³⁸², aquele militar assim se manifestou:

Sobre isso tenho até uma experiência pessoal para falar. De uma feita, nós levamos uma proposta ao Presidente Castello Branco, de fazer, não propaganda, mas mostrar as coisas positivas do governo revolucionário. O General Castello Branco tinha uma verdadeira ojeriza de que pudesse ser criado algo parecido com o DIP, e a frase dele, eu me lembro, foi essa: ‘É o povo que tem que ver o bem que nós estamos fazendo.’ Disso, eu sou testemunha. Mas ele, talvez, tenha esquecido, na sua pureza de comportamento, de que os nossos antagonistas trabalhavam de uma maneira muito profissional para impedir que essa sensação chegasse ao povo naturalmente³⁸³.

Não cabe aqui atestar se o conteúdo do relato do ‘ministro Leônidas’ é factualmente verdadeiro ou não. Interessa aqui a estética e a lógica do ressentimento, o modo como aquele militar relata que foi apresentada ao ditador Gen. Humberto de Alencar Castello Branco no cargo de Presidente da República uma proposta de divulgar “coisas positivas do governo revolucionário”; e, por mais que o ‘ministro Leônidas’ afirme que não iriam fazer uma propaganda, somente em apontar que o foco da proposta é “mostrar as coisas positivas do

³⁷⁸ Cf. NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁷⁹ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 33.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 120.

³⁸¹ *Idem*, p. 33.

³⁸² MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 89. Tomo 1.

³⁸³ *Ibidem*, T. 1, p. 89-90.

governo revolucionário”, é fazer propaganda³⁸⁴. Assim, aquele militar se abstém dessa culpa e transfere para o “inimigo”: os “antagonistas”.

Na entrevista do Cel. Luís de Alencar Araripe que se segue, é possível perceber a quem os oficiais gerais e superiores estão se referindo nessa “batalha da comunicação social”:

A batalha da comunicação social, perdida pela Revolução, começou logo nos primeiros dias do Movimento. Castello tinha profunda aversão a qualquer idéia de DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda, da ditadura de Getúlio Vargas, ícone de muitos libertários anti-Revolução. Os outros governos da Revolução participavam dessa idéia, embora, com certo acanhamento, tenham divulgado suas realizações. Mas não cuidaram da conquista da opinião pública. No Governo Médici, a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, sob a orientação extraordinariamente capaz do então Coronel Octávio Costa, realizou um trabalho que lembra, mas não é igual, ao dos marqueteiros dos nossos dias. Trabalho facilitado pelo alto desempenho da economia e pela imagem de Médici. Os outros presidentes, por excesso de escrúpulo, não atuaram sobre a opinião pública, deixando livre o espaço para as esquerdas, extremamente ativas, dentro e fora do Brasil. Foi um erro fatal para a imagem da Revolução³⁸⁵.

Além de haver a mesma repetição em relação ao episódio do ditador Gen. Humberto de Alencar Castello Branco ter uma “aversão”, “ojeriza” (que por sinal é a mesma coisa), no discurso do Cel. Luís de Alencar Araripe – desde os primeiros dias após o golpe de Estado, a Ditadura Militar investiu na “batalha da comunicação social” –, é possível perceber alguma contradição em relação àquilo narrado pelo ‘ministro Leônidas’. E mais para o fim do trecho, o Cel. em questão destaca em seu discurso o adversário dos militares nessa “batalha”: as “esquerdas” – “inimigo” que ganha cada vez mais contorno na *Apresentação* escrita pelo coordenador-geral da CHOE-64, Gen. Aricildes de Moraes Motta, conforme se segue:

[...] com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está sempre quase falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo. Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que leem e escutam. É o velho e eficaz princípio: ‘Vale mais a versão do que o fato’³⁸⁶.

³⁸⁴ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 89. Tomo 1.

³⁸⁵ *Ibidem*, T. 2, p. 246.

³⁸⁶ *Idem*, T. 1-15, p. 9-10.

O trecho textual retirado da *Apresentação* do coordenador-geral outrora apontado retoma algumas repetições já abordadas, como, por exemplo, a questão do “revanchismo”, que teria surgido após 1985 e, sobretudo, delineia, mais amplamente, quem são os “inimigos” da CHOE-64, do EB, das FA, em geral: a mídia; os professores de História da Educação Básica; e, os professores universitários, os quais, pela carreira do magistério no Ensino Superior, realizam pesquisas científicas. E ainda acusam os historiadores profissionais, que passaram por anos de especialização, de “reescreverem a história”, de falsificar a história. A lógica do ressentimento está em atribuir ao outro o agravo sofrido. E os inimigos encontram-se abrigados, aparentemente, em um amplo espectro político entendido como “as esquerdas”.

Interessante aqui, no que se refere ao projeto da Coleção em comento sobre a Ditadura Militar, é como o projeto se situa como uma espécie de espelho invertido da historiografia universitária; ou seja, como aquela Coleção repercute ao seu modo e, talvez independentemente da vontade de seus autores/editores, debates relevantes dos campos da teoria e da metodologia da história. A começar pelo uso da história oral e seus desdobramentos nas discussões sobre o estatuto de testemunho, da memória e da verdade histórica, tendo em vista que a historiografia quase sempre se concentra, nesses debates, nos testemunhos de vítimas de violências traumatizantes – em contraste com a História Oral do Exército, concentrada, ainda que não assumidamente, em depoimentos de algozes. E ainda, tem-se a temática da história política e do tempo presente. Isso tudo, ao mesmo tempo em que a CHOE-64 explicitamente afirma que a história universitária é “revanchista” e fraudulenta. Por outro lado, nesse trânsito de questões, conceitos, teorias e métodos, a Coleção em comento apaga os aspectos mais reflexivos da historiografia; ou seja, ali, testemunho é memória, memória é história e história é verdade – história relatada pela própria instituição militar.

Em suma, o “revanchismo” aparece na CHOE-64 como um sentimento de injustiça manifestado através dos depoentes. De fato, os oficiais gerais e superiores se sentem injustiçados por acreditarem que perderam a “batalha da comunicação social”. À vista das contribuições de Kehl, tem-se um sentimento de injustiça como um ressentimento social, ou seja, essa situação é “sentida” ou percebida a partir do momento em que os militares acreditam que há uma relação “injusta diante de uma ordem simbólica fundada sobre o pressuposto da igualdade”³⁸⁷.

³⁸⁷ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 284.

Tal como pontua Chaves, para os militares perder a guerra das memórias sobre a história e memória do golpe de Estado de 1964 e sobre a Ditadura Militar (1964-1985) quer dizer que os militantes de esquerda, a imprensa escrita e falada, bem como os historiadores são “agentes contrários à propagação das vitórias da ‘Revolução’”³⁸⁸. Nessa lógica do ressentimento, a CHOE-64 atribui o sentimento de culpa aos seus inimigos – os militantes de esquerda, a mídia e os “revanchistas” – por, segundo aquele autor, estarem “omitindo”, “mentindo”, “falseando” a história do golpe de Estado de 1964 e sobre a Ditadura Militar (1964-1985)³⁸⁹.

2.4 A GUERRA PELO ESTABELECIMENTO DOS FATOS

No início do presente capítulo apontou-se a questão da proliferação memorialística e de depoimentos que ganhou espaço no mercado editorial a partir de produções de instituições, de grupos que sentem a necessidade de manter viva a sua memória para a posteridade. Tal movimento pode ser observado tanto por parte dos militantes de esquerda como dos oficiais militares.

Também já mencionado, o CPDoc/FGV-RJ foi uma das primeiras instituições a trabalhar com fontes orais para o estudo de temas a respeito de movimentos políticos, partidos, elites políticas e regionais, militares.

João Roberto Martins Filho, por exemplo, defende que os depoimentos de militares e militantes de esquerda sobre a Ditadura Militar (1964-1985) passem por uma revisão³⁹⁰. Nesse cenário de disputa da memória do poder, configuraram-se duas memórias concorrentes, quais sejam: 1) A memória dos militantes de esquerda ou daqueles que sofreram a violência de Estado durante o período ditatorial; e, 2) A memória voltada para os depoimentos dos militares cujo relato reforça o enquadramento acerca de temas polêmicos sobre a Ditadura Militar, particularmente, aqueles oficiais que tem ou tiveram responsabilidades institucionais em graves violações aos direitos humanos³⁹¹.

³⁸⁸ CHAVES, E. S. “Do outro lado da colina”: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011, p. 143. Disponível em:

<<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 126.

³⁹⁰ MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 179, dez. 2002.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 187-188.

Martins Filho ressalta no texto intitulado *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*³⁹², três livros que obtiveram sucesso no mercado editorial a partir de suas vendas, a saber: 1) O primeiro lançado em 1977, intitulado *Em Câmara Lenta*, de Renato Tapajós³⁹³, cuja publicação somente se deu em 1979; 2) O segundo publicado em 1979, intitulado *O que é isso, Companheiro?*, de Fernando Gabeira³⁹⁴; e, 3) O terceiro, a publicação do Projeto *Brasil Nunca mais*, em 1985, organizado pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns³⁹⁵.

As primeiras publicações memorialísticas de militantes de esquerda buscaram prosseguir com a resistência contra a ditadura. Sobre a questão, Cardoso explica que tal produção, ao construir diferentes representações do passado, possibilita preservar uma memória social sobrevivente à dominação³⁹⁶. Nesse ínterim, aquela autora analisou as obras destacadas por Martins Filho, além de outras publicações do próprio Fernando Gabeira, tais como: *O Crepúsculo do Macho*, de 1980, e *Entradas e Bandeiras*, de 1981. E ainda teve atenção à obra intitulada *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfred Syrkis³⁹⁷, publicado em 1980, e às obras intituladas *Batismo de Sangue* e *Carlos Marighella*, de Frei Betto³⁹⁸, publicados em 1982.

³⁹² MARTINS FILHO, J. R. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. *Varia História*, n. 28, p. 179-201, dez. 2002.

³⁹³ Renato Tapajós nasceu em Belém, Pará, em 1943. Ficou preso no Presídio Tiradentes, em São Paulo, entre os anos de 1973 e 1974. O livro *Em câmara lenta* foi escrito durante este período no qual o autor encontrava-se na prisão. A obra só é publicada em 1977 devido à repressão e censura da ditadura militar. Para mais informações: Cf. CURY, M. Z. F.; PEREIRA, R. S. *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, 40 anos: autocrítica pública e sobrevivência. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 54, p. 436, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n54/2316-4018-elbc-54-435.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

³⁹⁴ Fernando Nagle Gabeira nasceu em 1941, natural de Juiz de Fora, Minas Gerais. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1963, para dar início a sua trajetória política. Segundo Cardoso (2012), Gabeira foi militante político da esquerda armada na década de 1970, e participou do sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. No episódio, foi baleado e preso pela polícia em São Paulo. Retornou ao Brasil após 10 anos exilado com a publicação da Lei da Anistia, em 1979. No mesmo ano lançou a obra intitulada *O que é isso Companheiro?*. Cf. CARDOSO, L. C. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 166-167.

³⁹⁵ Publicado em 1985, sob a autorização da Igreja Católica e do pastor James Wright, a obra intitulada *Brasil Nunca Mais* foi lançada pela editora Vozes. Segundo Cardoso (2012), apesar de ter sido lançada no período de transição democrática, “temiam-se represálias”. O sucesso nas livrarias não demorou para atingir a lista dos mais vendidos por 91 semanas consecutivas. Aquela autora enfatiza que a publicação se tornou o livro de não-ficção mais vendido na história da literatura brasileira. Ganhou uma tradução para o inglês (*Torture in Brazil*), além de filmes, documentários e três peças que se inspiraram na construção do Projeto em questão, que início após a companhia de cinema da HBO, vinculada à rede norte-americana de televisão ABC, contratar Lawrence Weschler para redigir um roteiro para um filme comercial a respeito do projeto. Cf. *Ibidem*, p. 63.

³⁹⁶ *Ibidem*, p. 17.

³⁹⁷ Alfred Syrkis estudava no Colégio Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quando teve início sua participação na militância política. Em 1969, ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que entrou na clandestinidade em seguida. Na Ditadura Militar participou de ações como, por exemplo, os sequestros dos embaixadores Erenfreid Von Holleben, da Alemanha, e Giovanni Eurico Bucher, da Suíça. Em 1971, ao entender que se permanecesse no Brasil poderia ser preso ou morto, saiu do país. Segundo Cardoso (2012), Syrkis, de volta ao país devido a Lei da Anistia de 1979, aproximou-se de movimentos com pautas

Diante do exposto, o presente estudo não teve por norte perpassar tais obras detalhadamente. De fato, a bibliografia produzida por Cardoso e Martins Filho proporciona reflexões relevantes a respeito de ambas as produções memorialísticas. Em grande parte dos casos referente ao conjunto de memórias de militantes, Cardoso explica que sobre a memória histórica que envolve o período da repressão (1967-1974) são apresentadas diferentes versões/visões daqueles memorialistas que almejavam o poder político³⁹⁹.

Aquela autora ainda expõe que tal produção acreditava na luta de guerrilhas para derrotar o Estado autoritário ditatorial, além de conferir sentidos distintos para a “manifestação de derrota” a respeito dos projetos utópicos cujo objetivo era a mudança da sociedade⁴⁰⁰. Outros aspectos relevantes a respeito dessas obras é o fato desses memorialistas terem sido contra a Ditadura Militar, pois, os discursos dessas memórias situam-se: na luta contra o esquecimento sobre o período; na autodenúncia de crimes, violências e horrores perpetrados por agentes do Estado; na autocrítica centrada nos relatos que tratam da luta armada e a “esquerda tradicional” manifestados nas obras de Fernando Gabeira e Alfred Syrkis; e, na exposição das cenas de prisões existentes nas obras de Frei Betto, onde se tem uma defesa da resistência heróica dos atores comprometidos com a luta armada.

Vale destacar que o sucesso da propagação desse gênero literário específico se tornou possível devido às investidas do mercado editorial, que percebeu mais um espaço para obter lucro. Cardoso explicita que o sucesso em questão está associado à Campanha pela Anistia,

políticas ambientais. Em 1980, foi um dos articuladores do Partido Verde (PV). Ao voltar do exílio, Syrkis publicou a obra intitulada *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida*, em 1980, que já alcançou 14 edições. Cf. CARDOSO, L. C. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 186.

³⁹⁸ Carlos Alberto Libaneo Christo, o dominicano Frei Betto, nasceu em 1944, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em 1959, com 13 anos de idade, ingressou para a militância estudantil por meio da Juventude Estudantil Católica (JEC) – período onde conheceu e conviveu com Henfil e Betinho. Com 17 anos, tornou-se presidente da JEC e se mudou para o Rio de Janeiro, entre os anos 1962 e 1964. Nesse período dividiu uma república junto com Betinho e José Serra. Em 1964, ingressou no curso de Jornalismo na Universidade do Brasil, quando então foi preso pelo arrastão da Ação Popular (AP). Ficou 15 dias na prisão por uma confusão entre seu nome e de Betinho (Hebert de Souza, irmão de Henfil) que, à época, foi uma das grandes lideranças da AP. Em 1965, entrou para o convento dos Dominicanos, onde se tornou frade. Em novembro de 1969, foi preso junto com mais três companheiros de militância pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Fleury perseguia o líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, desde o sequestro do embaixador norte-americano ocorrido no mesmo ano. Na obra intitulada *Batismo de Sangue*, o dominicano Frei Betto relata o subterrâneo do aparato repressivo da Ditadura Militar (1969-1973), durante o período no qual foi um preso político. Ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980. Além disso, foi acesso da Presidência da República em relação a assuntos sociais, onde coordenou o programa Fome Zero no primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006). Cf. *Ibidem*, p. 201.

³⁹⁹ *Idem*, p. 12.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 125.

nos idos dos anos 1970 – período onde aqueles autores buscaram tornar público o que era censurado pela Ditadura Militar⁴⁰¹.

Remetendo-se à memória do período militar (1964-1985), Cardoso explica que a memória histórica tal como a ideologia “pode ser manipulada”, tendo em vista as coexistências de forças e interesses de classes em um momento histórico específico⁴⁰².

Por ora, faz-se importante destacar os relatos de militares que surgiram em resposta à produção de militantes de esquerda⁴⁰³. Os depoimentos concedidos, em inúmeros momentos, por oficiais militares desempenham o papel de validar, “no presente, a memória histórica que se pretendeu dominante no período”⁴⁰⁴.

Na construção dessa memória do poder, o que direciona o processo da rememoração é a crença na credibilidade do próprio relato dos memorialistas⁴⁰⁵. Nesse ínterim, Cardoso leva em conta algumas produções, quais sejam: *Tudo a Declarar* – 1989, de Armando Falcão; *Rompendo o Silêncio* – 1987, de Carlos Alberto Brilhante Ustra; e, *Brasil Sempre* – 1986, de Marco Pollo Giordani – textos detentores de significados distintos em relação ao desencadeamento da “revolução de 64”, onde se tem leituras diferentes quanto à participação de cada um dos autores em práticas como, por exemplo, tortura, perseguição política e decisões mais importantes do regime.

Em verdade, é possível considerá-los como ferramentas, instrumentos com o intuito de modificar a realidade no tempo presente, ou seja, ao proporcionar diferentes representações sobre os mesmos acontecimentos, tem-se uma disputa pelo poder, que é traduzida por uma disputa pelo domínio entre as diversas memórias. Sobre a questão, Cardoso explica que ocorre um processo de disputa entre memórias com o objetivo de constituir um único ponto de vista sobre o processo histórico⁴⁰⁶.

Os textos escritos por militares que evidenciam o ponto de vista institucional propõem um “olhar” supostamente mais fiel sobre os acontecimentos pelo fato de serem narrados por aqueles que percorreram “os bastidores do poder”. Aqui aquela autora explicita que na visão desses memorialistas, eles estão colaborando com os historiadores do futuro para que escrevam a verdadeira história do período⁴⁰⁷. Para tanto, os militares revelam para o “público-

⁴⁰¹ CARDOSO, L. C. **Criações da memória**: defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 147.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 17.

⁴⁰³ MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, p. 182 dez. 2002.

⁴⁰⁴ CARDOSO, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 67.

⁴⁰⁶ *Idem*, p. 28.

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 182.

leitor documentos inéditos, ou alguns segredos da política brasileira”⁴⁰⁸. Em linhas gerais, os oficiais golpistas elaboram um discurso que almeja ser a “verdadeira leitura” sobre a Ditadura Militar.

Armando Falcão, por exemplo, tinha o objetivo de “escrever a verdadeira interpretação dos fatos históricos ocorridos no governo Geisel”⁴⁰⁹. Segundo Cardoso, estava presente a ideia de conservar a “memória pública” e “salvar a nação”, até porque era um dos motivos pelos quais valia o esforço de escrever os próprios depoimentos⁴¹⁰. Para o primeiro autor, conservar a “memória do Brasil” ou a “memória pública” é o mesmo que escolher alguns homens públicos “importantes” e imortalizar a imagem deles no cenário histórico do período. Já em Hugo de Abreu, é possível averiguar que proteger a “memória pública vinculasse a um aspecto ‘de denúncia’ em acordo com a ideia de ‘salvar a nação’”⁴¹¹.

Na perspectiva dos autores supramencionados, a História, como um processo, é percebida como resultado daqueles que detêm o poder, ou seja, uma vez conquistada a hegemonia política no âmbito institucional, estariam alcançando o controle sobre o tempo histórico⁴¹².

Outro oficial golpista relevante neste quadro composto pela disputa da memória foi o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra⁴¹³, autor da obra intitulada *Rompendo o Silêncio* (1987). Têm-se ali suas memórias e a apresentação de uma experiência mais particularizada a respeito da repressão sob o período do ditador Gen. Emílio Garrastazú Médici. O eixo norteador da obra em questão diz respeito à luta contra a subversão, enquanto seu autor comandava o Destacamento de Operação Interna-Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) do II

⁴⁰⁸ CARDOSO, L. C. **Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 182.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 182.

⁴¹⁰ *Idem*, p. 49.

⁴¹¹ *Idem*, p. 183.

⁴¹² *Idem*, p. 49.

⁴¹³ Carlos Alberto Brilhante Ustra é natural de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Após cursar a ECEME, “foi designado para o Quartel-General do II Exército, em São Paulo. Chefiou a Operação Bandeirantes e o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, entre 1970 a 1974”. Além disso, “foi Instrutor-Chefe do Curso de Operações na Escola Nacional de Informações (EsNI) e Chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército”, no período 1975-1979. É conhecido como “Major Tibiriçá” e reconhecido como “torturador durante o regime militar do Brasil pela justiça comum de São Paulo e é acusado de ser o responsável por cerca de 50 mortes e centenas de casos de tortura que teriam ocorrido nas dependências do DOI-CODI sob seu comando”. É autor das obras intituladas *Rompendo o Silêncio* (1987) e *Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* (2006). Martins Filho enfatiza que o primeiro livro daquele militar se tornou conhecido logo após um episódio na embaixada do Brasil no Uruguai. A atriz Bete Mendes, que foi sua presa política, se deparou com o oficial que a torturou nas dependências do Destacamento de Operação Interna/Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). Cf. MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, p. 188, dez. 2002. Cf. MOTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 217. Tomo 5. Cf. CARDOSO, *op. cit.*, p. 51.

Exército de São Paulo. Ali se tem como relevante a demasiada preocupação encontrada na rememoração com o objetivo de provar que o autor não foi um torturador.

Segundo Cardoso, o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra observa que “apenas cumpriu o seu dever de ‘soldado’” diante da GR que assolou o país no período 1969-1974⁴¹⁴. Nesse ínterim, aquele militar deteve o intuito de reescrever os eventos passados, ao passo que um evento central na obra intitulada *Verdade Sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça* (2006) é o combate à versão dos livros de esquerda, sobretudo, porque estariam desonrando os órgãos de segurança e, em particular, as instituições militares sobre aquele período.

Sobre a questão, aquela autora observa que as obras *Brasil Nunca Mais*⁴¹⁵ e *Brasil Sempre*⁴¹⁶ são relacionadas pelo Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, onde, o primeiro, traduz uma história falseada, ou seja, o escrito de Marco Pollo Giordani seria, então, “um importante documento da época”⁴¹⁷.

O Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra coronel Ustra também está entre a lista dos entrevistados da CHOE-64, onde ali reafirma quando de seu relato. Assim se manifestou em entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2000:

[...] os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo. Principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações⁴¹⁸.

Conforme aquele militar, o que a historiografia e a produção memorialística sobre os militantes de esquerda produzem é uma história “falseada”, uma “mentira”. Segundo o discurso dos militares, aqueles que rememoram os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura são “revanchistas”, pois, “na visão unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas”⁴¹⁹. Sempre ao colocar em comparação essas produções memorialísticas, evidenciam-se as disputas entre os discursos que mais ganharam espaço no meio público. Benito Schmidt, por exemplo, recorda que esse embate, de um lado, almeja “o esfriamento

⁴¹⁴ CARDOSO, L. C. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 52.

⁴¹⁵ Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

⁴¹⁶ Cf. GIORDANI, M. P. *Brasil sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.

⁴¹⁷ CARDOSO, L. C. Construindo a memória do regime de 64. *Revista Brasileira de História*, v. 14, n. 27, p. 186, 1994.

⁴¹⁸ MOTA, A. M. (Coord.). *História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 220. Tomo 5.

⁴¹⁹ MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 180, dez. 2002.

dos fatos passados e sua fixação na história, como página virada”, enquanto que, por outro lado, busca-se despertar e atualizar a memória sobrevivente que tenta escapar à dominação⁴²⁰.

Em 1986 – início da transição para a democracia –, um tenente ainda na ativa da Comunidade de Informações escreveu a respeito da tortura. Este, segundo Giordani⁴²¹, teve apoio de seus superiores para dar início a pesquisa e, por meio da contracapa da obra *Brasil Sempre*, tem-se a descrição de como a pesquisa foi conduzida, isto é, sua metodologia: por meio de “anotações de dados”, ensinamentos obtidos pela vivência diária, “estudo de obras” e, acima de tudo, “experiência pessoal”⁴²². Aqui, Cardoso é precisa ao destacar que o intuito é rechaçar a obra *Brasil Nunca Mais*⁴²³. Logo, é possível traçar um paralelo evidente: a obra *Brasil Sempre* e o último volume da CHOE-64 apresentam uma lista com nomes de militares que foram mortos pela “subversão”; ou seja, aquela autora enfatiza que Giordani, além de referenciar o período militar, remete a Intentona Comunista de 1935, enquanto a Coleção em comento se delimita à época ditatorial⁴²⁴.

A partir do prefácio escrito por um major do Exército em *Brasil Sempre*, Martins Filho explica que a obra foi recebida como a “heróica” iniciativa em dar voz às “bases subalternas”⁴²⁵. Aquele sociólogo brasileiro ainda recorda que o momento no qual a obra é lançada se refere ao começo da Nova República, da transição democrática, onde os militares eram adeptos ao silêncio em relação, principalmente, à temática da tortura⁴²⁶. Além disso, o pesquisador ressalta que a obra supramencionada manifestava a “indignação” de ex-membros dos órgãos de informação do EB pelo modo como a transição foi conduzida ou até mesmo o questionamento sobre como foi guiada a “abertura política” pelos ditadores Gen. Ernesto Geisel e Gen. João Baptista de Oliveira Figueiredo⁴²⁷.

⁴²⁰ CARDOSO, L. C. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 142, 1994.

⁴²¹ Marco Pollo Giordani é natural de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nascido em 1950. “Foi ex-agente do DOI-CODI e tenente da 2ª Seção (serviço secreto) do Comando Militar do Sul nos anos 1970”. Elaborou três obras sobre o percurso político do Brasil, quais sejam: 1) *Operação Estrela Vermelha*; 2) *O Cachorro: a história de um espião*; e, 3) *Brasil Sempre*. Por fim, como Cardoso, Giordani “foi acusado de ser um autor negacionista do Holocausto ocorrido na Segunda Guerra Mundial”. Cf. *Ibidem*. **Criações da memória**: defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012, p. 60.

⁴²² *Idem*, p. 60.

⁴²³ *Idem*, p. 60.

⁴²⁴ *Idem*, p. 60.

⁴²⁵ MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, p. 187, dez. 2002.

⁴²⁶ *Ibidem*, p. 180.

⁴²⁷ *Idem*, p. 187.

Segundo Martins Filho, é possível considerar a obra *Brasil Sempre* como a primeira “reação castrense” publicada em resposta às produções memorialísticas de militantes de esquerda⁴²⁸. Aquele sociólogo, ao avaliar a obra em questão, enfatiza que se tem aí uma “decepcionante” resposta “histórica” ou “argumentação discursiva”⁴²⁹. Em linhas gerais, ele destaca que Giordani se restringe aos seguintes aspectos: representar uma versão oficial da instituição sobre o “perigo comunista” no período 1935-1974; construir uma “antropologia darwinista do povo brasileiro”⁴³⁰ racista; pontuar aspectos da Doutrina de Segurança Nacional e sobre a GR; denunciar o crescimento da subversão na Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR); e, assegurar o retorno dos militares ao poder se os comunistas não fossem eliminados.

Giordani nega que houve práticas de tortura durante o período ditatorial e, segundo Martins Filho, a justificativa apresentada aos “eventuais excessos” é o “resultado lógico da lei física de que a cada ação corresponde uma reação” ou, “da lei biológica de que para cada veneno há um antídoto”⁴³¹. Também é possível verificar essa mesma ideia no relato do Gen. Leônidas Pires Gonçalves que, ao ser questionado pelo entrevistado – Gen. Geraldo Luiz Nery da Silva – sobre a necessidade do Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968⁴³² (AI-5), assim se manifestou:

Acho que voltamos a mesma tese: o AI-5 foi fruto do comportamento da esquerda. Se eles não tivessem aquela agressividade, o AI-5 não teria sido criado. Nós estávamos no poder, estávamos convencidos e certos de que estávamos fazendo um bem para o Brasil⁴³³.

Em 1994, um conjunto de depoimentos organizados pelo CPDoc/FGV-RJ, coordenado por Maria Celina D’Araújo, Glaucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, foi publicado em três volumes, quais sejam: 1) *Visões do Golpes: a memória militar sobre 64*⁴³⁴; 2) *Os Anos de*

⁴²⁸ MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, p. 187, dez. 2002.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 187.

⁴³⁰ *Idem*, p. 188.

⁴³¹ *Idem*, p. 188.

⁴³² BRASIL. **Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴³³ MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003, p. 92. Tomo 1.

⁴³⁴ Cf. D’ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

*Chumbo: a memória militar sobre a repressão*⁴³⁵; e, 3) *A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura*⁴³⁶. As entrevistas reunidas pela coletânea estão entre as poucas concedidas a pesquisadoras e pesquisadores até mesmo que foram registradas. Os militares reunidos nos depoimentos não exerciam um papel de grande importância na conspiração do golpe, mas, no decorrer do regime civil-militar, tornaram-se agentes importantes na manutenção da ditadura, em postos notáveis.

A metodologia empregada pelo grupo de pesquisa foi a história oral, onde colheram o depoimento de 15 oficiais do alto escalão⁴³⁷. Os depoimentos dos ditadores no cargo de Presidente da República – Gen. Ernesto Geisel e Gen. Emilio Garrastazú Médici – foram lançados separadamente. O primeiro, publicado por Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, intitulado *Ernesto Geisel*⁴³⁸, enquanto o segundo, divulgado pelo filho de Médici, Roberto Médici⁴³⁹. Houve uma terceira publicação referente aos depoimentos dos militares colhidos e organizados pelo CPDoc/FGV-RJ, que se converteu na publicação da obra *Militares e Política na Nova República*⁴⁴⁰; mas, este grupo de oficiais escolhidos pelo Projeto apresentam um aspecto que os distingue das demais publicações: ocuparam postos de relevância a partir da transição democrática, em governos civis.

Por fim, Martins Filho destaca a existência de outras publicações acerca da memória militar, como, por exemplo, o conjunto com cerca de 40 curtos depoimentos reunidos pelo jornalista Hélio Contreiras, em *Militares e Confissões*⁴⁴¹, além de três depoimentos lançados por Ronaldo Costa Couto em *Memória Viva do Regime Militar, Brasil: 1964-1985*⁴⁴², cuja

⁴³⁵ Cf. D’ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁴³⁶ Cf. SOARES, G. A. D.; D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁴³⁷ No livro *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, os entrevistados foram os seguintes: Gustavo Moraes Rego Reis, Octávio Costa, Carlos Meira Mattos, Leonidas Pires Gonçalves, Ivan de Souza Mendes, Adyr Fiúza de Castro, Cyro Guedes Etchegoyen, José Luiz Coelho Netto, Enio dos Santos Pinheiro, Carlos Alberto da Fontoura, Antonio Bandeira, Deoclécio Lima de Siqueira; *Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, os depoentes foram estes: Adyr Fiúza de Castro, Carlos Alberto da Fontoura, Carlos de Meira Mattos, Cyro Guedes Etchegoyen, Deoclecio Lima de Siqueira, Enio dos Santos Pinheiro, Gustavo Moraes Rego Reis, Ivan de Souza Mendes, João Paulo Moreira Burnier, José Luiz Coelho neto, Leonidas Pires Gonçalves e Octávio Costa; *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*, os entrevistados foram os seguintes: Gustavo Moraes Rego Reis, Octávio Costa, Carlos Meira Mattos, Ivan de Souza Mendes, Leonidas Pires Gonçalves, Adyr Fiúza de Castro, José Luiz Coelho Netto, João Paulo Moreira Burnier, Enio dos Santos Pinheiro, Cyro Guedes Etchegoyen, Carlos Alberto da Fontoura, Deoclecio Lima de Siqueira, Gleuber Vieira.

⁴³⁸ Cf. D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

⁴³⁹ Cf. MÉDICI, R. N. **Médici: o depoimento de Roberto Nogueira Médici**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

⁴⁴⁰ Cf. CASTRO, C.; D’ARAÚJO, M. C. (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

⁴⁴¹ Cf. CONTREIRAS, H. **Militares e confissões**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

⁴⁴² Cf. COUTO, R. C. **Memória viva do regime militar, Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

coleção lhe auxiliou na escrita da obra *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985*⁴⁴³.

Uma última produção castrense que vale a pena mencionar é o Projeto ORVIL. Em um artigo sobre o processo de criação, execução e divulgação do Projeto, as historiadoras Priscila Brandão e Isabel Leite apresentam, a partir da perspectiva do elaborador principal, o tenente-coronel “N-2”, como a construção da narrativa do livro “se traduziu em um cenário institucional”⁴⁴⁴. Tal processo teve início em 1984, sendo a ocorrência de sua divulgação apenas em 2007. Como na CHOE-64, aquelas autoras destacam que se tem no Projeto em questão um esforço em elaborar “uma memória baseada no heroísmo castrense e na defesa dos valores nacionais”⁴⁴⁵. Para completar, diante dessa memória militar, Rodrigo Pato Sá Motta ressalta que o “subversivo marxista”⁴⁴⁶, o “inimigo comum”, permeou o imaginário popular pelo risco, pelo perigo que poderia causar.

Sobre o cenário institucional militar, Brandão e Leite assim se manifestam:

Há pelo menos quarenta anos, existe uma tentativa de se fixar um relato padrão entre os militares do Cone Sul para explicar os processos que levaram às ditaduras, assim como justificar as violações aos direitos humanos durante estes regimes. Este relato está centrado no combate à subversão e na precariedade dos governos que antecederam aos golpes militares⁴⁴⁷.

De fato, a CHOE-64 adentra nessa disputa pela memória da Ditadura Militar (1964-1985) e se esforça, por meio de sua coleção de depoimentos, para o estabelecimento dos fatos. Assim o fizeram, nessa mesma tentativa, a obra de Giordani⁴⁴⁸ e o Projeto ORVIL⁴⁴⁹.

A Coleção em comento, produzida pela BIBLIEx, está entre uma das últimas iniciativas do projeto iniciado pela editora. Nesse ínterim, é possível considerá-la como parte dessa disputa pelo estabelecimento de fatos, tal como evidenciado no capítulo da presente pesquisa. O modo como o discurso ressentido é repetido em uma lógica circular ou de ventríloquo na Coleção ressalta o caminho desejado pela BIBLIEx para se contar a história do EB; e não de outro modo: a historiografia.

⁴⁴³ Cf. COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura, Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

⁴⁴⁴ BRANDÃO, P. C.; LEITE, I. C. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 300, jul. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28623/24264>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, p. 302.

⁴⁴⁶ MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 37.

⁴⁴⁷ BRANDÃO; LEITE, *op. cit.*, p. 302.

⁴⁴⁸ Cf. GIORDANI, M. P. **Brasil sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

⁴⁴⁹ BRANDÃO; LEITE, *op. cit.*, p. 302.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ressentimentos na CHOE-64 são (re)produzidos a partir de uma constelação simbólica⁴⁵⁰, onde o EB, como uma “comunidade política imaginada”, se empenha em conservar rituais, crenças, tradições, comemorações em relação ao Golpe Civil-Militar de 1964⁴⁵¹ e à Ditadura Militar (1964-1985).

Os locais onde os ressentimentos são manifestados revelam uma estratégia narrativa utilizada pela Coleção em comento, isto é, repetir a mesma ideia, a mesma mensagem emotiva, o mesmo discurso em diferentes lugares editoriais da coleção (orelha do livro, intertítulo, prefácio, perguntas etc.). A frequente repetição ainda revela outro aspecto ligado aos ressentimentos dos oficiais militares: a tentação do esquecimento em relação às injustiças que os militares acreditam ter sofrido com os episódios de tentativa de quebra de hierarquia e disciplina.

Todos os indícios encontrados assinalam que a CHOE-64 é voltada para o público jovem militar, sobretudo, para as escolas de formação (a AMAN, por exemplo). Os ressentimentos – o sentimento de “amor à pátria”; o sentimento de injustiça; o sentimento de traição; e, o desejo de vingança vinculados a um enquadramento da memória que exalta símbolos, tradições, crenças, rituais e comemorações – possuem a força política de criar ou fortalecer identidades, vínculos, adesões, bem como rivalidades e hostilidades entre outrem.

⁴⁵⁰ ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019, p.8.

⁴⁵¹ Inclusive, sobre as “comemorações” a respeito do golpe de Estado de 1964, o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro – empossado em janeiro de 2019 –, no dia 25 de março de 2019, determinou, segundo o porta-voz Otávio Santana do Rêgo Barros, que as FA fizessem as “devidas comemorações” no dia 31 de março – data que deu início a uma ditadura que perdurou por 21 anos no Brasil. Bolsonaro, Cap. reformado do EB, se formou pela AMAN em 1977. Em sua trajetória política no Congresso Nacional (CN), ficou conhecido pelas declarações polêmicas que fez ao afirmar que o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um “herói nacional” – durante a votação do golpe jurídico-midiático de 2016 da Presidente da República Dilma Vana Rousseff. No dia 08 de julho de 2016, durante uma entrevista à rádio Jovem Pan, Bolsonaro disse que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”; e, no dia 30 de julho de 2018, durante uma entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Bolsonaro afirmou que “não houve golpe militar em 1964”. Cf. ABREU, A. A. et. al. (Coords.). **Dicionário histórico biográfico brasileiro – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **JAIR MESSIAS BOLSONARO**. Rio de Janeiro, 2019i. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. 10 FRASES de Bolsonaro defendendo a nefasta ditadura militar brasileira. In: **Esquerda Diário**, 28 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/10-frases-de-Bolsonaro-defendendo-a-nefasta-ditadura-militar-brasileira>>. Acesso em: 30 out. 2019. Cf. COSTA, R. "Um herói nacional", diz Bolsonaro sobre Ustra, condenado por tortura. In: **Correio Braziliense**, 08 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/08/interna_politica,776126/um-heroi-nacional-diz-bolsonaro-sobre-ustra-condenado-por-tortura.shtml>. Acesso em: 30 out. 2019.

A partir de Chirio, foi possível observar que certos sentimentos, como, por exemplo, o ódio e o medo em relação ao “perigo comunista” ou relacionado a uma figura política, são nutridos no imaginário político militar desde a revolta de militares comunistas em 1935⁴⁵².

Os sentimentos de injustiça em relação à mídia por “omitirem” a “verdade” sobre a Ditadura Militar ou o desejo de vingança em relação à historiografia acadêmica ao acusá-la de “fraudulenta” assinalam que a CHOE-64, por meio dos 15 tomos, se empenha nessa guerra pelo estabelecimento dos fatos para estabelecer a visão institucional, a narrativa “verdadeira” dos algozes. Em suma, vale destacar que a CHOE-64 entendida como espelho invertido da historiografia universitária cumpre o objetivo de “proteger” os jovens cadetes em formação da historiografia acadêmica que estaria impregnada de “revanchismo”.

⁴⁵² CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 33.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período 2003-2004, a Editora Biblioteca do Exército (BIBLIEx) produziu e publicou uma Coleção de depoimentos intitulada *História Oral do Exército 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*⁴⁵³ (CHOE-64), nas comemorações dos 40 anos do Golpe Civil-Militar.

Tal ação indica que se tem ali uma prática recorrente, cuja atenção vale a pena ser dedicada, uma vez que outras publicações de instituições diferentes do Exército Brasileiro (EB) também o fizeram a respeito do golpe de Estado, como, por exemplo, a *Revista do Clube Militar: a casa da República*⁴⁵⁴ que teve duas publicações acerca do golpe de 1964: a primeira revista é uma edição especial de março-abril de 2004, onde, em sua *Apresentação*, é destacado que o Clube Militar⁴⁵⁵ “não poderia” se esquecer das “celebrações do 4º aniversário desse movimento, de rememorar tão expressivo episódio de incomensurável significado para a Nação Brasileira”⁴⁵⁶.

No texto *Apresentação* da revista supramencionada vale atentar-se para a repetição do mesmo discurso expressado na CHOE-64. Tal aspecto também pode ser observado na “Reedição em comemoração aos 55 anos do Movimento Democrático de 31 de março de 1964”⁴⁵⁷. De início, tem-se a capa da revista, cujo título é *31 de Março: a verdade*; e, no rodapé da capa, a seguinte frase: “[...] a História que não se apaga nem se reescreve”⁴⁵⁸. Para além da capa, a *Revista do Clube Militar: a casa da República* contém um prefácio intitulado

⁴⁵³ Cf. MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1-15.

⁴⁵⁴ Vale destacar que a *Revista do Clube Militar: a casa da República* se caracteriza como um outro tipo de paratexto editorial, ou seja, o epitexto. Segundo Genette, epitexto “é todo elemento paratextual” que não faz parte materialmente do livro, mas circula, veicula livremente por outros meios, canais de transmissão. Como os jornais, as revistas, as resenhas, etc. Cf. GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 303.

⁴⁵⁵ De acordo com o verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (CPDoc/FGV-RJ), o Clube Militar recebe como sócios efetivos oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, “da ativa, da reserva de primeira classe e reformados das Forças Armadas, bem como os aspirantes a oficial do Exército e da Aeronáutica e os guardas-marinhas”. A instituição publica mensalmente a *Revista do Clube Militar*, criada em 1926. A trajetória histórica e política do Clube remete aos anos finais do Império do Brasil, passando pela Primeira República, Era Vargas, Ditadura Militar, redemocratização, até os dias atuais. Vale destacar que à época do Golpe Civil-Militar, o Clube Militar apoiou o golpe e endossou a “completa extirpação do comunismo do Brasil” por meio de uma carta ao ministro da Guerra, Gen. Arthur da Costa e Silva. Cf. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CLUBE MILITAR**. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/clube-militar>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴⁵⁶ **REVISTA DO CLUBE MILITAR: A casa da República**. Ed. esp. A. LXXVIII, n. 407, p. 2, mar./abr. 2004.

⁴⁵⁷ Cf. **REVISTA DO CLUBE MILITAR: A casa da República**. 31 de Março de 1964: A Verdade. Ed. esp. A. LXXXVI, n. 452, fev./abr. 2014.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

Palavra do Presidente do Clube Militar, do Gen. Ex. Renato Cesar Tibau da Costa, onde reforça o que é repetido inúmeras vezes pela Coleção em comento, bem como pela revista outrora mencionada, voltando a destacar que o Clube Militar “relembra os acontecimentos que culminaram com o Movimento Democrático de 31 de Março de 1964”⁴⁵⁹.

Aqui vale a pena retomar a ideia de Lucília de Almeida Neves Delgado sobre o aspecto da lembrança no relato do Gen. Ex. Renato Cesar Tibau da Costa: a lembrança é o gatilho para renovar, atualizar o passado no presente, que pode servir a vários propósitos, como, por exemplo, para rituais comemorativos com forte adesão em uma construção de identidade⁴⁶⁰.

A partir dos dois exemplos da *Revista do Clube Militar: a casa da República*, é possível perceber a constante busca do EB pela reafirmação de um passado coerente. Inclusive, a instituição militar rememora seu passado, tal como explica Celso Castro na obra intitulada *A Invenção do Exército Brasileiro*, com o objetivo de preservar o “espírito militar”, a identidade social do soldado e preservar as tradições castrenses⁴⁶¹.

A CHOE-64 e a *Revista do Clube Militar: a casa da República* objetivam transmitir os mesmos discursos, as mesmas mensagens. Em verdade, tais publicações funcionam como reforçadoras de tradições, símbolos e na repetição de um discurso unívoco sobre o golpe de Estado de 1964. Por isso, é importante estar atento aos processos de construção da memória “como ao caráter coletivo, seletivo e à interação entre passado e presente”⁴⁶² ali existentes. Além do mais é

[...] imprescindível, ainda, analisar a constituição, as características, os conflitos e as escolhas do grupo a que o depoente pertence; os mecanismos através dos quais esses depoimentos são construídos; a forma como eles passaram de geração para geração; e a disputa política em torno da constituição da memória pública⁴⁶³.

À vista dessa passagem do historiador Cláudio Beserra de Vasconcelos sobre o rigor na análise da Coleção em comento, foi possível perceber nos elementos paratextuais que aquela Coleção possui a mesma estratégia discursiva. Em vários lugares diferentes do texto e do paratexto, a BIBLIEx veicula o mesmo discurso. Portanto, conforme os elementos

⁴⁵⁹ **REVISTA DO CLUBE MILITAR**: A casa da República. Ed. esp. A. LXXVIII, n. 407, p. 2, mar./abr. 2004.

⁴⁶⁰ DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 49. (Coleção Leitura, Escrita e Oralidade)

⁴⁶¹ CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 1.

⁴⁶² VASCONCELOS, C. B. As análises da memória militar sobre a ditadura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 80, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1545/1007>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 80.

editoriais⁴⁶⁴, como, por exemplo, prefácio, título, capa etc., a CHOE-64 apresenta ao seu público-alvo um trabalho de enquadramento de memória⁴⁶⁵. O testemunho dos militares, por sua vez, diz mais a respeito dos indivíduos em “Armas” do que um relato fiel aos acontecimentos. E, sem dúvida alguma, o EB investe uma considerável produção bibliográfica sobre o tema, tendo em vista a guerra de memória sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar (1964-1985).

Os ressentimentos em questão são expressos não somente nos lugares editoriais, mas também no discurso dos oficiais do alto escalão da CHOE-64. Por meio das considerações de Genette, a respeito do estatuto pragmático de um texto, na presente pesquisa foi possível elaborar uma metodologia cuja investigação priorizou os indícios, os signos e os traços no relato emotivo, sentimental e apaixonado dos oficiais militares em comentário⁴⁶⁶. É sabido que a Coleção em questão fez uso de estratégia narrativa nos espaços peritextuais, bem como no relato dos entrevistados, que manipula as mesmas ideias, as mesmas mensagens emotivas, os mesmos discursos reiteradamente.

Uma vez evidenciada a repetição dos ressentimentos, restou compreender o significado do termo e perceber quais são os ressentimentos e sentimentos em geral manifestados e nutridos pela CHOE-64. O termo “ressentimento” pode ser apreendido como o “retorno das mágoas”, a partir do que destaca Maria Rita Kehl⁴⁶⁷. A pessoa ressentida, por acreditar que foi vítima de um agravo ou de uma injustiça rumina, nutre na própria subjetividade a ferida sofrida, ao invés de reagir no momento em que sofreu a injustiça.

Percebeu-se ainda que para melhor compreensão acerca da noção de ressentimento, faz-se importante retomar as contribuições de Friedrich Nietzsche, Max Scheler e Sigmund Freud, entre outras.

No discurso dos oficiais gerais e superiores da CHOE-64, o ressentimento está atrelado à memória de alguns episódios políticos antes do Golpe Civil-Militar de 1964. Aqueles militares, ao recordarem a injustiça sofrida, enumeraram alguns eventos ocorridos, quais sejam: a revolta dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, em Brasília, no dia 12 de setembro de 1963; o Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964; a reunião do Presidente da República João Goulart com cabos e sargentos no Automóvel Clube, Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1964; além de invocar, por meio do imaginário político militar,

⁴⁶⁴ GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 12.

⁴⁶⁵ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 9, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdp/qrqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁴⁶⁶ GENETTE, *op. cit.*, p. 15.

⁴⁶⁷ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 14.

a memória da Intentona Comunista de 1935. Tais acontecimentos marcaram a memória dos oficiais militares por causa das tentativas de romper com a hierarquia e com a disciplina nas Forças Armadas (FA).

Os ressentimentos operam como um mecanismo que – podem ou não ser controlados – condicionam aos oficiais militares rememorarem as injustiças sofridas associadas a eventos específicos. Entende-se por constelação de sentimentos aqueles que fazem parte, sobretudo, dos ressentimentos no discurso dos militares. Assim, os sentimentos que estão incluídos na constelação investigada são: injustiça, ódio, medo, amor, traição e vingança. O recalque também é manifestado e ganha espaço via repetição dos ressentimentos nos espaços editoriais (peritexto) da CHOE-64. Alguns desses sentimentos (ódio e medo, por exemplo) vinculados à “ameaça comunista” e aos políticos de esquerda estão entranhados no imaginário político militar desde a memória da Intentona Comunista de 1935⁴⁶⁸.

Os outros sentimentos são (re)produzidos e repetidos através de três “documentos” destacados na entrevista do Gen. Antonio Jorge Correa, quais sejam: 1) “Proclamação Irmãos em Armas”; 2) “Proclamação Irmãos das Forças Armadas”; e, 3) “Ordem do dia do General Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, em 2 de abril de 1964”. Estes cumprem uma finalidade discursiva no relato daquele militar: sinalizam a repetição e a circularidade com a CHOE-64. O sentimento de “amor à pátria”, de “amor à AMAN” é (re)produzido na Coleção em comento: um meio de comunicação institucional. Tais sentimentos, tomados como um “estoque simbólico”⁴⁶⁹, são utilizados pela Coleção para reforçar a coesão e a identidade de um grupo; ou seja, as crenças, as tradições e os rituais do EB.

Já o ressentimento em relação à mídia é expresso repetidamente via elementos peritextuais (intertítulo, perguntas, quarta capa), bem como no relato dos entrevistados. Aqui, é interessante perceber que a BIBLIEx faz questão de apresentar trechos de jornais de grande circulação, à época, em um importante lugar estratégico dos volumes da CHOE-64: a quarta capa. Para os oficiais do alto escalão, a mídia é vista como traidora por ter apoiado o Golpe Civil-Militar em um primeiro momento e, posteriormente, ter denunciado os graves crimes e violações dos direitos humanos cometidos pelas FA.

⁴⁶⁸ CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 35.

⁴⁶⁹ HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55)

Tem-se ainda o sentimento de vingança no relato dos oficiais militares que se manifestaram na CHOE-64 ao se referirem à “batalha da comunicação social”. Tal desejo de vingança é ruminado e nutrido na subjetividade dos mesmos. Se sentem dessa maneira, segundo a historiografia, desde o início da redemocratização no Brasil.

O sentimento de vingança em questão gira em torno do modo pelo qual os oficiais militares e a Coleção em comento consideram que a “revolução de 1964” e os “governos revolucionários” são abordados pela mídia, pela produção memorialística de esquerda e pelos “revanchistas”; isto é, o modo pelo qual a historiografia debate temas sobre o golpe de Estado de 1964 e sobre a Ditadura Militar (1964-1985). Nesse sentido, a CHOE-64 se apresenta como um espelho invertido da historiografia justamente pela comunidade acadêmica quase sempre se dedicar aos debates que envolvem os testemunhos de vítimas de violências traumáticas; ou seja, a Coleção reuniu depoimentos de algozes.

Por um lado, a produção memorialística de militantes de esquerda começou a proliferar no mercado editorial a partir do final dos anos 1970, preocupados, sobretudo, em denunciar as torturas, os crimes e as violações dos direitos humanos perpetrados pelo Estado brasileiro. E por outro lado, também emergiu no mercado editorial depoimentos concedidos, (auto)biografias e livros em geral escritos por oficiais militares que participaram do Golpe Civil-Militar de 1964 ou que tiveram alguma participação em postos de comando na manutenção da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Tal investida dos militares se deu em um período de transição política entre a ditadura para a democracia – uma democracia carregada de permanências autoritárias, do estado de exceção, pois como bem destaca Kehl,

[...] depois da anistia, a ausência de um processo judicial que condenasse os autores dos crimes cometidos sob a salvaguarda do Estado brasileiro, contribuiu para que ainda hoje uma parte da sociedade viva sob uma espécie de regime de exceção, onde os abusos policiais contra os cidadãos são tolerados e rapidamente ‘esquecidos’⁴⁷⁰.

Seguindo a linha de raciocínio daquela psicanalista brasileira, os militares, ao perceberem a propagação da produção memorialística de esquerda, da produção historiográfica e, ao perceber o Estado brasileiro via Lei n. 9.140, de 04 de dezembro de 1995⁴⁷¹, que estabeleceu a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

⁴⁷⁰ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 324.

⁴⁷¹ BRASIL. **Lei n. 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

(CEMDP), reconheceu oficialmente, no dia 11 de setembro de 1996, o Estado como responsável pela morte de Carlos Marighella⁴⁷²; ao ver o mesmo Estado, dezesseis anos depois, por meio da Comissão de Anistia – criada por intermédio de uma Medida Provisória nº 2.151, no dia 28 de agosto de 2001 – oficializar a anistia *post mortem* a Carlos Marighella, se tornaram partícipes de uma lógica no indivíduo que se considera vítima de uma injustiça, isto é, se transforma em ressentimento⁴⁷³. No caso, os oficiais militares – ressentidos – não acreditam que “os Estados democráticos” tenham “recursos para eliminar as desigualdades”⁴⁷⁴ existentes no Brasil.

Em suma, Kehl argumenta que para haver igualdade política e o proveniente sucesso da democracia, é preciso estabelecer os “ideais republicanos, baseados na existência de uma esfera pública que só se sustenta pela intervenção permanente dos atores sociais”⁴⁷⁵. E um desses atores sociais – o EB – é ressentido, mas não se reconhece como tal. Nesse ínterim, a iniciativa da BIBLIEx se configura como uma política do ressentimento, tendo em vista que a CHOE-64 – materializada como um meio de comunicação – perfaz um instrumento de configuração de memória e através dos discursos dos oficiais gerais e superiores, bem como por meio dos elementos editoriais, agencia ideias/sentimentos para essa configuração de memória.

⁴⁷² SANTOS, S. C. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 209.

⁴⁷³ KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, p. 283, 288.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 293.

⁴⁷⁵ *Idem*, p. 294.

REFERÊNCIAS

10 FRASES de Bolsonaro defendendo a nefasta ditadura militar brasileira. In: **Esquerda Diário**, 28 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/10-frases-de-Bolsonaro-defendendo-a-nefasta-ditadura-militar-brasileira>>. Acesso em: 30 out. 2019.

ABREU, A. A. *et al.* (Coords.). **Dicionário histórico biográfico brasileiro – Pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS – ABL. **Arno Wehling**: biografia. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/arno-wehling/biografia>>. Acesso em: 30 out. 2019.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. de Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANSART, P. **A gestão das paixões políticas**. Trad. de Jacy Seixas. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

_____. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memória e (re)ssentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 15-34.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

AVELAR, A. S. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanã**, v. 8, n. 8, p. 29-57, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanã/article/view/12773/9894>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____.; PEREIRA, M. H. F. Ethics, presente time and memory in Brazilian journals of history, 1981-2014. **Historein**, v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://ejournals.epublishing.ekt.gr/pfiles/journals/14/editor-uploads/issues/611/main611.html?1=611&2=8582>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BAUER, C. S. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. **Dimensões**, v. 32, p. 148-169, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266476547_Quanta_verdade_o_Brasil_suportara_Uma_analise_das_politicas_de_memoria_e_de_reparacao_implementadas_no_Brasil_em_relacao_a_ditadura_civil-militar>. Acesso em: 30 out. 2019.

BERKOWICZ, C. A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército no Estado Novo. In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, Natal, 22-26 de julho de 2013. **Anais...** Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/recursos/anais/27/1364942062_ARQUIVO_capitulo1refor mulado.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

BORGES, V. P. História e Política: laços permanentes. **Rev. Bras. His.**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, , p. 7-18, set. 1991/ago. 1992.

BRANDÃO, P. C.; LEITE, I. C. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura brasileira, por meio de uma leitura do Projeto ORVIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28623/24264>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Ato Institucional n. 12, de 1º de setembro de 1969**. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Controladoria-Geral da União. **Portal da Transparência**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Decreto n. 1.748, de 26 de junho de 1937**. Dispõe sobre organização da Biblioteca Militar, do Ministério da Guerra. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1748-26-junho-1937-459119-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do *caput* do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Decreto n. 8.336, em 17 de dezembro de 1881.** Estabelece na Côrte uma bibliotheca do Exército. Rio de Janeiro, 1881. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8336-17-dezembro-1881-546617-publicacaooriginal-60955-pe.html>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Lei n. 6.620, de 17 de dezembro de 1978.** Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Lei n. 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. Biblioteca do Exército. **Nossa história:** Biblioteca do Exército – Casa do Barão de Loreto (BIBLIEx). Brasília, 23 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.bibliex.eb.mil.br/editoria-d-2>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Membro do Conselho da BIBLIEx toma posse na Academia Brasileira de Letras, sucedendo Ferreira Gullar. In: **Agência Verde-Oliva**, 05 set. 2017. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/membro-do-conselho-da-bibliex-toma-posse-na-academia-brasileira-de-letras-sucedendo-o-poeta-ferreira-gullar->>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARDOSO, L. C. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 179-196, 1994.

_____. **Criações da memória**: defensores e críticos da ditadura (1964-1985). Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012.

CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **O espírito militar**: um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____.; D'ARAÚJO, M. C. (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____.; LEIRNER, P. (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHAVES, E. S. **“Do outro lado da colina”**: a narrativa do Exército sobre a ditadura civil-militar. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3154/EduardoChaves.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. “Somos guardiões da memória...”: uma coleção homenageia os “vitoriosos” de 31 de março de 1964. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 133-158, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013133/2839>>. Acesso em: 30 out. 2019.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CONTREIRAS, H. **Militares e confissões**. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

COSTA, R. "Um herói nacional", diz Bolsonaro sobre Ustra, condenado por tortura. In: **Correio Braziliense**, 08 ago. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/08/interna_politica,776126/um-heroi-nacional-diz-bolsonaro-sobre-ustra-condenado-por-tortura.shtml>. Acesso em: 30 out. 2019.

COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura, Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Memória viva do regime militar, Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CURY, M. Z. F.; PEREIRA, R. S. *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, 40 anos: autocrítica pública e sobrevivência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 54, p. 435-454, maio/ago. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n54/2316-4018-elbc-54-435.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____.; _____.; _____. (Intr. e Orgs.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Leitura, Escrita e Oralidade)

FERREIRA, M. M. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00314.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 3-13.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CARLOS DE MEIRA MATOS**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-de-meira-matos>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CARLOS TINOCO RIBEIRO GOMES**. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-tinoco-ribeiro-gomes>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CLUBE MILITAR**. Rio de Janeiro, 2019c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CORREIA, ANTONIO JORGE**. Rio de Janeiro, 2019d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/correia-antonio-jorge>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **CORREIO DA MANHÃ**. Rio de Janeiro, 2019e. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **ESTADO DE MINAS, O**. Rio de Janeiro, 2019f. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-de-minas-o>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **GLOBO, O**. Rio de Janeiro, 2019g. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO**. Rio de Janeiro, 2019h. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **JAIR MESSIAS BOLSONARO**. Rio de Janeiro, 2019i. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **JARBAS GONÇALVES PASSARINHO**. Rio de Janeiro, 2019j. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **LUÍS DE ALENCAR ARARIPE**. Rio de Janeiro, 2019k. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/luis-de-alencar-araripe>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **MEDICI, EMILIO GARRASTAZU**. Rio de Janeiro, 2019l. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **OTÁVIO PEREIRA DA COSTA**. Rio de Janeiro, 2019m. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-pereira-da-costa>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **POTIGUARA, MOACIR BARCELOS**. Rio de Janeiro, 2019n. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/potiguara-moacir-barcelos>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Escola de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **VIEIRA, Gleuber**. Rio de Janeiro, 2019o. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vieira-gleuber>>. Acesso em: 30 out. 2019.

GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. Trad. de Alvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

GIORDANI, M. P. **Brasil sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55)

KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

LEIRNER, P. Etnografia com militares: fórmula, dosagem e posologia. In: CASTRO, C.; LEIRNER, P. (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 31-51.

MARSON, I. A.; NAXARA, M. (Orgs.). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, p. 179-201, dez. 2002.

MÉDICI, R. N. **Médici**: o depoimento de Roberto Nogueira Médici. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

MOTTA, A. M. (Coord.). **História oral do Exército – 1964, 31 de março**: o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Tomo 1-15.

_____. O General Aricildes de Moraes Motta e o Projeto História Oral do Exército. **Da Cultura**, a. XVI, n. 29, p. 7-9, nov. 2017 Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/dacultura/article/view/987>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da Nova República: da transição democrática a crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 415-445.

MURAKAWA, F.; ARAÚJO, C. Vélz quer alterar livros didáticos para "resgatar visão" sobre golpe. In: **Valor Econômico**, 03 abr. 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em: 30 out. 2019.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad., notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OURIQUES, I. M. **O ressentimento no discurso do ex-General Leônidas Pires Gonçalves**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

REVISTA DO CLUBE MILITAR: A casa da República. 31 de Março de 1964: A Verdade. Ed. esp. A. LXXXVI, n. 452, fev./abr. 2014.

_____. Ed. esp. A. LXXVIII, n. 407, mar./abr. 2004.

SANTANA, C. S. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973). In: ZACHARIADHES, G. C. (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 151-173.

SANTOS, S. C. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Intr. e Orgs.). **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Trad. de Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012.

VASCONCELOS, C. B. As análises da memória militar sobre a ditadura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 65-84, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1545/1007>>. Acesso em: 30 out. 2019.

VIDE EDITORIAL. **Autores**: Ricardo Vélez Rodríguez: biografia. 2019. Disponível em: <https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=828>. Acesso em: 30 out. 2019.

VOLDMAN, D. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 247-266.

_____. In: _____.; _____. (Coords.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 33-42.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Italo Maciel Ouriques, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa do projeto de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Italo Maciel Ouriques